

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

***O DIREITO DE FICAR NA TERRA***

**Omissões do Estado e a Construção de um Novo *Sujeito*  
*Coletivo de Direitos***

**JOSÉ VALTECIO BRANDÃO SILVA**

**CAMPINA GRANDE – PARAÍBA**

**2002**

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

***O DIREITO DE FICAR NA TERRA***

**Omissões do Estado e a Construção de um *Novo Sujeito*  
*Coletivo de Direitos***

**JOSÉ VALTECIO BRANDÃO SILVA**

**CAMPINA GRANDE – PARAÍBA**

**2002**

**JOSÉ VALTECIO BRANDÃO SILVA**

**O *DIREITO DE FICAR NA TERRA***

**Omissões do Estado e a Construção de um Novo *Sujeito*  
*Coletivo de Direitos***

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia da Universidade Federal da  
Paraíba, em cumprimento às  
exigências para a obtenção do título  
de mestre.

**Orientadora: *Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilda Aparecida de Menezes***

Campina Grande, 2002

JOSÉ VALTECIO BRANDÃO SILVA

**O DIREITO DE FICAR NA TERRA**

**Omissões do Estado e a Construção de um Novo *Sujeito*  
*Coletivo de Direitos***

Dissertação de Mestrado apresentada em 27 de agosto de 2002

Comissão Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilda Aparecida de Menezes – UFPB

---

Prof. Dr. Fernando Garcia – UFPB

---

Prof. Dr. José Márcio Caniello – UFPB

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Emília Moreira – UFPB (Suplente)

Campina Grande/PB, 2002

## DEDICATÓRIA

---

Dedico este trabalho aos assentados do PA de Redenção. Por extensão, a todos os trabalhadores sem terra da antiga Usina Santa Maria que, mesmo desprovidos de quase tudo, resguardaram a sua dignidade na luta por um pedaço de terra.

Dedico aos homens e mulheres que ao longo dos tempos sangraram na terra dos seus sonhos por um pedaço de terra como redenção de sua dignidade.

Dedico este trabalho a todos aqueles que direta ou indiretamente têm contribuído com a luta dos trabalhadores sem terra nas mais variadas formas.

Dedico este trabalho a todos os estudiosos da questão agrária e da reforma agrária, que têm empenhado a sua inteligência e energia em favor dos que lutam pela terra.

---

Dedico este trabalho a Lucinha, Matheus e Mariana, com amor.

## AGRADECIMENTOS

---

### Agradeço...

....a **Roberto**, Presidente da Associação dos Assentados de Redenção e por extensão aos outros membros da diretoria, pela receptividade e desprendimento nas muitas horas de diálogos e visitas aos quatro cantos da ex-Usina Santa Maria.

....a **todas** as lideranças da luta dos assentados, especialmente a Edilson(Didíu) de Areia, pioneiro no apoio àqueles trabalhadores por suas valiosas contribuições..

....à **Associação SEDUP**, representada em Ângela sua assessora, pela enorme contribuição no processo de apreensão da verdadeira experiência dos trabalhadores da Usina Santa Maria na luta pela terra.

.....à **Elisa**, assistente social e ex-integrante do Projeto Lumiar naquelas áreas de assentamento que, mesmo num período de significativos compromissos pessoais, nos deu uma inestimável ajuda.

.... **pela parceria** e cooperação aos meus pares mestrandos – Else, Irlanda, Edjane, Simone, Paulo, Raimundo, Josilene, Márcio e Jaciara.

.... **aos funcionários do Mestrado**, especialmente a **Joãozinho**, por sua dedicação e generosidade.

....à **Marilda Menezes**, mais do que um agradecimento, um reconhecimento público por sua integridade intelectual, por seu agudo senso investigativo, por sua dedicação e incentivo à *causa* da *boa* pesquisa e a sua competência acadêmica. Para mais do que isso, pela *paciência* de Marilda com um orientando *sempre ausente e difícil de encontrar*...

## RESUMO

---

Buscou-se estudar a experiência de assentados rurais, unidos a esta condição, após uma extensa história de vida na condição de moradores de engenhos e trabalhadores assalariados da cana, quando superaram um processo de dominação social secular que os reservava à condição de *sujeição* para assumirem uma nova identidade social, agora como novos *sujeitos coletivos de direitos*. Essa *evolução* social dos assentados se deu num processo de luta pela terra como compensação pelas perdas salariais e dívidas trabalhistas, contraídas pelo empreendimento agro-industrial no qual trabalhavam por gerações, após a falência daquele. Um diferencial nesta experiência de luta pela terra do agrupamento investigado é que este não obedeceu aos mesmos critérios, formas e métodos de organização de outros movimentos pela reforma agrária mais organizados e politizados. A construção de nova identidade social ocorreu num processo de resistência pelo *direito de ficar* na terra, direito esse ameaçado pelas omissões do Estado e insuficiências das suas políticas públicas na fase de implantação do assentamento, constituindo-se numa séria ameaça à viabilidade econômica e social dos Projetos de Assentamento. Em linhas gerais, concluiu-se que mesmo nas particularidades políticas e temporais dos assentados pesquisados, estes estão sendo capazes de se firmar como *sujeitos sociais*, capazes de empreender uma legitimação social das suas ações como assentados.

## ABSTRACT

---

We searched to study the experience of rural seateds anointed to this condition after an. Extensive history of life in the condition of habitants of sugar plantation and mill and wage-earned workers of sugar cane, when they had surpassed a process of secular social domination that reserved them to the subjection condition to assume a new social identity, now as new collective citizens of right. This social evolution of seated gave in a process of fight for the land as compensation for the looses working salaries and debt, contracted for agro-industrial enterprise in wich they worked for generations after the bankrupptey of that one. A differential in this experience of fight for land investigated grouping didn't obey the same criterions forms and methods of organization of the other movements for the agrarian reform, more organized and politicized. The construction of the new identity occurred in a process of resistance for the right to be land, the this, threatened by omissions of the State and insufficiencies of its public politics in the phase of implantation of the seating consisting in a serious threat the economic an social viability of the projects os Seating. In general lines, we exactly conclude that in the particularities politics and temporal of investigated seated, these are being capable of firming as citizens social capables to undertake a social legitimation of its as seateds.

# SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>1</b>   |
| <b>CAPÍTULO I – ENGENHOS E USINAS: RELAÇÕES SOCIAIS DE DOMINAÇÃO E SUJEIÇÃO NO BREJO PARAIBANO.....</b>              | <b>8</b>   |
| 1.1. SENHOR-DE-ENGENHO E CORONEL DO SERTÃO.....  | 22         |
| <b>CAPÍTULO II - USINA DE SANTA MARIA: APOGEU, FALÊNCIA E DESAPROPRIAÇÃO.....</b>                                    | <b>26</b>  |
| <b>CAPÍTULO III – ESTADO E ASSENTAMENTO: OMISSÕES QUE AFETAM O DIREITO DE FICAR NA TERRA.....</b>                    | <b>43</b>  |
| 3.1. O ESTADO E A REFORMA AGRÁRIA SEM REFORMA ESTRUTURAL.....  | 43         |
| 3.2. PROJETO LUMIAR: EXEMPLO DE ATUAÇÃO E DE AUSÊNCIA DO ESTADO EM REDENÇÃO.....                                     | 67         |
| <b>CAPÍTULO IV – ASSENTADOS DE REDENÇÃO: CONFLITOS E RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO DIREITO DE FICAR NA TERRA.....</b> | <b>78</b>  |
| 4.1. DE SUJEITO A LIBERTO: de morador a assentado.....   | 79         |
| 4.2. OS MEDIADORES E O NOVO ESPAÇO DE RELAÇÕES SOCIAIS DOS ASSENTADOS DE REDENÇÃO – A EXPERIÊNCIA DO SEDUP.....      | 86         |
| 4.3. OS ASSENTADOS E A DEFESA DO DIREITO DE FICAR NA TERA: CONSTRUÇÃO DE NOVOS SUJEITOS COLETIVOS DE DIREITOS.....   | 94         |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>121</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>   | <b>126</b> |

## **INTRODUÇÃO**

O tema da reforma agrária tem sido recorrente na história econômica e política brasileira, permeando todo o século 20 e aguçando o debate sobre a questão agrária, a partir de meados da década de 80 do século passado.

Na década de 90 do mesmo século ocorreu uma intensificação das ocupações e dos conflitos entre trabalhadores sem terra e o latifúndio, potencializando a crise social no campo e conseqüentemente exercendo uma forte pressão sobre o Estado, obrigando-o a adotar políticas de contenção dos movimentos reivindicatórios através de concessões pontuais com as desapropriações de latifúndios improdutivos.

Entretanto, o que se observa é que mesmo o governo federal esboçando, executando e financiando determinadas políticas públicas para os novos produtores rurais, surgidos com o processo de desapropriação e a criação de Projetos de Assentamentos rurais, em geral, estes novos empreendimentos enfrentam graves problemas em seu processo de consolidação e viabilização econômica, estando distante de se constituírem como nova alternativa econômica de emprego e renda no campo.

Isto se deve ao fato, como enfocaremos no Capítulo III, de que o Estado ainda não incorpora o empreendimento rural na forma do Projeto de Assentamento como uma modalidade produtiva rural capaz de promover significativas mudanças na agricultura brasileira, revertendo o processo de concentração fundiária e de crise social no campo.

A atuação do Estado é marcada por uma ofensiva política ancorada numa sofisticada campanha de mídia, no sentido de legitimar sua “versão” de reforma agrária e por uma intervenção nos Projetos de Assentamentos dividida entre a omissão e a insuficiência de suas políticas de financiamento, apoio técnico e programas de melhoria das condições sociais e de vida daquelas comunidades produtivas.

Por outro lado, essa frágil intervenção do Estado nos assentamentos não ocorre sem uma contrapartida de reação dos assentados. Tem sido comum o noticiário informar sobre iniciativas dos movimentos sociais dos sem terra de ocupação de agências bancárias e órgãos públicos, manifestações de rua, protestos, etc. O conteúdo dessas reações é a de exigir o cumprimento de programas sociais e de financiamentos, a ampliação desses programas, a adoção de políticas públicas mais eficazes para os Projetos de Assentamentos implantados pelo Incra.

É nesse contexto que este trabalho pretende investigar a atuação do Estado no processo de distribuição de terra no Brejo Paraibano, mais especificamente nas terras da antiga Usina Santa Maria, concentrando o estudo na experiência vivida pelo Projeto de Assentamento de Redenção, um dos nove assentamentos implantados em 1997 com a falência da Usina e a desapropriação de suas terras. Aqui, o Estado tem uma presença quase inexistente, o que provoca enormes dificuldades de consolidação dos assentados, recebendo destes um conjunto de reivindicações e pressões para reverter o atual quadro de crise.

A pesquisa foi realizada no Projeto de Assentamento de Redenção que está localizado nas terras da antiga Usina Santa Maria. Esta estendia seus domínios por

terras nos municípios de Areia, Pilões e Serraria, municípios do Brejo Paraibano. Esta região localiza-se a 100 KM do litoral paraibano e compreende as terras situadas na escarpa oriental do Planalto da Borborema. É uma região caracterizada por vales úmidos e profundos e relevos acidentados, com índice de pluviosidade superior à média do Estado, dispendo de solos férteis e aptos para o cultivo agrícola. A Usina Santa Maria foi uma das maiores Usinas do Estado. No seu apogeu, a partir dos subsídios do Proalcool, a Usina chegou a ser uma das maiores contribuintes de ICMS, empregando direta e indiretamente cerca de seis mil pessoas. Em 1991, endividada, foi à falência e em 1997 teve suas terras desapropriadas.

Os assentados de Redenção são antigos moradores da Usina e trabalhadores assalariados da cana, com uma longa história de vida marcada pelas relações sociais de *dominação/subjugação*. Ao serem investidos na condição de pequenos produtores familiares os assentados consideram ter superado o período de *escravidão* na usina, podendo, hoje exercitar a sua condição de *libertos*. No Primeiro Capítulo, delinearemos uma trajetória sobre a história de vida das populações trabalhadoras do brejo paraibano ligadas à produção da cana, enfocando o processo de *dominação/subjugação* que permearam as relações sociais entre aquelas e os antigos senhores-de-engenho. O objetivo desse recorte foi estabelecer, a partir das representações dos assentados de hoje, a dicotomia presente em seu discurso quando se referem ao trabalho da usina como uma época de sujeição e sua condição de hoje, como libertos.

Consideramos que o processo de luta pela redistribuição de terras da antiga Usina Santa Maria, embora não se assemelhe aos métodos e histórias empreendidas por

outros movimentos contemporâneos de luta pela terra, a exemplo do MST e CPT, revela um caráter de resistência e conflitos com os antigos proprietários da usina. Nesse sentido a experiência dos assentados mostra o surgimento de novas relações sociais vivenciadas a partir da crise da usina, a ameaça de desemprego e a luta pelo pagamento das pendências salariais e previdenciárias, luta esta precursora das mobilizações pela conquista da terra.

Assim, o exercício da condição de *libertos* coincide com o processo de resistência pelo *direito de ficar na terra*, que trataremos no Quarto Capítulo. Consideram os assentados que a ausência do Estado ou a insuficiência de suas políticas públicas constituem uma grave ameaça àquele *direito*. Ao se organizarem e se mobilizarem para reverter esse quadro, os assentados constroem uma nova identidade social num espaço de socialização política de uma experiência de ação coletiva, num processo de emersão de um novo *sujeito coletivo de direitos*.

Esse *sujeito coletivo de direito* constituído tendo como *móvel* o conflito e as diferenciações em face do Estado, criam direitos socialmente legitimados por uma prática de relações solidárias na defesa do interesse coletivo de ficar na terra como um direito inerente, apriorístico, num ambiente de pluralidade de direitos e de pluralismo jurídico.

Para obter os resultados propostos por este trabalho, inicialmente foi definido um assentamento para estudo de caso. A escolha do Projeto de Redenção deveu-se à aplicação de alguns critérios.

Primeiramente, Redenção tem uma história de conquista da terra peculiar pois resultou não de uma ação organizada e pensada de fora, ou seja, a partir de uma direção política constituída por organização previamente estabelecida, a exemplo do MST e CPT, partidos, etc. Foi uma ação em que o grupo social formado por antigos moradores dos Engenhos Cantinho e Mercês, da Usina Santa Maria, em associação com os trabalhadores assalariados de outros engenhos da Usina, organizaram-se para uma luta por direitos trabalhistas e previdenciários que depois evoluiu para a luta pela terra. Neste caso, a ação dos mediadores - a exemplo da igreja, universidade e sindicato, com destaque para a Associação SEDUP – exerceram um papel de fundamental importância em todo o processo de luta.

Segundo, é que o Projeto de Assentamento de Redenção é o maior em contingente de assentados entre todos os assentamentos da área. Essa situação atribuiu aos Engenhos Cantinho e Mercês - que sediam o Projeto de Assentamento de Redenção - um significativo papel no processo de luta pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria.

Não foi levado em conta o tempo de existência, origem social dos assentados, tipos de mediadores e tipos de consequências com a aplicação ou não das políticas públicas, pois verifica-se uma certa uniformidade entre todos os assentamentos no que diz respeito aos aspectos destacados, embora registre-se situações diferenciadas socialmente entre determinadas famílias por disporem de outras fontes de renda familiar.

O recolhimento das informações foi sistematizado inicialmente com visitas ao assentamento, onde por meio de entrevistas semi estruturadas e participação em reuniões da Associação de Redenção. Foram ouvidas lideranças dos assentados, assentados, líderes sindicais, membros de outras associações de assentados da antiga Usina de Santa Maria além de participantes de entidades que apoiaram a luta dos assentados.

O primeiro contato com o PA de Redenção ocorreu através de Didiu, técnico-agrícola da UFPB-Campus III(Areia), que teve ampla participação nos primeiros meses que se seguiram à falência da Usina Santa Maria. Ainda quanto à contribuição de Didiu, aproveitou-se uma extensa entrevista concedida por este ao trabalho de pesquisa desenvolvido pela a Prof<sup>a</sup> Emília Moreira. Didiu possibilitou o contato com Roberto, Presidente da Associação de Redenção, quando se iniciou verdadeiramente o trabalho de campo no mês de maio de 2001.

O trabalho de pesquisa no PA de Redenção e em outras áreas da antiga Usina de Santa Maria concentrou-se na obtenção de dados, experiências de vida e do processo de luta pela terra daquela comunidade de trabalhadores, a partir das falas destes, buscando reconstituir suas representações como trabalhadores da usina, desempregados quando da falência e proprietários de um lote de terra, agora na condição de assentados.

Fora realizadas entrevistas entre junho de 2001 até maio de 2002. O público para as entrevistas escolhido procurou dar conta de experiências e visões a partir de diversos ângulos, considerando aqui dirigentes de diversas associações de assentados da área

da usina, dirigentes sindicais, os próprios assentados; entre os jovens e pessoas de idade avançada com idade acima de 60 anos, buscou-se nos últimos, uma conexão entre duas experiências de vida distintas, uma com o trabalho na Usina e outro como assentados. Já os entrevistados jovens, com idade de até 35 anos, buscou-se analisar suas perspectivas de vida, a partir do assentamento, relacionando com a omissão do Estado no processo de consolidação do assentamento.

No período de onze meses de pesquisa, participamos de três assembleias gerais da Associação de Redenção, quando foram discutidos assuntos de interesse dos assentados, a exemplo do financiamento da parede do açude, outros financiamentos e por último, no mês de junho de 2002, a assembleia que discutiu com um representante do Incra a liberação de recursos para habitação.

Foi consultado o processo de desapropriação das terras da antiga Usina Santa Maria disponível no INCRA, do IBGE, documentos da Associação dos Assentados de Redenção, internet e outros.

A Associação SEDUP- Serviço de Educação Popular, organização não-governamental, com sede em Guarabira e ligada à Igreja Católica, forneceu vasto material que enfocava seu trabalho desenvolvido na área, desde o processo de luta trabalhista dos canavieiros, passando pela falência da Usina indo até a luta pela desapropriação. Neste material foram consultados, documentos, informativos publicados em 1996 e anos seguintes, dados estatísticos, além de entrevista com Ângela, uma de suas assessoras, concedida em 2002. Toda essa documentação, bem

como a entrevista forneceram precioso material de informação e análise do processo de formação de um novo sujeito coletivo de direitos.

Na análise sobre a ação do Estado, servimo-nos de um relato de Elisa, ex-assistente social do Projeto Lumiar na área do assentamento de Redenção, que retratou em detalhes as dificuldades encontradas quando da implantação do Lumiar, o trabalho desenvolvido e a metodologia aplicada pelo Projeto na abordagem da nova situação social enfrentada pelos assentados. Esse material também, serviu de referencial para estabelecer um contraponto entre a ação e a omissão do Estado no processo de consolidação do assentamento rural.

O enfoque do processo de resistência adotou como referência teórica – na perspectiva da sociologia jurídica, tendo como pressuposto o conflito – o pluralismo jurídico e/ou a pluralidade de direitos, também como método de se implementar um diálogo entre os assentados como ser social, possível de coletivamente lutarem em defesa do seu *direito de ficar* na terra.

Para Wolkmer(1994:209), este pluralismo jurídico se impõe como um novo referencial dos fatores jurídicos e políticos que, necessariamente, está comprometido com a atuação de novos sujeitos coletivos(*legitimidade dos atores*), com a satisfação das necessidades humanas essenciais (*fundamentos materiais*) e com o processo político democrático de descentralização, participação e controle comunitário(*estratégias*).

Assim buscou-se sistematizar o esforço de resistência dos assentados, a partir do seu *direito de ficar* na terra, abordando as ações/reações dos assentados na busca e defesa

dos seus direitos frente às omissões do Estado, sob a ótica da Sociologia Jurídica, que, na definição de Cláudio Souto(1981:12), é a ciência que investiga, através de métodos e técnicas de pesquisa empírica(isto é, pesquisa baseada na observação controlada dos fatos), o fenômeno social jurídico e correlação com a realidade social, ou seja, a Sociologia Jurídica indaga a realidade social total em função do direito, estudando as relações recíprocas existentes entre a realidade social total com o direito.

É desse esforço que tentaremos investigar a experiência dos assentados de Redenção.

Vamos ao desafio!

## CAPÍTULO I

### **ENGENHOS E USINAS: RELAÇÕES SOCIAIS DE DOMINAÇÃO SUJEIÇÃO NO BREJO PARAIBANO**

As populações rurais que se localizam no Brejo Paraibano - onde estão encravadas as terras da antiga usina Santa Maria e, nestas, o Projeto de Assentamento de Redenção, recortes deste trabalho de pesquisa - formaram-se secularmente relacionadas com a produção da cana-de-açúcar cuja organização produtiva assumira a forma dos antigos Engenhos<sup>1</sup>.

Para analisarmos as relações sociais presentes no Brejo Paraibano, nos concentraremos na região polarizada pelo município de Areia, porque este representou por largo período, o apogeu do desenvolvimento econômico daquela região. Para isso, contextualizaremos a ocupação e usos do espaço agrário do Brejo Paraibano, enfocando o desenvolvimento da produção da cana-de-açúcar e suas

---

<sup>1</sup> Segundo Moreira & Targino (1997:33-34), a organização inicial do espaço agrário litorâneo, a exemplo do que ocorreu em toda a fachada oriental do Nordeste, baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas conhecidas por Engenho e no trabalho escravo. Tratava-se de um espaço construído e organizado para atender às necessidades de acumulação do capital mercantil (...) A exceção dos produtos de luxo importados da metrópole, os Engenhos produziam quase de tudo que necessitavam. O senhor de Engenho detinha grande poder nos limites de sua propriedade. Segundo ANTONIL, ser senhor de Engenho era um título que todos ambicionavam, pois implicava “*um ser obedecido e respeitado por todos*”. O Engenho de açúcar constituía a base econômica e social da colônia. A unidade de produção do sistema açucareiro compreendia tanta a atividade agrícola quanto a atividade industrial.

decorrentes relações sociais e de trabalho, envolvendo os segmentos sociais que, de uma forma ou de outra, estabeleceram entre si relações de domínio e subjugação.

Buscaremos os referenciais necessários para, no dizer de Garcia Júnior(1989), estudar o modo de dominação tradicional, relacionando-o com os discursos que os atuais assentados do Projeto de Assentamento(PA) de Redenção fazem em torno da oposição entre *libertos* e *sujeitos* no seu espaço social de transformação com a conquista da terra e pelo direito de permanência nela.

O município de Areia exerceu forte influência geopolítica no Brejo Paraibano por largo período, particularmente, a partir do século XIX, quando alcançou a condição de importante centro comercial, político, administrativo e religioso.

Geograficamente, era nas terras de Areia onde estavam concentrados os engenhos de cana, devido às condições climáticas e do solo mais favoráveis para a exploração da cana-de-açúcar. Os senhores-de-engenho, que em regra eram proprietários de fazendas no Agreste e no Curimataú, residiam com suas famílias no engenho de onde estabeleciam todo o seu domínio. (Garcia Júnior, 1989)

Comercialmente, Areia destacou-se como produtor de cana-de-açúcar e de algodão, ao mesmo tempo em que comercializava um sem número de produtos de importação, utensílios e artefatos domésticos, suprimindo de alguma forma as necessidades de consumo dos engenhos das redondezas. Esbanjando pujança no comércio e nos ricos engenhos em suas terras, a cidade transformou-se rapidamente num importante conglomerado político e administrativo. Garcia Júnior(1989:37), relata que Areia se constituía na sede das principais instituições locais, como Câmara de Vereadores,

delegacia de Polícia e cadeia municipal, havendo ainda juiz de direito e cartório. Possuía as únicas escolas primárias das redondezas, no século passado, e abrigava um professor de latim e francês para os que prosseguiam os estudos, com a finalidade de tornarem-se seminaristas, bacharéis de direito, médicos ou oficiais do exército. Socialmente, Areia atraía os moradores das fazendas e engenhos durante a festa da Padroeira, uma vez por ano. (Garcia Júnior, 1989)

Na região do Brejo Paraibano, as relações sociais de dominação se consolidaram com o advento do século XIX, após várias transformações que se operaram nos velhos e seculares engenhos que formavam o modelo de cultivo e moagem da cana. As transformações foram principalmente impulsionadas pela proliferação do uso do arado e o plantio de uma nova variedade de cana, a *caiana*, trazida da Guiana Francesa. Vários outros fatores contribuíram para estas mudanças, como por exemplo, os investimentos governamentais em infra-estrutura com a construção de estradas de rodagem e, posteriormente, a construção de estradas de ferro que ligavam áreas longínquas do interior aos centros urbanos e comerciais mais desenvolvidos.

Nesse período, apesar das significativas transformações na produção da cana, o mercado internacional do açúcar impôs novas exigências no que se refere à qualidade do produto. A produção concentrada nos antigos bangüês<sup>2</sup>, os quais produziam um açúcar de qualidade bastante inferior ao já comercializado internacionalmente, impôs aos senhores-de-engenho a necessidade de aperfeiçoar suas instalações com a

---

<sup>2</sup> Segundo o Dicionário Aurélio, bangüê é uma espécie de propriedade agrícola com canaviais e engenho de bangüê, este um engenho de açúcar primitivo, anterior à usina.

implementação de novas técnicas e processos de produção. Surge então a usina<sup>3</sup>, que teve o seu grande impulso como a nova modalidade de produção de açúcar, nas duas últimas décadas do século XIX, especialmente em Pernambuco, estado que liderou por muitos anos a produção açucareira no Nordeste.

Assim, a cultura da cana-de-açúcar estava em plena expansão não só territorial, como em importância no conjunto da economia da época. Neste contexto, sobressaía o engenho como a unidade produtiva tecnicamente mais avançada de beneficiamento da cana. Os engenhos eram formados por um número significativo de pessoas que se dividiam nas mais variadas funções tanto produtiva quanto socialmente.

A divisão social do trabalho, desde os primórdios da produção açucareira no Nordeste, e sucessivamente por dezenas de anos, designava as tarefas mais importantes, que exigiam habilidades técnicas, para segmentos socialmente estratificados ou como exclusivas dos brancos: o capelão, o mestre de açúcar, o banqueiro, o mestre-purgador, o escumador, o feitor e os lavradores. Algum tempo depois é que negros e mulatos ascenderam para aqueles ofícios. Além dos brancos, constituíam a população dos engenhos, negros e índios na condição de escravos do senhor-de-engenho. No sistema de produção e industrialização da cana, o engenho passou gradativamente a ser mais uma unidade de beneficiamento do que

---

<sup>3</sup> Na definição de Manuel Correia de Andrade(1998:101), usinas são instalações da moderna fábrica de açúcar em terras do antigo bangüê e às custas de seu proprietário; quase sempre de proprietário mais rico, às vezes possuidor de vários engenhos, mais esclarecido, e de espírito empreendedor. Para Moreira & Targino(1997:58), a usina é um estabelecimento voltado para a produção de açúcar. Trata-se de uma empresa fabril que exerce também a atividade agrícola. Ela surgiu apoiada pelo poder público, não constituindo, portanto, um resultado espontâneo do dinamismo do setor açucareiro, mas uma das várias formas por ele encontrada para garantir sua sobrevivência.

propriamente apenas uma enorme extensão de terra para o plantio da cana. Para isso, o senhor-de-engenho industrializava parte da cana plantada em sua propriedade indo buscar a produção dos lavradores, que forneciam a sua cana aos engenhos que melhor lhes conviessem.

Ainda no século XIX, despontou também uma certa diversificação na produção agrícola do Nordeste, quando a cana sofreu a concorrência do algodão. Segundo Andrade(1998:92), o algodão constituiu um sério problema para a cana-de-açúcar, considerada até então como uma cultura imperial, porque o mesmo apossara-se das terras, conquistara as várzeas de massapê e as grotas de barro vermelho, destruíra as matas, afugentara os animais e só permitia que outras lavouras se desenvolvessem, qual vassalagem, nas áreas em que a cana-de-açúcar não podia, nas condições da época, medrar.

Nessa trajetória a cana-de-açúcar desalojou, isolou ou empurrou para áreas longínquas dos centros urbanos mais desenvolvidos, os coqueirais, a mandioca, o feijão, as fruteiras, o gado, etc. Entretanto, com o algodão, a cana sofreu um profundo revés. Citando Gileno de Carli e Celso Maris, Andrade(1998:93) afirma que o algodão não foi apenas lavoura de pobre, mas também lavoura de rico principalmente referindo-se à Paraíba.

O impulso na produção algodoeira foi decorrente da ampliação do mercado, com a produção de tecidos ordinários para a fabricação de roupa dos escravos como também, do desenvolvimento da indústria têxtil na Inglaterra, consequência direta da

Revolução Industrial. Por outro lado, o algodão era uma cultura que dispunha de incontáveis facilidades, diferentemente da cana-de-açúcar.

Para Andrade(1998:94), o curto ciclo vegetativo do algodão requeria apenas poucas limpas ou capinas. Conseqüentemente, não ocupava braços durante todo o ano, como ocorria com a cana-de-açúcar. Não havia, assim, vantagem em adquirir escravos a preços elevados para que eles trabalhassem apenas durante algum tempo, ficando pois, inativos vários meses, sem produzir e, ainda, consumindo alimentos. Daí a cultura algodoeira, na segunda metade do século XIX, quase não usou o trabalho escravo. Assim, para o senhor-de-engenho, era preferível pagar aos moradores as fainas agrícolas quando a procura de braços se tornou grande e a mão-de-obra insuficiente, provocando a ascensão dos salários até mil-réis diários. As significativas modificações na produção agrícola daquela época provocaram importantes alterações nas relações de trabalho, especialmente, entre o trabalho escravo e o assalariado.

Pelos meados do século XIX, o tráfico de escravos africanos ainda se constituía num mercado intenso. A aquisição do escravo, para ser utilizado como mão-de-obra, era realizada principalmente pelo senhor-de-engenho. Entretanto, o custo da compra e o enorme dispêndio para a manutenção do escravo estava aos poucos alterando o perfil da mão-de-obra em terras nordestinas. Começou a rarear os senhores-de-engenho que dispunham de um grande número de braços escravos. Para complementar a mão-de-obra necessária, os senhores-de-engenho contratavam trabalhadores assalariados, compostos essencialmente por índios semicivilizados, mulatos e negros libertos.

A esses contingentes sociais somavam-se os *moradores de sujeição*<sup>4</sup>. Aos *moradores*, os senhores-de-engenho permitiam morar em suas terras, aos quais era autorizado a reservar no máximo um hectare de terra, onde podiam erguer a sua choupana, plantar algumas fruteiras, leguminosas e hortaliças etc. Em troca, trabalhavam de um a três dias por semana para o senhor-de-engenho, por baixo preço ou gratuito. (Andrade, 1998:97). Em regra, o senhor-de-engenho que adotava o *morador de sujeição* dispunha de significativo patrimônio fundiário, capaz de constituir uma clientela de indivíduos submetidos a laços de dependência, rede que assegurava um poder social tanto maior quanto mais elevado fosse o número de indivíduos que a compunha. Em outros termos, procurava acumular graças ao patrimônio fundiário, uma força social específica, tanto material pelo número de braços à disposição, quanto simbólica, pelo número dos que os reconheciam como senhores. (Garcia Júnior., 1989:39).

É importante observar também que quanto mais numerosa a família, mais fácil seria conseguir a condição de *morador de sujeição*. Isto porque uma família numerosa

---

<sup>4</sup> Segundo Garcia Júnior(1989:38), “Até 1888, os *senhores-de-engenho* possuíram escravos negros de origem africana. Diversamente de outras regiões açucareiras do Nordeste, o Brejo parece não ter tido mais de 20% da força de trabalho constituída por escravos. Os *senhores-de-engenho* se apoiavam sobretudo no trabalho de todos aqueles que estavam submetidos a eles pelo simples fato de residirem em seus domínios, os *moradores*. Depois da Abolição da Escravatura a parte essencial do trabalho nos *engenhos* era efetuada por *moradores* (...) Ser *morador* ou tornar-se *morador* significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência, que o termo *morar* revela, tem um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao *senhor-de-engenho* não pedia trabalho, pedia uma *morada*. Entre as obrigações que a *morada* acarretava, havia forçosamente o trabalho para o domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças, saber que podia vir apenas se havia trabalho no *engenho*. Ao pedir *morada*, quem o fazia já demonstrava não ter escolha melhor, para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caíam assim sob a estrita dependência do *senhor*, diferentemente dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não tinham meios suficientes para viver sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria(mesmo se dormissem no domínio durante o desenrolar dos trabalhos).”

dispunha de mais braços para a lavoura e outros serviços, sendo, portanto, mais rendosa aos negócios do engenho.<sup>5</sup>

Para Moreira e Targino (1997:45),

*“outra característica da morada era o seu caráter interpessoal. O acordo e as condições estabelecidas eram negociadas diretamente entre as partes, sem qualquer intermediação estatal. Era um acordo desigual porque podia ser rompido a qualquer momento pelo proprietário da terra, enquanto que o rompimento por parte do trabalhador só podia ocorrer se ele não tivesse em débito com o patrão. O contrato era oral e implicava uma série de compromisso de parte a parte. Ao patrão cabia dar a terra, a água, a lenha, a permissão de plantar e criar. Ao morador cabia trabalhar unicamente para o senhor, obedecer-lhe e ser-lhe fiel. O controle que o patrão exercia sobre essa força de trabalho se fazia através do acesso à terra. Em alguns casos, à medida que se consolidava o sistema de morada, esse controle era reforçado pelo endividamento do trabalhador através do sistema de barracão e de vales. O trabalhador endividado era impedido de sair da terra a não ser quando o patrão assim o desejasse. A sujeição ao barracão e ao vale imprimia um caráter de semi-escravidão ao sistema de morada.”* (Grifo nosso)<sup>6</sup>

Dessa forma, os senhores-de-engenho puderam realizar uma ocupação de suas terras de maneira mais apropriada, não só para possibilitar a sua exploração como também para assegurar a posse do imóvel, já que era comum a disputa por limites de terra.

---

<sup>5</sup> Afrânio Raul Garcia Júnior registra que, na verdade não havia concessão da terra e sim a concessão de utilização da terra, onde também não eram permitidas certas práticas produtivas a exemplo da plantação de árvores, cana-de-açúcar ou produtos para venda pelo morador. A criação de animais dependia da autorização do senhor, pois a estes estava reservado o direito de possuir “cavalos e bestas de carga, meios de transportes por excelência, ‘privilégio’ que era por vezes concedido aos prepostos. O senhor-de-engenho tratava de impedir que os *moradores de sujeição* dispusessem de todos os meios necessários para assegurar a sua sobrevivência. Dois mecanismos de *dependência* eram utilizados: a insuficiente quantidade de terra e os velhos barracões, onde se vendia fiado e de tudo para a subsistência do morador. Com isso, o trabalhador preso naquelas “amarras” de dependência, se obrigava a trabalhar para o senhor-de-engenho, como a única forma de conseguir dinheiro “para as compras indispensáveis como sal e o querosene, e para o pagamento das dívidas eventuais contraídas no *barracão*.” (Garcia Júnior, 1989:39-40)

<sup>6</sup> Targino e Moreira(1994:46), acrescentam a existência de outras malhas das relações sociais entre o senhor de engenho e o morador, caracterizando-se por um “estreitamento” das relações pessoais entre ambos. Os mecanismos dessa relação que na verdade reforçavam ainda mais a relação de poder e sujeição, do patrão sobre o morador, e concretizavam-se por: “o alinhamento com os patrões nas disputas eleitorais e as relações de compadrio; quando necessário, a defesa do patrão em eventuais conflitos com outros proprietários. Em troca dessa lealdade, os trabalhadores recebiam, além das condições de moradia já citadas, proteção e assistência. Em outras palavras, a sujeição do trabalhador em troca de proteção reforçava a dominação e o controle da classe patronal sobre o mesmo.”

Poucos anos antes do fim da escravidão, com algumas restrições ao tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre e a venda de escravos para as lavouras de café no sul, diminuiu enormemente a presença da mão-de-obra negra e conseqüentemente aumentou a mão-de-obra assalariada na produção da indústria açucareira. Ofícios como os de pedreiro, oleiro, tanoeiro, etc., ao norte de Recife, eram exercidos por homens livres que muitas vezes residiam em vilas, cidades e povoações. Esse fato que se observava ao norte de Pernambuco era ainda mais sentido no Rio Grande do Norte e na Paraíba, onde era menor o número de escravos. Andrade(1998:69)

Na Paraíba, o número de escravos nesta região sempre foi pequeno em relação às outras regiões do Nordeste. Comparativamente, enquanto na Bahia, em 1857, havia 1.200 engenhos e 70.000 escravos, na Paraíba em 1825, havia 20.000, com esse número reduzindo-se para pouco mais de 2.152 escravos, em 1872.<sup>7</sup>

Henrique Milet, citado por Andrade (1998:99), afirmou que o fim do tráfico de escravos não trouxe prejuízo ao cultivo do algodão, uma vez que a produção aumentou depois de 1855. Informou também, que as lavouras de algodão eram feitas quase inteiramente por assalariados assim como mais da metade da lavoura da cana-de-açúcar. Isto foi possível devido ao crescente aumento da participação na produção dos plantadores livres, portanto, do sistema de parceria. Só o trabalho mais pesado a exemplo do corte, transporte e manipulação da cana, continuavam a ser feitos quase unicamente por escravos.

---

<sup>7</sup> Garcia Júnior(1989), citando José Américo de Almeida, indica os dados acima sobre a participação do escravo negro no Nordeste, embora não se tendo informações mais precisas sobre o número de escravos existentes na Paraíba no ano de 1857. Entretanto, analisando o período entre 1825 e 1872, temos uma visibilidade não só dos quantitativos, mas, também do processo de perda relativa da mão-de-obra escrava no interior da Paraíba.

Com o fim da escravidão, os negros foram largados à sua própria sorte. Libertos, já que podiam trocar de *senhor* quando bem lhe aprouvesse, foram engrossar a mão-de-obra assalariada à disposição dos senhores-de-engenho. Entretanto, as relações sociais e de trabalho, onde sobressaíam a dominação e a sujeição, iriam se reproduzir em novas formas como também sobreviver ainda por dezenas de anos: de um lado, o todo poderoso senhor-de-engenho, antecessor do usineiro, pontificado em seu poder político e econômico; e de outro, pequenos proprietários, *moradores de sujeição* e assalariados (mulatos e negros), os quais deram origem aos atuais assentados com as suas representações mentais e sociais oriundas de relações de trabalho seculares de *dominação/sujeição*.

Muitos autores advogam, entre eles José de Sousa Martins(2000), que a abolição da escravatura em 1888 foi ato parcial só remotamente inspirado no eventual afã de liberdade dos cativos. Motivou-a o estrito interesse econômico dos grandes proprietários de terra, em face do encarecimento do trabalho escravo em relação a formas alternativas de trabalho livre. A abolição deixou para trás uma multidão de negros, índios e de mestiços de todos os matizes, presos à sujeição de formas arcaicas de exploração do trabalho. Formas servis ou semi-servis que, em certa medida e com novas *roupagens* persistem até nossos dias de muitos modos e que alcançaram até mesmo pessoas de outras origens.

Aqui pretendemos, preliminarmente, tratar da conformação das relações sociais de *dominação/sujeição* na região nucleada pelo município de Areia do Século XIX até meados do século XX, na medida em que, mais adiante, trataremos da relação social entre o senhor-de-engenho e os outros segmentos sociais situados sob o seu domínio

e das diferenciações entre os diversos segmentos dos dominados. Ou seja, faz-se necessário discorrer, mesmo brevemente, compreendendo, pois, este estudo preliminar, apenas com o caráter de diferenciação das diversas *categorias sociais* de dominados que por herança social – aqui enfocando as categorias oriundas das relações familiares e de trabalho - produziram os símbolos e conceitos mentalizados pelos atuais ocupantes das terras da Usina Santa Maria.

No dizer de Garcia Júnior(1989), isto significa estudar as referências materiais e simbólicas dos discursos organizados em torno da oposição entre *libertos*<sup>8</sup> e *sujeitos* e as condições históricas de tais usos.

É importante registrar que o fenômeno da utilização da mão-de-obra escrava representou pouco no conjunto da produção agrícola na região de Areia. Essa cidade inclusive destacou-se por ter abolido a escravidão dos negros em 03 de maio de 1888, dez dias antes da Lei Áurea. Segundo Horácio Almeida, havia uma sociedade emancipacionista no município desde 1873 (fundada por um professor) agrupando comerciantes, professores, advogados, e também senhores-de-engenho, que editava

---

<sup>8</sup> Garcia Júnior(1989:14-15), sobre a categoria sujeito, define: O uso mais freqüente define, mas não o único, associa *sujeitos* aos trabalhadores residentes nas grandes plantações, e *libertos*, aos demais. Porém, esta distinção não tem nenhum fundamento jurídico, já que todos os indivíduos são declarados iguais perante a lei. Esta classificação não é, portanto, nem reconhecida, nem sancionada pelo estado; também não encontra fundamento em tipo semijurídico, como as classificações estatísticas oficiais. Como considerar tais classificações do ponto de vista sociológico? Primeiramente, a análise sociológica pode considerar tais classificações como pura ilusão, que devem ser abandonadas. Tal postura significa que se renuncia a poder explicar a existência mesma destas representações no discurso e na mente dos agentes sociais. Uma segunda possibilidade seria tratá-las como um resíduo ou sobrevivência de uma situação passada. Neste caso tem-se ao menos uma explicação para a existência presente do uso de tais expressões: os agentes descrevem como atual a relação de escravidão, que foi abolida há 100 anos. A significação corrente destas palavras e seu registro em dicionários serviram de ponto de apoio para esta explicação. Esta explicação não considera a “sobrevivência” da classificação como resultante do “atraso” das representações mentais sobre a realidade; ela não se interroga sobre as razões específicas deste “ anacronismo” particular, atribuindo a esta classificação uma importância apenas simbólica.

um jornal e coletava dinheiro para financiar a alforria dos escravos.(Garcia Júnior, 1989:38)

Quanto ao senhor-de-engenho<sup>9</sup>, sua atividade resumia-se a exercer o comando de seus negócios e de seu poder político. Nem a ele, nem a qualquer membro de sua família, cabiam tarefas diretamente relacionadas com a plantação da cana ou a produção de açúcar. Os trabalhos mais penosos de preparo da terra, cultivo da cana, da produção do açúcar e seus derivados e a manutenção dos equipamentos da usina eram realizados por trabalhadores submetidos à dependência pessoal do senhor-de-engenho: os *moradores de condição* na denominação de Andrade(1998:96).<sup>10</sup>

Aos *moradores de condição*<sup>11</sup>, o senhor-de-engenho destinava um pequeno sítio com área não superior a um hectare, onde os *moradores* dispunham de uma choupana. Ali, cultivavam produtos de subsistência, com destaque para a mandioca que era usada para feitura de farinha nas casas de farinha do próprio engenho. Pela obrigação da *sujeição*, os *moradores* trabalhavam de dois a três dias por semana para o senhor-

---

<sup>9</sup> Para Alberto Passos Guimarães(1989:64), o engenho e o senhor-de-engenho era “misto de senhorio feudal e patriciado rural, numa combinação de atividades agrícolas e manufatureiras, a que se vinham juntar formas assalariadas de trabalho, oficiais recebendo soldos, antecipando-se aos tímidos e raros esboços de produção capitalista – tal era a economia açucareira. Todavia, esse conjunto prenhe de antagonismos formava um amálgama, uma unidade de forças contrárias, em que se fundiam, num extremo, as mais rudes relações de dominação do ente humano. Estranha unidade de produção, em que os homens livres regrediam à condição de servos, os servos à condição de escravos, ao mesmo tempo que mercadores se convertiam em nobres, e nobres saídos do feudalismo se transformavam em senhores de escravos.”

<sup>10</sup> Garcia Júnior(1989) relata que, depois da Abolição da Escravatura, o trabalho principal do engenho era realizado pelos *moradores*. Nos meses de “pico do ciclo agrícola faziam apelo ao trabalho sazonal de pequenos proprietários das vizinhanças, que não ficam submetidos à mesma dependência que os *moradores*.”

<sup>11</sup> Embora Manuel Correia de Andrade utilize a denominação “morador de condição” para os que trabalhavam e moravam nos domínios do *senhor-de-engenho*, nos parece mais apropriada a denominação de *moradores de sujeição*, como utilizada por Garcia Júnior. Aqui está mais caracteriza a relação de dominação/sujeição no sentido de relação de *dependência*, que em muitos aspectos está presente um certa relação de *pertencimento* do *senhor-de-engenho* sobre o *morador*.

de-engenho durante a estação de chuvas, passando a trabalhar de cinco a seis dias na época da safra.(Andrade, 1998:96)

Ao contrário de muitas outras regiões do Nordeste brasileiro, em Areia a mão-de-obra do engenho não se centrava na figura do escravo de origem africana, que correspondia a apenas 20% da mão-de-obra.<sup>12</sup> A mão-de-obra fundava-se especialmente em quaisquer trabalhadores disponíveis e que estariam submetidos aos senhores-de-engenho pelo simples fato de residirem em seus domínios. Nos períodos de pico do ciclo agrícola faziam os senhores-de-engenho apelo ao trabalho sazonal de pequenos proprietários das vizinhanças, que não ficavam submetidos à mesma dependência que os *moradores*.<sup>13</sup>

Os trabalhadores rurais, descreve o escritor areiense Horácio de Almeida, citado por Andrade (1998), moravam em mocambos de palha que mais pareciam chiqueiros de porcos. E nessas esterqueiras criavam a família, dormindo em magotes, jiraus de vara ou no chão úmido, na mais abjeta promiscuidade. Quando chovia, a água corria em bica por dentro da pocilga, onde todos viviam agachados. No terreiro dos casebres, meninos pançudos de pés cambados ostentavam a barriga cheia de lombrigas. As

---

<sup>12</sup> Na Paraíba, o percentual de escravos em relação ao total da população do estado, sempre foi relativamente pequena. Em 1825, 16,3% da população era formada por escravos, numa população de 122.407 habitantes. Em 1872, aquele percentual reduziu-se para 5,6%. Cf. Andrade, 1998:98).

<sup>13</sup> Em geral, os senhores-de-engenho da região dispunham de poucas condições para adquirirem escravos devido aos seus altos custos. Tollenare, citado por Andrade, relata que em 1817, em Recife, o preço de um escravo era bastante elevado, o que comparativamente correspondia ao preço de 4 bois ou 13 cavalos. Para suprirem a mão-de-obra necessária aos seus negócios, os senhores-de-engenho permitiam a morada em suas terras de trabalhadores, que a partir de então, estavam “sujeitados” a trabalhar para o proprietário da terra. Aqueles trabalhadores tinham então permissão de demarcar um pedaço de chão, plantar lavoura e erguer uma choupana. Surgiu assim o chamado *morador de sujeição*, o que para Andrade, constitui uma “grande parcela de trabalhadores de campo na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX (...) Os senhores-de-engenho, por outro lado, ocupavam, assim, melhor as suas terras, dispunham de braços para as lavouras e de pessoas que os acompanhassem nas lutas contra os vizinhos. (Andrade, 1998:97)

filhas moças não tinham mais do que uma *muda* (de roupa ou mulambo) para cobrir o corpo, e os moleques de dez anos já pegavam no pesado para ajudar os pais.(Andrade, 1998)

Ser *morador* dos engenhos representava condições variadas, onde de um lado significava literalmente *morar*, ocupando um pedaço de terra autorizado pelo *senhor* e de outro *trabalhar*, ou seja, assumir compromissos de realização de serviços remunerados ou não para o proprietário da terra, da maneira que melhor aprovesse àquele último.(Garcia Júnior, 1989:39).<sup>14</sup>

No interior do Nordeste, a relação de *dominação/dependência* entre o grande proprietário de terras e o trabalhador assumem diversas formas. Entretanto, ao analisar a relação entre o senhor-de-engenho e o *morador de sujeição*, também pode se verificar semelhanças de relações entre o morador e o proprietário de terra do sertão nordestino, o que faz ampliar os espaços de sujeição que são reproduzidas nas mentalizações e representações dos descendentes contemporâneos dos moradores de *sujeição*. Veremos a seguir como foram construídas e com se reproduziram tais relações de poder no interior dos sertões nordestinos.

---

<sup>14</sup> Para Garcia Jr.(1989:38-39), quem se apresentava ao senhor-de-engenho “não pedia trabalho, pedia *morada*. Entre as obrigações que a *morada* acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas essa não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças, saber que podia vir apenas se havia trabalho no *engenho*. Ao pedir *morada*, quem o fazia já demonstrava não ter escolha melhor, para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor*, que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si.. Caiam assim sob a estrita dependência do *senhor*, diferentemente dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não tinham meios suficientes para vir sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria (mesmo se dormissem no domínio durante o desenrolar dos trabalhos”.

## 1.1. Senhor-de-Engenho e Coronel do Sertão

Da mesma forma que o senhor-de-engenho, o coronel do sertão - poderoso proprietário de terras do interior nordestino - exercia o papel de mediador entre o *morador* e o mundo exterior aos limites dos seus domínios, mediação essa que também atuava como um mecanismo de aprofundamento da dependência do último com o primeiro, pois, os espaços sociais do *morador* estavam *sujeitados* e resumidos aos espaços de domínios do senhor-de-engenho e do coronel.

Para César Barreira(1992:18), o coronel-proprietário de terra, como protetor, orientador e prestador de serviços, configurava portanto, a dominação natural, familiar e eterna, adjetivações que compõem a base do poder tradicional no sertão.<sup>15</sup> Assim, as figuras do coronel do sertão e a do senhor-de-engenho representavam, sobremaneira, para os padrões de exercício do poder e da hierarquia social no interior nordestino do século XIX, a configuração de um poder pessoal institucionalizado no conjunto das outras representações do poder oficial – Prefeitura, Câmara Municipal, Governo Estadual, Poder Judiciário, etc., ou seja, o mundo exterior ao engenho – como também configuravam o poder no imaginário de submissão dos que viviam naquela ordem social de dependência. Nesta ótica reproduziu-se toda uma ideologia da lealdade e compromisso moral, intrínseca das leis do sertão, a mesma ideologia foi reproduzida também na zona canavieira do Brejo Paraibano.

---

<sup>15</sup> Ainda sobre essa relação de dependência. Barreira(1992:18). afirma que “como peça imemorial do jogo político do sertão. o coronel e a dominação substantiva que ele encarna tendem a adquirir um caráter de eternidade e a oferecer um modelo de ‘ordem social’. É importante observar, anota Barreira), que o caráter natural, familiar e eterno dessa dominação envolve um boa dose de mistério e desconhecimento. O mundo é difuso e misterioso e nele avultam o coronel e suas leis, o que facilita e torna quase natural a reprodução da dominação.

Na outra ponta dessa relação de poder/dominação no sertão, bem como nos engenhos de cana, o *morador* do coronel era submetido a uma posição de dependência não só econômica como, também, ideológica e cultural. Para os *moradores*, o coronel do sertão era o homem que não só preservava o monopólio do saber sobre o outro mundo, como procurava mostrar-se um conhecedor privilegiado dessa outra realidade através do realce de suas relações de amizade com o médico, o deputado, o juiz, etc. O outro lado da moeda, também enfatizado, é o da ignorância, o desconhecimento das leis e a falta de desenvoltura dos camponeses. Os coronéis seriam assim, o caminho natural para atravessar o fosso. (Barreira, 1992:17-18)

Entretanto, é importante observar que a relação entre o *morador* e o proprietário da terra não se constituía totalmente a partir apenas da concessão do direito de moradia. Da parte do *morador*, essa relação era permeada por uma série de *partidas e contrapartidas* dele para o *senhor*. A partir do acolhimento de expectativas dos *moradores*, nos diferentes planos em que estes contavam com sua proteção, é que o *senhor* ganhava crédito para administrar suas vidas e dispor delas segundo sua vontade (Garcia Júnior., 1989)<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Interessante a abordagem que faz Garcia Júnior(1989:40) acerca das relações de dependência do *morador* para com o senhor-de-engenho, a partir da interação de expectativas de ambos sobre o objeto comum que é o uso e a exploração econômica da terra do engenho. Para Garcia, havia um equilíbrio entre as solicitações recíprocas, entre as expectativas satisfeitas ou frustradas, que era necessário manter, e que **constituía o motor da relação**(grifo nosso). A situação dos moradores não era homogênea, mesmo no interior de uma mesma propriedade. Cada relação concreta mostrava uma configuração de concessões e obrigações diferentes, que só se explica completamente pela história particular das trocas *morador-senhor*. Ainda sobre a constituição da dependência, Garcia Júnior(idem) considera que existia na relação *morador-senhor* a instituição de vantagens materiais como contrapartida da fidelidade a pessoa do *senhor*, espécies de troca de favores, onde estava embutido que a concessão de tais favores, derivavam, para os *moradores*, dos dons generosos. Garcia Jr. conclui que: Era o senhor que, graças à prática de dons que instauram dívidas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação esta que engendrava, por sua vez, a esperança de novas recompensas. **O trabalho de dominação é tanto mais eficaz quanto consegue que o dominado**

A relação de trabalho e dominação entre o coronel do sertão e o *seu morador* também assumia quase as mesmas características que as verificadas entre o senhor-de-engenho e o *seu morador*, embora presidisse entre os primeiros um caráter de certa parceria. Sobre esta questão, Barreira(1992:20) define a relação de trabalho do *morador* do sertão como a de um *morador-parceiro*, situação na qual o camponês morava dentro da grande propriedade e pagava uma renda em produção ou mesmo em dinheiro pelo uso da terra: de moradia e de parceria.

Ainda como desdobramento das conclusões acima, Barreira(1992:20), indaga: que elementos dessa dupla relação reforçaram e possibilitaram a dominação tradicional dos proprietários de terra? A síntese das relações de trabalho no início do século XIX, feita por Henri Kaster(Cf. Barreira, idem), desvenda a origem da dominação e alguns de seus aspectos **até hoje presentes(grifo nosso)**: a posição que essas pessoas têm nessas terras ocupadas é insegura e essa insegurança constitui um dos grandes elementos do poder que um latifundiário desfruta entre seus moradores. Não há documento escrito, mas, o proprietário da terra autorizava verbalmente o morador a erguer sua casinha num terreno, habitando-a, sob condição de pagar uma renda mínima (de quatro a oito mil-réis, um ou dois guinéus ou pouco mais) e lhe permitia cultivar pessoalmente o terreno porém sua renda aumentaria se fosse auxiliado por terceiros. Às vezes na convenção verbal, dispunha que o rendeiro deveria prestar certos serviços em vez de pagar o foro em moeda.

---

**conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante: neste caso, a disponibilidade da própria pessoa torna-se um dado.**

É nesse contexto histórico de formalização de relações de poder e de subjugação, presentes nas relações sociais e de trabalho nos engenhos do século XIX e meados do século XX, que se reproduziram as representações do processo de dominação e sujeição, ainda presentes nas referências dos trabalhadores da cana e hoje assentados do Projeto de Assentamento de Redenção, encravadas na região polarizada pelo município de Areia.

A seguir veremos como essas representações emergiram com força quando da falência da Usina Santa Maria, a conseqüente desapropriação das suas terras em seu favor e a construção de um novo sujeito coletivo de direitos com a assunção da condição de assentados.

## **CAPÍTULO II**

### **USINA DE SANTA MARIA: APOGEU, FALÊNCIA E DESAPROPRIAÇÃO**

A Usina sucedeu ao Engenho no processamento da cana-de-açúcar no século XX. Como já tratado no Capítulo I, o surgimento da usina decorreu do melhoramento das técnicas e da organização produtiva para o beneficiamento da cana, com forte influência nos processos industriais como nos de transportes. Como afirma Andrade(1998) os velhos engenhos que durante tres séculos haviam tido uma evolução muito lenta, aos poucos sucumbiram à força tecnológica incorporada pela Usina.

Emília e Targino (1997:58) realizaram um interessante trabalho sobre o surgimento da Usina de açúcar na Paraíba, onde definiram tratar-se de uma empresa fabril que exerce também a atividade agrícola. Ela surgiu apoiada pelo poder público, não constituindo, portanto, um resultado espontâneo do dinamismo do setor açucareiro, mas uma das várias formas por ele encontrada para garantir sua sobrevivência.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> As primeiras Usinas paraibanas surgiram no baixo Paraíba. A mais antiga é a Usina Santa Rita, fundada em 1910 por Arquimedes C. de Oliveira com o nome de Usina Cumbe. Localizada no município de Santa Rita, ela foi adquirida em 1922 por Flávio Ribeiro Coutinho, responsável também pela mudança do seu nome.

As Usinas vieram a consolidar o seu poder e força econômica a partir de 1924. Neste ano o preço do açúcar no mercado internacional sofreu uma brutal queda, agravando ainda mais a crise do setor açucareiro. No Nordeste e, particularmente na Paraíba, outro fator representou uma piora ainda mais profunda da produção de cana e açúcar na região que foi a enchente do Rio Paraíba. Esses dois fatores aceleraram a quebra nos pequenos e médios produtores, os quais tiveram as suas propriedades absorvidas pelas usinas. (Moreira e Targino, 1997:59-60)

Esses fenômenos provocaram alterações nas relações de produção e de trabalho na zona canavieira do Nordeste. Duas conseqüências se fazem notar como resultado desse processo: a primeira é que ocorreram mudanças para melhor na qualidade do açúcar produzido; por outro lado, houve uma concentração de terras jamais experimentada anteriormente.<sup>18</sup>

Entre as modificações no mundo do trabalho operadas pela Usina, Moreira e Targino(1997:62-64) destacam as seguintes:

a) *a retração de formas tradicionais de trabalho*. Em primeiro momento, a Usina consolida o sistema morador, que era o grande fornecedor de mão-de-obra para a lavoura canavieira. Com o crescimento da produção e a concentração fundiária a Usina expulsa de suas terras os moradores, retoma as terras cedidas a lavradores e

---

<sup>18</sup> Moreira e Targino (1997:62) retomam as caracterizações das alterações promovidas pela Usina descritas por ANDRADE e MELO: "A usina era, assim, um autêntico D. João de terras, estando sempre disposta a estender seus trilhos, como verdadeiros tentáculos, pelas áreas onde pudesse obter cada vez mais canas. Esta fome de terras iria dar origem ao agravamento do latifúndio que desde a colonização aflige o Nordeste."(ANDRADE). Ainda sobre o processo de concentração fundiária promovida pela usina, diz Mario Lacerda de Melo: Em uma primeira fase, esse processo de concentração da propriedade fundiária compreendia sobretudo terras de velhos bangüês que iam ficando de fogo morto e tributários das usinas. Em uma segunda fase, abrangia predominantemente Engenhos já fornecedores de cana, mais ainda em mãos dos seus antigos proprietários.

faz desaparecer a figura do lavrador. Parcela desses lavradores “extintos” se transformam em trabalhadores assalariados da cana;

b) *expansão do assalariamento*. A Usina entra numa moderna modalidade de relação de trabalho, avançando no dizer de Moreira e Targino, o processo de monetarização das relações de trabalho via assalariamento da força-de-trabalho;

c) *surgimento do fornecedor da cana*. Com a substituição do Engenho pela Usina no beneficiamento da cana, os donos de Engenhos transformam-se em fornecedores de cana para a Usina e, como destaca Moreira e Targino, vinculando-se à Usina econômica e juridicamente;

d) *intensificação da sazonalidade do emprego*;

e) *substituição do senhor de Engenho pelo usineiro*, um moderno industrial urbanizado e sem vinculações de outra ordem com a terra.<sup>19</sup>

Foi nesse contexto sócio-econômico que surgiu e prosperou a Usina Santa Maria. Essa Usina teve como sede inicial uma extensão de terra localizada no município de Pilões, posteriormente estendendo-se por terras dos municípios de Areia e Serraria.

A Usina Santa Maria<sup>20</sup> esteve em atividade durante mais de trinta anos e já foi uma das maiores usinas da Paraíba, figurando entre os principais contribuintes de ICMS

---

<sup>19</sup> AZEVEDO in Moreira e Targino(1997:64): “Sem ligação com o campo, ao contrário do Senhor de Engenho, o usineiro é um homem da cidade, industrial como qualquer outro tipo de empreendedor e capitão de indústria que apenas vê na lavoura a produção de matéria-prima indispensável às suas fábricas e marca com uma intensidade sem igual, a irrupção e a influência da cultura urbana sobre o campo de que se serve, pela exploração, mas a qual não se liga pela sua mentalidade e pelos seus hábitos de vida política no Brasil.”

do estado. Segundo dados fornecidos pela Associação dos Assentados de Redenção e o SEDUP, a Usina além de produzir cana-de-açúcar em terras de sua propriedade, adquiria a produção de cana das pequenas fazendas das redondezas, muitas delas, eram faixas de terra arrendadas por pequenos produtores. O passo seguinte da Usina foi ela própria arrendar boa parte das fazendas que antes lhe vendia a cana plantada. A partir do impulso à produção da cana na região, proporcionado pelo Proalcool em meados da década de 70 do século passado, a Usina Santa Maria deu início à compra de fazendas cujas terras contínuas se estendiam pelos municípios de Areia, Pilões e Serraria, transformando-se assim rapidamente na maior produtora de cana-de-açúcar e na maior indústria sucro-alcooleira da região. Quando faliu em 1991, a Usina Santa Maria era proprietária de 32 fazendas, com 1500 famílias trabalhando no plantio, corte e beneficiamento da cana e empregando direta ou indiretamente, cerca de 6.000 pessoas (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões, 1995)

Seu apogeu ocorreu com o Proalcool, quando recebeu enormes quantidades de subsídios do governo federal. Com o Proalcool a Usina chegou a absorver toda a produção de cana dos diversos engenhos da região (cerca de 18 engenhos), e posteriormente, também os incorporou as suas enormes extensões de terras, confirmando o fenômeno identificado por Moreira e Targino(1997). Segundo dados fornecidos por Edílson<sup>21</sup>(2000), a Usina no pique de sua produção chegou a moer 5 mil toneladas de cana por dia; chegou a dobrar a sua produção e, em alguns períodos, mesmo a triplicar. Com a produção do álcool, na Usina foram produzidas entre 2.000

---

<sup>20</sup> Informações colhidas em documento do Comitê de Apoio aos Trabalhadores da Usina, integrante do processo de desapropriação no Incra, produzido em 1995.

<sup>21</sup> Edílson, conhecido por Didiu: técnico agrícola da UFPB/CAMPUS III, atualmente vice-prefeito de Areia e que integrou o Comitê de Apoio aos Trabalhadores da Usina Santa Maria.

a 2.500 sacas de açúcar e 80 mil litros de álcool por dia. Residiam e trabalhavam na Usina cerca de 800 famílias, perfazendo em média 4.400 pessoas que sobreviviam do cultivo da cana.<sup>22</sup>

A presença econômica e sua prestigiosa influência política na região fizeram da Usina um empreendimento altamente poderoso que utilizava deste poder para usufruir ilicitamente do trabalho da farta mão-de-obra disponível. Num documento produzido por várias entidades e órgãos e hoje acostado aos autos de desapropriação das terras da Usina no Incra, é informado que os usineiros transgrediam abertamente a legislação trabalhista não pagando o salário mínimo, o 13º, férias, negando repouso semanal e estendendo suas plantações de cana para os espaços das plantações de subsistência.

No início da década de 90 do século passado, a Usina começa a enfrentar uma crise financeira e de produção, especialmente com o fim dos subsídios do Proalcool<sup>23</sup>.

Em 1992 foi decretada a falência da Usina Santa Maria, desencadeando um processo de luta dos trabalhadores da cana em defesa dos seus direitos trabalhistas, a partir da habilitação de uma empresa do centro-oeste para administrar a empresa.

A crise do Proalcool afundou a produção sucro-alcooleira, levando à falência centenas de usinas inclusive a Santa Maria. Esta, atolada em dívidas, logo entrou em

---

<sup>22</sup> (SEDUP, Associação dos Assentados de Redenção, 2002)

<sup>23</sup> O Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) foi criado em 1975, através do Decreto Lei no. 76.593/75, no contexto de um esquema alternativo proposto pelo governo brasileiro para enfrentar a crise energética decorrente da alta dos preços internacionais do petróleo. O Proalcool visou também a recuperação do setor açucareiro (que vinha enfrentando séria crise com a queda do preço do açúcar no mercado internacional) e estimular o setor automobilístico, o qual, por redução de demanda e de queda de lucratividade, sentia-se ameaçado. (Moreira e Targino, 1997:105)

regime falimentar deixando para trás uma imensa dívida previdenciária e trabalhista.

Segundo o tesoureiro da Associação,

*“Em 1991 a Usina parou de funcionar. Nesse momento, os trabalhadores sentiram que não tinham mais condições da usina funcionar. Os trabalhadores se juntaram, juntamente com a Diocese de Guarabira, com o SEDUP, a paróquia de Pilões e com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, fizemos uma reunião e foi decidido fazer um Comitê de Apoio para conhecer a situação dos trabalhadores. Depois decidimos lutar pela reivindicação da posse da terra. Uma parte dos trabalhadores ia lutar por isso, e a outra parte ia brigar na justiça pelos direitos trabalhistas.” (2001)*

Mesmo após a abertura do processo de falência no início da década de 90, os proprietários da Usina Santa Maria insistiram na continuação do seu funcionamento.

Esse episódio é relatado por Ângela, assessora do SEDUP, nos seguintes termos:

*“O fim dos subsídios do PróAlcool enfraqueceu a Usina Santa Maria, situação agravada ainda mais porque, já se tinha conhecimento àquela época, os proprietários da Usina estavam investindo muito dinheiro em agropecuária e em fazendas no Mato Grosso e, aí veio a decretação da falência. Com a falência os sócios da Usina começaram a fazer um chamamento aos trabalhadores para estes não reclamarem os seus direitos na Justiça, a não reivindicar seus direitos pra os patrões, porque eles também estavam em dificuldades. Mas, a crise dos donos da usina era mascarada. Eles estavam tentando era desviar dinheiro. No início houve um certo retorno dos trabalhadores para o trabalho na usina. Mas, aí a quebradeira da usina não teve jeito, parou mesmo em 1991.” (2002)*

Segundo um relatório<sup>24</sup> produzido por entidades e órgãos ligados à questão da terra e a luta dos assentados, em abril de 1991, foi decretada a falência da Usina Santa Maria, tendo-se iniciado o processo de habilitação dos créditos. Com esse fato, “grupos aventureiros se habilitaram para administrar a Usina prevendo o enriquecimento fácil”. Segundo informações extras oficiais, chegou a doze o número

---

<sup>24</sup> Documento entregue ao Incra, no dia 18.08.95, por representantes de entidades e paróquias da região do Brejo, entre elas CUT/PB/CONTAG/CUT/PB, SEDUP, etc.

de grupos interessados. Dentre esses grupos estava a AGROENGE, empresa mais conhecida pela denominação de GRUPO TOBAS, pertencente a um fazendeiro do Centro-Oeste que se comprometeu em “afirmar a função social da empresa, ofertar emprego e rendimento de impostos” conseguindo junto ao Poder Judiciário a suspensão da falência, através da concessão de Medida Liminar, e tomou conta de todo o patrimônio da massa falida, administrando-a por um ano, dando continuidade à produção de açúcar e derivados da cana. Para retomar o funcionamento da usina a AGROENGE solicitou empréstimos ao Banco do Brasil. Após denúncias de desvio de dinheiro e mercadorias, a Justiça decidiu lacrar a Usina pondo, definitivamente, um fim à Usina Santa Maria.

Com a paralisação definitiva do funcionamento da Usina Santa Maria, inicia-se uma articulação entre entidades da região em apoio aos trabalhadores, agora desempregados e com direitos trabalhistas ainda pendentes. Segundo Ângela,

*“Em 1992 o SEDUP foi procurado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais [Areia, Pilões e Serraria], - o SEDUP já era Associação, já tinha se desligado da Arquidiocese em 91, sendo então uma entidade reconhecida juridicamente – para encampar uma luta em favor dos trabalhadores da Usina Santa Maria. Foi aí que começamos a articular e convidar outras entidades e lideranças para sensibilizá-los para o apoio já que aquelas famílias estavam prestes a passar fome; teve família que foi pedir esmolas em Areia, porque nas terras da usina eles não tinham nenhuma lavoura para alimentação, já que a usina era só para a cana. Houve caso, em épocas das queimadas que as famílias tinham que ficar do lado de fora das casas para apagar o fogo e impedir que elas morressem queimadas, porque a plantaçao de cana chegava no terreiro da casa. Bom, assim foi formado o Comitê de Apoio aos Trabalhadores da Usina Santa Maria que começou a traçar as estratégias de lutas.” (2002)*

O Comitê de Apoio era formado pela Associação SEDUP-Serviço de Educação Popular, a EMATER de Pilões, os três sindicatos, as três paróquias(Areia, Pilões e Serraria), o CODH-Comissão de Direitos Humanos da Diocese de Guarabira que

prestava assessoria jurídica, Edilson(Didiu), representando a Universidade [UFPB-Campus de Areia] e a CPT-Comissão Pastoral da Terra que participou inicialmente.

O trabalho inicial dos mediadores organizados no Comitê, concentrou-se no esforço para que as famílias permanecessem na terra. Segundo Ângela, assessora do SEDUP(2000), o interesse no começo nem era de lutar pelos direitos trabalhistas e, sim, para assegurar a terra para as famílias que lá estavam por muitas décadas. Depois se iniciou a luta pelos direitos trabalhistas que, logo em seguida, evoluiu para a luta pela terra.<sup>25</sup> A decisão de transformar a luta pelos direitos trabalhistas em luta pela desapropriação foi tomada pelos próprios trabalhadores em reuniões com os mediadores e entre eles mesmos, a partir das reuniões em cada engenho.

Para o secretário-geral da Associação de Redenção essa questão da desapropriação surgiu com força,

*“...quando a gente percebeu que tava chegando a situação de que a gente tava ficando sem ter a quem exigir o pagamento dos nossos direitos. Também porque a Justiça é muito lenta. Depois de muito tempo, com mais de 500 ações na Justiça, parece que só trinta e poucos trabalhadores já tinha recebido as suas indenizações, tinha gente perdendo as esperanças. A gente começou a sofrer para as vezes fazer uma reunião, porque já tinha gente que não acreditava mais em nada. Aí, foi quando a gente começou a conversar: Por que não ficar com a terra? Por que não dividir tudo e cada família ficar com seu pedaço de chão? Essa coisa se espalhou e, começou o pessoal ficar animado de novo. Pelo menos muito gente ficou...”(2000)*

Essa discussão aconteceu em reuniões do Comitê de Apoio com os trabalhadores, visto que, com a demora de resolução das demandas trabalhistas no plano judicial,

---

<sup>25</sup> Abordaremos mais pormenorizadamente a luta dos trabalhadores pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria no Capítulo III, centrando o enfoque no processo de organização dos assentados, relacionado com a luta pela permanência no assentamento, que foi denominada de luta pelo *direito de ficar na terra*.

iniciou-se uma certa inquietação e mesmo desânimo entre os trabalhadores. A luta em defesa dos direitos trabalhistas evoluiu para a luta pela desapropriação das terras da usina como uma alternativa compensatória, conquista concretizada logo depois. Foram criados nove assentamentos dos dezenove engenhos que compunham as terras da usina. (SEDUP, 2002)

Porém, das 1500 famílias que trabalhavam na Usina Santa Maria, nem todas abraçaram a luta pela desapropriação das suas terras. Segundo Roberto, presidente da Associação,

*“...dessas 1500 famílias, nem todas optaram pela [luta] terra, devido que muitas que trabalhavam na indústria [indústria da Usina], pois essas pessoas tinham um sonho de essa indústria voltar a funcionar, o que nunca mais aconteceu...”* (2001)

Porém, a maioria das famílias – principalmente entre as 800 famílias que moravam nas terras da Usina - integrou-se à luta pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria. Com a decisão dos trabalhadores e com o apoio do Comitê, de se lutar pelas terras da Usina, deu-se então o início do movimento pela desapropriação.

Numa fala que também foi confirmada pelo Presidente da Associação dos Assentados de Redenção, a assessoria do SEDUP, relata que,

*“ Os trabalhadores juntamente com as entidades e órgãos que formavam o Comitê de Apoio, decidiram solicitar ao Incra uma vistoria das terras. Naquela época o Incra tinha como Superintendente, era o Júlio César, que de fato defendia os direitos sociais. Pouco tempo depois foi realizada a vistoria da terra, mas a sua desapropriação só foi concretizada cinco anos depois. Foi dado entrada em 1992 e só saiu em 1997. Neste período os trabalhadores fizeram passeatas, reuniões nas cidades, com o governo, Sessão Especial na Assembléia Legislativa; aconteceram Encontros Municipais, três em Areia e dois em Pilões, até que depois de muita luta, a terra foi desapropriada. Eram dezoito*

*engenhos que se transformaram em nove projetos de assentamentos.”*  
(2002)

A luta pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria teve curso nas cidades próximas, em João Pessoa, com idas ao Incra e ao Poderes Públicos. No interior da usina os trabalhadores foram submetidos a toda sorte de pressão, humilhações e perseguições por parte dos proprietários. Nos primeiros meses da luta pela desapropriação ocorreram ameaças e perseguições de pistoleiros comandados por certo indivíduo chamado *Gioba*, pretense sucessor do proprietário anterior, sr. Solon Lira Lins. Roberto, Presidente da Associação de Redenção, retrata um pouco aquelas ameaças:

*“Então foi descoberto que ali estava os trabalhadores se unindo e se reunia para cobrar a posse da terra, foi quando veio as perseguições, eles começaram a rodar 24 horas por dia, armados com espingarda 12, revólver calibre 38, e dizendo que a primeira pessoa que entrasse nesse movimento iria ser fuzilado. O presidente do Sindicato Manoel Paixão, o líder da comunidade, Roberto e Dona Mariana, que também fazia parte do movimento, então essas pessoas começaram a ser perseguidas por ele... A gente estava, num sábado, na sede de Cantinho, quando chegou cinco capangas... [e um dos capangas falou]... ‘eu sei que vocês estão se unindo para tomar a terra de seu Solon’. Ai teve um trabalhador que chegou e disse assim: não, o que nós vamos fazer, nós não ‘tamos nos unindo para tomar terra não, nós vamos caçar trabalha fora, e ele [o pistoleiro] disse: olha, se você tiver pensando de caçar trabalho fora para trabalhar e denunciar o proprietário, a primeira pessoa a ser fuzilada vai ser você... depois terminou falando: amanhã mesmo... nós vamos jogar seus troços fora, matar o que é de gado, criação que vocês têm na propriedade.”* (2001)

A partir desse episódio e com a continuidade das ameaças, algumas agressões e perseguições por parte dos pistoleiros, intensificaram-se a ação dos mediadores em busca de uma solução para a desapropriação da Usina. O papel de destaque é o empreendido pela Arquidiocese de Guarabira, através do seu Bispo Dom Marcelo Carvalheira, que intermediou contatos com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Assembléia Legislativa e, inclusive, com a

Superintendência de Polícia de Guarabira, para promover o desarmamento dos “homens dos usineiros”. A partir de então acelerou-se o processo de desapropriação das terras da Usina, que culminou com a assinatura do decreto em 1997, como expõe o Presidente da Associação de Redenção:

*“Dom Marcelo pediu ao Superintendente [do Incra] um perímetro das terras da Usina Santa Maria, que no quadro incluía Cantinho, foi quando levaram o processo para Brasília, e lá foi julgado esse processo. Após o julgamento desse processo da terra da usina, veio a desapropriação das terras e o INCRA fez um cadastramento das famílias para terem acesso à terra. Depois disso, o Superintendente do INCRA, que na época era Júlio César, veio dar o título de posse da terra, aqui em Redenção. (2001)*

Da área total das fazendas que compunham a Usina Santa Maria, a maior parte foi destinada para fins de redistribuição da terra. Inicialmente, foram beneficiadas 382 famílias, assim distribuídas por assentamento:

Tabela: Distribuição das Terras da Usina Santa Maria

| Nome original da propriedade               | Nome do assentamento | Área total (ha) | No. de famílias | Município                       | Data de Desapropriação |
|--|----------------------|-----------------|-----------------|---------------------------------|------------------------|
| Ipuerinha, Sta, Helena e N. Sra. de Fátima | União                | 502             | 59              | Areia                           | 1997                   |
| Riacho de Faca e Barra do Quati            | Esperança            | 376             | 40              | Areia                           | 1997                   |
| Almécega e Tabocal                         | Tabocal              | 199             | 16              | Areia/Pilões                    | 1997                   |
| Cajazeiras, Triunfo e Marzagão             | Cajazeiras           | 509             | 50              | Serraria                        | 1997                   |
| Engenho Veneza                             | Veneza               | 300             | 26              | Pilões                          | 1997                   |
| Labirinto e São Bento                      | Santa Maria          | 209             | 27              | Pilões/Serraria                 | 1997                   |
| <b>Engenho Cantinhos e Mercês</b>          | <b>Redenção</b>      | <b>969</b>      | <b>94</b>       | <b>Areia/Pilões</b>             | <b>1997</b>            |
| Engenho São Francisco                      | São Francisco I      | 481             | 35              |                                 | 1997                   |
| Campo Verde, Grota e Engenho Velho         | Campo Verde          | 481             | 35              |                                 | 1997                   |
| <b>19 propriedades</b>                     | <b>09 áreas</b>      | <b>4.507</b>    | <b>382</b>      | <b>Areia, Pilões e Serraria</b> |                        |

Fontes: Associação dos Assentados do Projeto de Assentamento de Redenção (2001) /Associação SEDUP.

Como podemos observar na tabela acima, o PA de Redenção, recorte espacial deste trabalho, foi implantado há cinco anos e é um dos nove projetos de assentamento realizado na Usina Santa Maria. Atualmente, segundo dados mais recentes fornecidos pela Associação do local, 94 lotes estão ocupados perfazendo um total de 498 hectares. Destes, 398 hectares são aproveitados e 100 ha constitui uma área de reserva comum.

As famílias assentadas no PA Redenção trabalhavam no plantio, limpa e corte da cana e moravam em pequenos sítios, divididos entre os Engenhos Cantinho e Mercês, de propriedade da Usina.

Segundo Moreira, *et alli.*( 2001),

- O PA de Redenção está situado em terras dos municípios de Pilões e Areia e foi implantado em 1997 no mesmo ano em que foi publicado o decreto de criação.
- Nele foram assentados inicialmente 94 famílias, restando em julho de 2000, 81 famílias.
- Do total de 498 hectares, 398 são aproveitados(79%) e 100 hectares constituem uma área de reserva comum.

- A topografia é bastante acidentada e a fertilidade do solo é irregular. Apesar de situar-se numa área de clima quente e úmido, com precipitações pluviométricas entre 1200 e 1500 mm em média anual, sofre os efeitos das estiagens muito prolongadas.
- O PA situa-se a 7km da sede do município de Pilões, perfazendo um tempo de deslocamento de 15 minutos. A estrada de acesso é de asfalto entretanto, no período de chuvas o acesso torna-se difícil. As estradas internas são precárias e inacessíveis no período de chuvas. Existem ônibus de linha que circulam várias vezes ao dia na estrada principal. Os assentados realizam as compras de alimentos, roupas e eletrodomésticos na sede do município de Pilões.
- Existem duas escolas, de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries. Foram estas construídas em 1970 quando a terra pertencia à Usina Santa Maria sendo, portanto, anterior ao assentamento. A escola também atende alunos de assentamentos que não têm escola e que para ali se deslocam a pé. Em geral as crianças só cursam até a 4<sup>a</sup> série, deixando de estudar quando têm em torno de 13 anos de idade. Existe um projeto de alfabetização de jovens e adultos financiado por uma ONG - SEDUP.
- PA não possui posto de saúde, mas tem uma agente de saúde. Os assentados procuram assistência médica na sede do município de

Pilões ou na cidade de Serraria, que se situa a 20 km do assentamento.

- Quanto à infra-estrutura, não há fossa e o sistema de esgoto é a céu aberto. Há energia elétrica que já foi instalada depois do assentamento, e o acesso à água é via poço comum. Não há telefones.
- A participação do Estado no PA de Redenção se dá através: a) do Incra, que no início esteve presente por duas vezes no assentamento: uma para fornecer o crédito alimentação e fomento e outra para fazer o balancete e demarcar a área de reserva florestal; b) do Projeto Lumiar cuja presença, que era freqüente, parou em junho de 2000; c) do Governo do Estado através do Projeto Cooperar, um programa restrito de eletrificação.
- A Prefeitura Municipal de Pilões mantém as escolas. O Conselho Municipal de Desenvolvimento rural não funciona.

De acordo com os dados fornecidos pela Associação de Redenção, a média de membros por família é de nove pessoas incluindo pai, mãe, filhos e por vezes noras, netos, etc. Todos se dedicam, quase que exclusivamente, ao trabalho de plantio e colheita, com as crianças participando do sistema produtivo a partir dos dez anos de idade. A produção concentra-se principalmente na mandioca, banana, milho e feijão. A produtividade por família para o caso da mandioca é de cinco toneladas por unidade familiar. Praticamente, as famílias têm como única fonte de renda o que

conseguem tirar da terra. Algumas que podem dispor de alguma criação como, por exemplo, uma cabeça de gado, ainda conseguem uma “rendinha a mais, enquanto não tiverem que vender para dar de comer à família”.

Para Perna Santa, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões,

*“as famílias que têm algum aposentado do INSS, conseguem complementar a renda com esse benefício. Algumas inclusive, nos dias de maior dificuldade, têm no benefício do governo, a única fonte de renda”.* (2000)

A média mensal de ganho por família situa-se na faixa de menos de um salário mínimo. Os assentados consideram a situação muito difícil. As perspectivas de melhora estão cada vez mais se desfazendo. Esse fenômeno tem alimentado cada vez mais entre os jovens a “ilusão de viver nas cidades, de ir morar no Rio ou em São Paulo. Há jovens que se contentam em viver nas cidades pequenas próximas ao assentamento mesmo, ganhando menos do que se estivessem trabalhando na terra ou até sem conseguir trabalho.

Para Roberto, Presidente da Associação de Redenção,

*“ Os jovens de hoje estão se desinteressando pelo trabalho na terra. Eles vêem que não tem ‘futuro’, a coisa não sai do lugar. Com a reforma agrária, todo mundo pensou: agora a coisa vai melhorar, agora isso aqui é nosso e ninguém toma. Agora, ninguém mais é uma ‘escravo’ de patrão. Agora vamos trabalhar em paz e viver toda a família junta. Mas, sabe o que a gente escuta agora? O negócio parece que tá ficando pior: agora nem ‘eira’ e nem ‘beira’. Nem o salário sofrido da usina e nem condições pra plantar e viver da terra”.* (2001)

Outro assentado:

*“O pessoal daqui comenta em sair da terra, ir prá cidade, pro sul, ir pra usina aqui pra baixo, em Pernambuco, em João Pessoa. Eu tenho um filho de 18 anos, que todo dia me pede uns trocados para ir embora*

*pro Rio. Até duas moças que eu tenho, já fala em ir embora daqui. Tem assentado, o titular da posse, que também fala em ir embora. Não vai morrer de fome.”(2001)*

Esse desalento decorrente da situação de abandono do assentamento pelos órgãos públicos, fragiliza sobremaneira as convicções dos assentados sobre a viabilidade econômica e social do projeto de redistribuição de terras. É natural que essa situação imponha dificuldades à reprodução social dos assentados enquanto agricultores familiares, pois, os jovens se desinteressam pelo trabalho na terra e, estimulados em buscar novas oportunidades de emprego nos centros urbanos, saem para longe de sua família. Sobre essa ineficácia e/ou insuficiência da intervenção estatal no processo de viabilização dos Projetos de Assentamentos trataremos no Capítulo III.

É nesse contexto que Moreira *et al.*(2001) afirma que um dos grandes desafios dos assentamentos da submancha do Brejo Paraibano é por em prática uma proposta de desenvolvimento adequada às particularidades topográficas e climáticas regionais. As áreas onde os assentamentos se situam é constituída em sua maioria por colinas e morros de topografia acidentada, apresentando uma vocação limitada à pecuária, mas própria para a fruticultura e para a agrofloresta. A áreas são ricas em aguadas e fontes, dispendo de 42 fontes de água, e são cortadas por rios e riachos perenes.

Essa opinião é compartilhada pelos assentados de Redenção. Além das dificuldades impostas pelo solo e relativamente pelas condições climáticas, também se revela como um dos principais problemas enfrentados, o pouco incentivo dado pelos agentes estatais no processo de consolidação e desenvolvimento do assentamento.

É dessa ausência e/ou insuficiência da ação estatal nos Projetos de Assentamentos que iremos tratar no Capítulo seguinte, como esses fatores dificultam o processo de consolidação do assentamento.

## **CAPÍTULO III**

### **ESTADO E ASSENTAMENTO: OMISSÕES QUE AFETAM O DIREITO DE FICAR NA TERRA**

#### **3.1. Estado e Reforma Agrária sem Reforma Estrutural**

Para abordarmos as relações do Estado com a questão da reforma agrária e dos assentamentos, consideramos importante tratarmos preliminarmente do caráter do atual processo de distribuição de terras, com o objetivo de destacar alguns parâmetros de análise sobre o papel desempenhado pelos órgãos públicos na implantação de Projetos de Assentamentos.

A questão agrária ressurge como um dos temas sociais mais recorrentes das duas últimas décadas do século passado, a partir da enorme pressão política, vitórias parciais e localizadas de diversos movimentos de trabalhadores sem terra, forçando aos governos a adotarem uma política que visa objetivamente atender às demandas pontuais reivindicadas por aqueles movimentos.

Para Medeiros e Leite(1999:8), apesar dos sucessivos diagnósticos feitos no início da década de 80 sobre a dinâmica da modernização da agricultura brasileira, como elemento indicativo de que a questão agrária no Brasil estaria superada e que a

reforma agrária seria uma medida fora do lugar e descolada de seu tempo histórico, os conflitos por terra se perpetuaram em todo o Brasil durante os anos 70 e consolidaram uma exigência de resoluções para o grave impasse vivido no campo, que ostentava um surto de modernização e a manutenção do *status quo* da propriedade fundiária concentrada e da grave crise social .

O desenvolvimento da agricultura brasileira ocorreu, assim, em meio à persistência de um quadro paradoxal. De um lado a modernização da agricultura absorveu quantidades crescentes de créditos agrícolas, incorporou os chamados insumos modernos ao seu processo produtivo, tecnificando e modernizando a produção, e integrou-se aos modernos circuitos da comercialização.(Palmeira e Leite, 1998:92-168) Com isso, houve aumento de produtividade, cresceu a produção de matérias-primas e de alimentos, seja para exportação ou para o mercado interno. Essas alterações serviram de base econômica e produtiva para a proliferação das agroindústrias, a partir da associação da nova e emergente base da agricultura com a indústria produtora de bens de capital para a agricultura.

Por outro lado, os avanços técnicos e produtivos no campo ocorreram com a manutenção da estrutura fundiária concentrada, com o agravamento do êxodo rural e com graves conseqüências da qualidade de vida da população rural. Nesse contexto de perversidade da chamada modernização da agricultura brasileira, milhares de trabalhadores sem terra, posseiros, parceiros, pequenos arrendatários, trabalhadores assalariados, rurais e urbanos, emergiram como sujeitos sociais contemporâneos no processo de questionamento da estrutura agrária concentradora e excludente. Assim, se de um lado se dinamizava determinados setores da agricultura pela incorporação

de tecnologias, aumento de produtividade e modernização das relações de trabalho, por outro, persistia o modelo secular fundado na grande propriedade latifundiária.

É no contexto dessa contradição, especialmente com o início dos anos 90, quando se intensificam as desapropriações de terras e a implantação de Projetos de Assentamentos (PAs), que surge a experiência vivida pelos assentamentos rurais – objeto de estudo deste trabalho - fruto de programas governamentais de reforma agrária, colonização, aproveitamento de terras públicas, realocação de populações atingidas por barragens e demarcações de reservas extrativistas. (Leite, 1994:287). Em quase sua totalidade, esses PAs, têm dependido de uma participação mais efetiva do poder público, cuja sustentabilidade e viabilidade econômica estão condicionadas a aplicação, disponibilidade e eficácia das políticas públicas.

Por isso, consideramos ser necessário situar adequadamente a questão agrária e o assentamento rural como questões de natureza institucional, portanto de caráter estrutural e não como uma questão relacionada a aspectos pontuais e/ou conjunturais. Se assim é, trata-se de uma questão que não pode ser vista senão como a busca de soluções para os aparentemente insolúveis problemas econômicos e sociais que persistem no campo brasileiro. Se visualizarmos a problemática agrária por este prisma, estaremos considerando que nela não deve ser restringida só a busca de soluções isoladas para a produção, para o abastecimento de alimentos, a produtividade ou a redução dos níveis de pobreza no campo. A questão da reforma agrária surge como um dos entraves do desenvolvimento econômico, social, tecnológico, político e cultural, que também impede o melhoramento da vida da população rural como do resto da esmagadora maioria da população.

Para Sampaio e G. Filho (Internet, 09/02/02), essa dinâmica perversa do campo brasileiro é a resultante de uma cadeia que deriva, em última instância, da concentração da propriedade da terra, porque é esta que determina a concentração do poder econômico e do poder político; cria estruturas de sujeição e exclusão social da população rural; e torna-se incompatível com um tipo de exploração racional da terra e com um projeto autônomo de desenvolvimento nacional.<sup>26</sup> Portanto, a problemática que envolve a questão agrária deve ser vista como uma questão estrutural, que só poderia ser equacionada com eficácia a partir de uma efetiva reforma agrária, questionadora do modelo secular de apropriação, manutenção e uso da terra e não como uma política circunstancial de caráter redistributivista das terras apenas de latifúndios improdutivos.

Assim é considerada a questão agrária pelo Estado brasileiro, ou seja, a política adotada pelo governo Fernando Henrique, por definição do INCRA(2002),

*“é que independentemente da pressão dos movimentos sociais, com a aceleração das ocupações de terras e de acampamentos de famílias, manteve-se a diretriz básica de se executar a reforma agrária estabelecida pela Constituição Federal, com paz e respeito à lei, atendendo-se, prioritariamente, às áreas que apresentavam acirramento dos conflitos pela posse da terra.”*

Isto significa que a questão agrária para o governo federal é desprovida de qualquer fundamento político-estrutural, sendo por definição, uma questão meramente legal,

---

<sup>26</sup> Para Sampaio e G. Filho(Internet, 09/02/02), a questão agrária trata-se de um problema institucional, pois está ligada aos mecanismos jurídico, políticos e culturais que se formam e se automatizam, no meio rural, em decorrência de dois processos interligados: a concentração da propriedade no polo superior da pirâmide dos proprietários que provoca extrema fragmentação nos níveis inferiores dessa pirâmide; e a existência de uma grande população rural destituída de terra. Esses mecanismos produzem efeitos perversos – agronômicos(sistemas agrícolas pouco produtivos e devastadores da natureza); econômico (baixa rentabilidade, dualidade tecnológica); sociais(pobreza, êxodo rural); econômico(baixa rentabilidade, dualidade econômica); políticos(mandonismo, clientelismo, violência) e culturais(analfabetismo)- que operam automaticamente, criando um círculo vicioso inibidor de qualquer possibilidade de desenvolvimento dos mais pobres(os minifundistas e os sem terra) e de iniciativas que signifiquem um aproveitamento mais racional do potencial agrícola do país.

restrita ao comando da Constituição Federal, portanto devendo estar condicionada à demanda crescente por terra, pelos setores organizados da sociedade, ou em tese, devendo ser desapropriada a propriedade fundiária que estiver descumprindo a sua função social(Art. 170, III e 184, CF).

Para Medeiros e Leite(1999:8),

*“mesmo que alguns assentamentos não tenham sido produto de conflitos abertos, todos eles se relacionam a um contexto em que o tema da reforma agrária ganhou visibilidade, conseguiu impor-se na agenda política e resultou em algumas desapropriações ou compras de terra, ou ainda na utilização de imóveis públicos, com o objetivo de fixar os grupos demandantes e aliviar tensões sociais mais intensas.”*

Essa definição remete a que a política fundiária e a política para a agricultura do Estado brasileiro no contexto atual privilegiem com investimentos pesados e uma política de subsídios indiretos(via refinanciamento e perdão de dívidas), o setor mais dinâmico e moderno. Este setor compreende cerca de 500.000 estabelecimentos, compõe-se de unidades com grandes extensões de terras, como também unidades familiares. Neste espaço, nota-se que tais unidades operam segundo critérios capitalistas com elevada produtividade e respondem por um elevado índice de produção de alimentos, da renda e do emprego rurais. (Medeiros & Leite, 1998:9). Enquanto isso, noutro espaço agrário e recebendo um tratamento sem prioridade por parte das políticas governamentais, localizam-se aproximadamente 5 milhões de propriedades de vários tamanhos, abrangendo latifúndios tradicionais, propriedades médias pouco produtivas, unidades familiares com potencial de desenvolvimento e unidades familiares sem potencial de desenvolvimento – os minifúndios. Este espaço

embora opere com baixa produtividade, responde por percentuais consideráveis da produção, especialmente de alimentos.(Idem)<sup>27</sup>

Ou seja, percebe-se que a concepção sobre a questão agrária e o desenvolvimento da agricultura prevalecente entre os segmentos sociais dirigentes do Estado brasileiro é de que o aparato estatal e suas políticas de investimentos financeiros, técnicos, produtivos e de infra-estrutura devem estar voltados para o fortalecimento e ampliação dos negócios dos setores da agricultura, que compõe a fatia do poder central.

Ainda nesse contexto, surgiu mais recentemente outra questão que é a adoção de uma estratégia governamental de contraposição aos movimentos sociais de luta pela terra que consiste na tentativa de banalização da reforma agrária. O governo por meio de uma maciça propaganda nos meios de comunicação de massa desvia a questão da reforma agrária para a periferia dos grandes temas nacionais. Isso ocorre com a resolução do problema de acesso à terra via internet, quando o governo concita os que querem um pedaço de terra a resolverem o “seu” problema inscrevendo-se numa espécie de “banco de espera”. Nesse aspecto, revela-se a tentativa governamental de fazer frente aos movimentos sociais pela reforma agrária, pretendendo retirar-lhes a bandeira de luta e, assim, esvaziar-lhes o caráter reivindicatório. Por outro lado, essa tentativa de despolitização e pessoalização da questão agrária tem como objetivo massificar a idéia de que o problema agrário, no que concerne a questão do acesso à terra, em regra já foi resolvido no Brasil. O que restaria no presente contexto é

---

<sup>27</sup> Ver a respeito o trabalho de José Graziano da Silva intitulado *O Desenvolvimento do Capitalismo Brasileiro e a reforma agrária*, in A QUESTÃO AGRÁRIA HOJE-2ª Edição/Org. JoãoPedro stédile – Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1994.

apenas a presença residual de parcelas de miseráveis do campo e que tal pobreza relativa seria eliminada à medida que a modernização tecnológica avançar e em que o excedente da população rural for absorvido pelos outros setores da economia. (Idem)

A consequência dessa política governamental é que a reforma agrária é absorvida pelo Estado apenas como uma política de concessão pontual de desapropriação de algumas áreas rurais e a implementação de assentamentos rurais, com o objetivo de neutralizar as tensões causadas por ocupações de terra e de esvaziar os movimentos sociais que politizam a luta pela reforma agrária. Essa política causa enormes prejuízos aos Projetos de Assentamentos, pois dificulta a elaboração de políticas públicas que dêem suporte à sustentabilidade dos assentamentos implantados, visto que, como a política de reforma agrária não é extensiva e não detém um caráter de alteração estrutural do poder político e econômico do meio rural, tais políticas carecem de prioridade na definição de maiores recursos, como também de elaboração de modelos flexíveis apropriados a cada região ou local de assentamento. Prevalece, nesse particular, um certo tecnicismo na definição e implantação dos programas governamentais, já que as políticas públicas destinadas aos projetos de assentamentos não levam em conta as especificidades econômicas, as condições físicas e as possibilidades de uso do solo (relevo, clima, etc.), a história de vida dos assentados, seus níveis de conhecimento e habilidades para o plantio, as peculiaridades do plantio de determinadas culturas, as necessidades materiais de financiamento, etc.

Todos esses aspectos tratados acima, que compõem parte da problemática da questão agrária, leva-nos a compreender a necessidade de estabelecer, como um ponto de

partida na análise das políticas do Estado para a implantação de assentamentos rurais, a opinião de que a atual política fundiária do Estado brasileiro tem como fundamento a implementação de medidas periféricas, subliminares e, portanto, sem alcance estrutural na resolução dos graves problemas da agricultura. Como veremos mais adiante, um exemplo das fragilidades e lacunas dessa política do Estado, no que diz respeito à viabilização econômica e social do assentamento, está presente no PA de Redenção, o recorte espacial do presente trabalho. Tais lacunas, e, mais extensivamente, as omissões e insuficiências dessas políticas públicas, tendem a agravar as dificuldades enfrentadas pelos assentamentos em seus primeiros anos de implantação, já que a sua consolidação enquanto empreendimento produtivo depende de um eficaz apoio governamental.

Proliferou-se a opinião entre muitos estudiosos da questão agrária e entre os assentados, que a redistribuição de terras é apenas o começo de uma cadeia sucessiva de ações para reverter o atual estado de coisas no campo brasileiro. Nessa lógica, a desapropriação e a fixação do trabalhador rural numa parcela de terra, seria um pressuposto indispensável e uma resolução restrita ao plano político, que daria suporte para se enfrentar eficazmente os problemas de ordem econômica e social da agricultura brasileira, e um ponto de partida para as alterações na natureza da propriedade e do uso do solo rural. A partir de então, outras questões surgiram como fatores derivados no processo de reconversão da lógica do desenvolvimento econômico, social e produtivo do meio rural.

É nesse processo de reconversão que o assentamento rural destaca-se como uma unidade produtiva que, desde a sua gênese até a sua constituição legal e de fato, pelo

menos em tese, sugere a possibilidade de se firmar como um empreendimento com características, dinâmicas e capacidade produtivas capazes de exponenciar os recursos naturais e a mão-de-obra do meio rural, revertendo-os racionalmente para a melhoria das condições de vida de milhões de pessoas, apoiadas numa concepção de alteração substancial do atual quadro econômico e social do campo brasileiro, em condições de incluir no mundo do trabalho milhões de trabalhadores marginalizados socialmente.

Uma demonstração dessa potencialidade de reconversão produtiva é a experiência dos assentamentos da região do Brejo Paraibano, aí incluídos os das terras da ex-usina Santa Maria. Essa reconversão na utilização do solo e no tipo de plantio, com a conseqüente substituição da cana por lavouras alimentares, representou significativas alterações no cenário daquela região. Em grande parte, as modificações operadas ocorreram a partir do esforço dos próprios assentados e sem qualquer participação do INCRA, como foi constatada em pesquisa de Moreira *et al* (2000), sobre os impactos da reforma agrária no Brejo Paraibano. Os dados da pesquisa demonstram como a implantação de assentamentos contribui para uma maior diversificação da produção agrícola com ênfase para a produção de culturas alimentares. Entre outras conclusões importantes sobre o fenômeno do retraimento da produção canavieira e a expansão da produção e diversificação das lavouras alimentares, a pesquisa indica, especificamente sobre as terras da antiga Usina Santa Maria, que verifica-se o desaparecimento da plantação da cana.

Em junho/julho de 2000, a produção de cana no assentamento de Redenção foi igual a zero. Moreira *et alli*( 2000) Conclui que nas áreas antes ocupadas quase que

exclusivamente pela cultura da cana-de-açúcar e que foram convertidas em projetos de Assentamento, ocorreu uma reconversão do padrão dominante da forma do uso do solo com a nítida retração e até, em alguns casos, o total desaparecimento da cana.

Por outro lado, observa-se uma tendência inversa com as lavouras alimentares que vêm ocupando um espaço cada vez mais saliente na produção agrícola. Essa reversão pode ser atribuída ao processo de territorialização da reforma agrária, bem como à reorganização dos sistemas de uso do solo da pequena produção familiar. Daí poder-se inferir que a tendência de expansão e diversificação das culturas alimentares tem sido muito mais incorporado pelos Projetos de Assentamento, a partir da tendência geral observada nos padrões produtivos da agricultura familiar desenvolvida na região.(Emília *et al*, 2000).

Entre as regiões que compõem as extensões de terras utilizadas para a plantação de cana-de-açúcar no Nordeste, foi no Brejo Paraibano onde se notou, nos anos 90, a mais expressiva retração na plantação de cana<sup>28</sup>

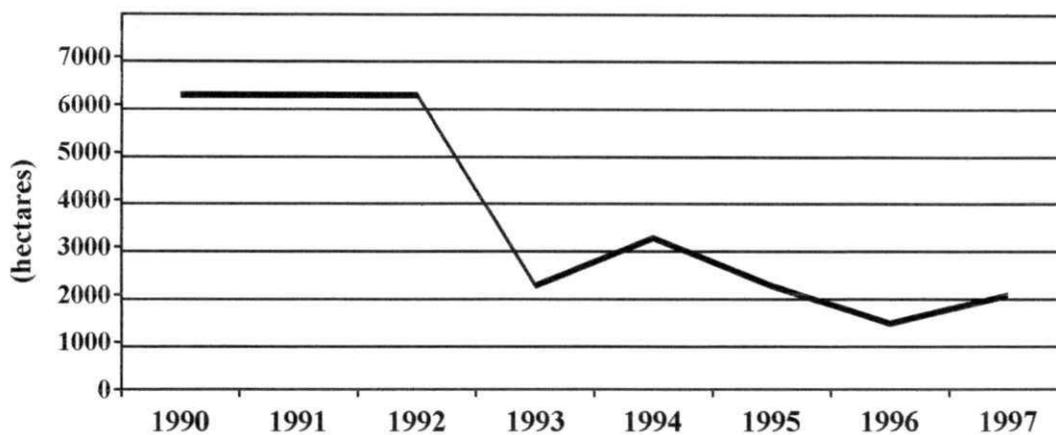
Vejam, graficamente, como de deu a reversão do tipo de produção agrícola naquela região, comparando o desempenho das lavouras de cana e de culturas alimentares:

### **Gráfico 1**

---

<sup>28</sup> “Entre 1990 e 1997 a redução da quantidade produzida e da área cultivada com a cana na submancha foi da ordem de, respectivamente, -77,5% e -70%. A participação desta lavoura no total da área plantada do conjunto das principais combinações agrícolas regionais cai de 46,6% em 1990, para 13,5% em 1997. Moreira, *et alli* (2000)

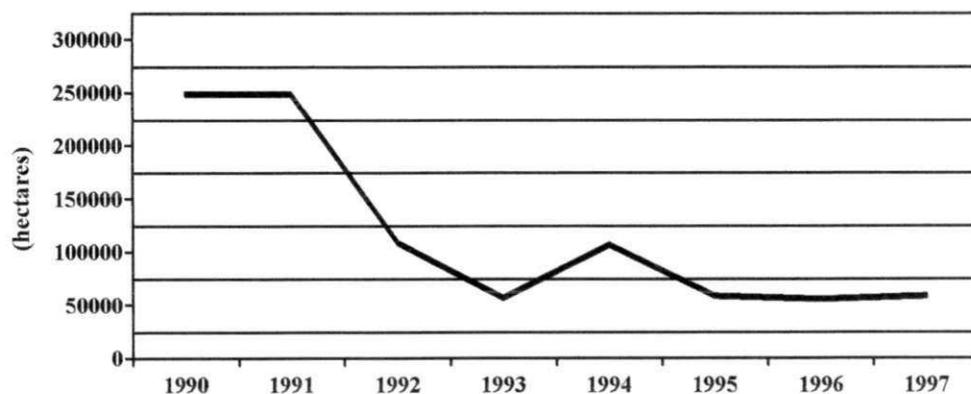
**SUBMANCHA DO BREJO PARAIBANO  
EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA COM CANA-DE-AÇÚCAR**



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal in Moreira *et alli* (2000)

**Gráfico 2**

**SUBMANCHA DO BREJO PARAIBANO -  
EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE PRODUZIDA COM CANA-DE-AÇÚCAR**



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal in Moreira *et alli* (2000)

Pelo visto acima, pode-se relacionar a existência de um fenômeno singular e paradoxal. Mesmo sem a participação efetiva do Estado, ou mesmo, como no caso de Redenção, de uma relativa ausência dos órgãos públicos no processo de implantação dos assentamentos, a tendência geral verificada é a de substituição extensiva e de mudança de aptidão para as lavouras alimentares. Isto foi possível sem a incorporação de padrões tecnológicos e de assistência técnica e alocação de recursos financeiros por parte do Estado, ou seja, os avanços das lavouras alimentares nas áreas de assentamentos foram obtidos a partir da dinâmica produtiva e dos saberes acumulados dos próprios assentados, com base nos métodos tradicionais de produção e, muitas vezes, em condições adversas, sem qualquer participação de políticas públicas.<sup>29</sup>

Os dados coletados sobre o desempenho das lavouras alimentares, onde antes só existia o plantio da cana-de-açúcar na região, do Brejo Paraibano

*é um demonstrativo da importância da reforma agrária para a produção de alimento (...) Outro aspecto indiscutível é o fato de que, com raras exceções (como no caso do PA Samba, situado me Maragogi-Al, onde a banana ocupa mais de 90% da área plantada pelos entrevistados), os produtos mais importantes produzidos nas áreas reformadas da Zona da Mata e do Brejo Paraibano ainda são os tradicionais alimentos básicos da região: a mandioca(principal produto, em grande parte utilizado para a produção da farinha), seguida do feijão e do milho. Na safra de 1998/1999 esses três produtos ocuparam 52,0% do total da área pelos entrevistados nos 25 PAs que foram investigados na Zona da Mata e no Brejo.”(Moreira et alli, 2000).*

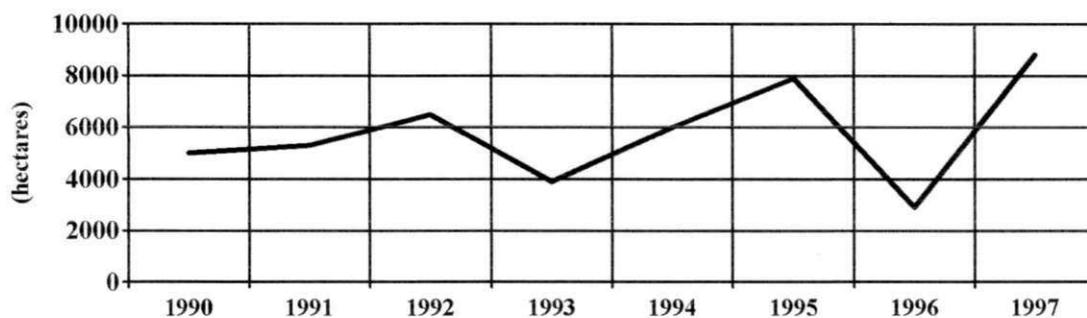
---

<sup>29</sup> Segundo Moreira *et alli* (2000), “a diversificação da produção de alimentos verificada pode ser atribuída em parte ao processo de territorialização da reforma agrária na região e, em parte, ao movimento de reorganização dos sistemas de uso do solo da pequena produção familiar no seu contexto mais geral. Pode-se mesmo afirmar que o movimento geral de diversificação de culturas alimentares é muito mais assimilado pelos Projetos de assentamento a partir da tendência geral observada nos padrões produtivos da agricultura familiar desenvolvida na região, fruto da influência do mercado, do que do inverso. Não de pode negar porém a importância do papel desempenhado pela assistência técnica através da Emater e do Projeto Lumiar.

Para o caso do Brejo Paraibano, no gráfico abaixo, podemos observar o comportamento do plantio de lavouras alimentares, já em grande ascensão a partir de 1997,

Gráfico 3

**SUBMANCHA DO BREJO PARAIBANO  
EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA COM OS PRODUTOS  
ALIMENTARES BÁSICOS(feijão, milho, mandioca)**



Fonte: IBGE-Produção Agrícola Municipal in Moreira *et alli* (2000)

No Projeto de Assentamento de Redenção ocorreu não só uma substituição total da lavoura da cana-de-açúcar, como também uma maior diversificação de lavouras alimentares. Para o Presidente da Associação de Redenção,

*“ A mudança da lavoura foi total. Antes aqui só se via cana. Daqui de cima, a ‘vista’ se perdia na cana. Com a reforma agrária, cada família agora pode plantar o que quiser. O que nós tem plantado aqui ééprincipalmente mandioca, banana, milho e feijão também. No caso da mandioca a gente só teve prejuízo, pois 1.000 quilos de mandioca custa R\$ 30,00. Ainda teve pouca chuva em 1998. Mas tem plantação de muita lavoura nova, mas ainda pouca área explorada por falta de apoio. Se o governo desse uma forcinha a gente, mesmo com esse solo desse jeito [com muito declive] eu garanto que a situação era outra.(2001)*

No PA de Redenção os dados acerca do volume total da produção de cultura são ainda muito precários. De um lado, porque o assentamento é ainda muito recente e tem enfrentado muitas dificuldades para iniciar uma produção agrícola mais permanente. De outro, como consequência do pouco investimento em créditos e em assistência técnica para adaptar os assentados às condições propícias de uso do solo. Na pesquisa realizada na zona canavieira do Nordeste, Moreira *et alli* (2000), indica dados importantes sobre as dificuldades de plantio na região do Brejo Paraibano, concluindo inclusive que “é preciso chamar atenção para o fato de que ainda é pouco representativa a área cultivada com alimentos dos PAs no total da área agrícola da mancha e submancha. Vejamos a Tabela abaixo:

Tabela: Comparação de áreas entre submanchas com plantação de lavouras alimentares

| <b>SUBMANCHA/MANCHA</b>                 | <b>1998</b>  | <b>SAFRA 1998/99</b>   | <b>%</b>    |
|---|--|--|-------------|
|   | Total da área plantada com lavouras alimentares (ha) | Área estimada plantada com lavouras alimentares nos PAs (ha) |             |
| SUBMANCHA DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO | 14.087,0   | 8.188,8  | 58,1        |
| SUBMANCHA DA ZONA DA MATA PARAIBANA     | 6.432,0  | 5.923,5  | 92,0        |
| <b>SUBMANCHA DO BREJO PARAIBANO</b>     | 5.286,0  | 622,1  | 11,8        |
| <b>ZONA CANAVIEIRA</b>                  | <b>25.805,0</b>                                      | <b>14.734,4</b>  | <b>57,1</b> |

Fonte: IBGE-Produção Agrícola Municipal, 1998; Pesquisa Direta, 2000

Obs.: Manchas e submanchas são regiões que apresentam forte densidade de assentamentos rurais.

Outra questão que deve ser considerada é que a proliferação de assentamentos tem determinado o surgimento de instigantes e novos desafios. Como o assentamento é oriundo de situações de conflito e tensões sociais e se relaciona a um contexto em

que o tema da reforma agrária ganhou visibilidade, conseguiu impor-se na agenda política e resultou em algumas desapropriações ou compras de terra, ou ainda na utilização de imóveis públicos, com o objetivo de fixar os grupos demandantes e aliviar tensões sociais mais intensas. (Medeiros e Leite, 1999:8)

É fato que a redistribuição de terras e os assentamentos têm mobilizado amplos setores políticos e sociais, carreando certo volume de recursos materiais e financeiros e forçando os poderes públicos de todas as esferas – Executivo, Legislativo e Judiciário – a dispensarem mais atenção a essa problemática, embora ainda com grandes limitações.<sup>30</sup>

Para Medeiros e Leite (Idem), nos primórdios do surgimento dos assentamentos, estes de certa forma, foram estigmatizados não só pela opinião pública, mas também pelas prefeituras. Os chefes do Poder Executivo local temiam que, com os assentamentos, surgissem demandas e, por conseguinte, pressões sociais pela chegada de centenas de trabalhadores estranhos ao município os quais exerciam a sua exigência por terra por formas conflituosas através das ocupações e acampamentos.

---

<sup>30</sup> Para Medeiros e Leite(1999:9), a legislação brasileira sempre deu relevo ao Executivo Federal como esfera vocacionada para a realização de intervenções fundiárias. A possibilidade de desapropriação por interesse social, permitindo a emenda constitucional número 10, de novembro de 1964, que as terras fossem pagas em títulos da dívida agrária, é prerrogativa do governo federal. Nos anos 80, os governos estaduais, utilizando-se de mecanismos diversos, passaram a intervir de forma mais recorrente sobre a questão fundiária, através de algumas brechas, tais como desapropriação por utilidade pública, para a criação de fazendas experimentais, arrecadação de terras públicas estaduais, compra de terras. Não se pode entender essas iniciativas fora de um complexo quadro de disputas políticas, onde devem ser considerados quer o aumento da pressão por terra e o fortalecimento das organizações dos trabalhadores, quer as possibilidades de disputar a bandeira da reforma agrária com o governo federal... Assim, o resultado imediato foi uma mudança no desenho do aparato institucional dos executivos em diferentes unidades da federação, com a criação de organismos voltados para tratar da questão agrária, tais como institutos de terra, secretarias especiais, fundos de terra, etc.

Mesmo que a situação acima não represente a experiência do assentamento de Redenção, porque os trabalhadores que conquistaram a terra já pertenciam à região, por outro lado, estavam cristalizadas determinadas relações de poder nos municípios, conformadas de alguma maneira com a participação dos donos de usinas. Numa conjuntura adversa e sem ainda garantir a alocação de riqueza e ampliação do mercado de trabalho para a região, os assentados necessitavam viabilizar sua legitimação frente à população e às autoridades, como uma alternativa econômica de assegurar a sobrevivência familiar e também como afirmação social e política. (Medeiros e Leite, 1999:10).

Como já vimos anteriormente, na região do Brejo Paraibano operaram-se profundas alterações no perfil da produção agrícola com o advento dos Projetos de Assentamentos, embora o início desse processo tenha se dado a partir da falência generalizada das usinas da região.

Para analisarmos a importância dos PAs, no processo de reorganização espacial e de uso do solo urbano, devemos preliminarmente considerar que os assentamentos são espaços de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogêneas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas. No cotidiano do assentamento, diferentes formas organizativas voltadas para a produção são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamento. (Zimmermann, 1994:205)

No caso de Redenção, a homogeneização referida por Zimmermann (Idem) foi mais acentuada devido aos assentados serem originários econômica, social e culturalmente

do trabalho na cana-de-açúcar, que se reproduzira ao longo dos tempos. Ou seja, como os assentados não vieram “de fora” da região e não eram originários de diferentes extratos sociais e tipos de trabalhos, já partilhavam o mesmo espaço social uniformizado pelo trabalho na usina, assinalado por uma trajetória de vida similar, embora se registre certas diferenciações nas condições de vida entre parcelas dos assentados.

Essa homogeneização é e continua sendo um fator positivo seja no processo de luta pela terra ou como agora no processo de resistência para continuar na terra. O fato de que as demandas sociais, a pouca experiência com a prática de lavouras mais extensivas e diretamente relacionadas com a sobrevivência dos assentados, a história e as condições de vida de cada família assumirem padrões horizontalizados permitiu gerar, para todos os assentados, uma expectativa de engajamento e de construção futura, como agricultores familiares de um projeto uniforme, sem que diferenciações sociais e de trabalho interferissem negativamente.

Uma assentada de Redenção resumiu numa fala essa consciência de traços comuns entre todos os assentados:

*“ todos nós viemos de um mesmo lado. Ninguém tem mais ou menos do que qualquer outro. Quando era a usina, todos faziam o mesmo serviço, ganhavam a mesma coisa, tinham o mesmo sofrimento. Agora todos tem o seu pedaço de terra. Assim é mais fácil saber o que interessa para todo mundo, e ir tudo de uma vez num caminho para ver se salva o pão de cada um”.(2000)*

Em outros depoimentos, o traço comum é que todos consideram que lutar pela terra foi a oportunidade de se livrarem do sofrimento da “escravidão da usina” e poderem ser donos de seu próprio destino, controlando autonomamente os frutos de seu

trabalho como agricultores independentes. Para Zimmermann(1994:209), nessa remontagem de um novo modo de vida, padrões fundamentais do processo produtivo e da vida social da família camponesa se explicitam.

Esse componente da história de vida e de acesso à terra promovido pelo processo de redistribuição da mesma a partir das demandas dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, é um diferencial importante das outras modalidades de pequenos proprietários rurais. Como a ação para a obtenção da terra foi um ato coletivo - de reunião, associação, mobilização, pressão social, de articulação com outros agentes externos (órgãos, entidades, lideranças, etc.), e exposição à violência – as dificuldades enfrentadas no assentamento e a busca de alternativas de superação também têm um forte conteúdo coletivo, embora o processo de organização dos assentados desde a luta em defesa dos seus direitos trabalhistas tenha encontrado dificuldades. Essas dificuldades refletem em certa medida, a falta de experiência anterior de organização e luta, e a própria história de vida dos assentados, na qualidade de ex-trabalhadores assalariados da cana, onde não vinham de um processo de acumulação de forças e ampliação de seus espaços políticos como segmento social.

Para um dos assentados e membro da Associação,

*“ todo mundo sabe que o que sobrar para um sobra para todos. Ou todo mundo se junta para salvar a todos, ou de um por um vai tudo se acabando. Isso é para conseguir mais coisas junto ao governo, isso é para ver o que se produz, como se produz, dar uma solução para o atravessador, e também para formar um patrimônio do assentamento que sirva para todos os assentados. Ou escapa todo mundo junto ou vai tudo para o buraco de um só vez”. (2000)*

Essa consciência de que só há alternativa para o assentamento se cada um contribuir com o esforço comum de lutarem juntos para conseguir soluções para os problemas é um fator importante de aglutinação e de ação coletiva. Embora seja verdade que, como em qualquer organização social, é bastante diferenciado entre os membros do assentamento, o grau de compromisso, de engajamento, etc.

Isso se refletiu, principalmente, nos níveis de percepção quando a luta pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria se tornaram uma alternativa para a resolução em favor dos ex-trabalhadores da usina, dos passivos trabalhistas e da permanência na terra. Muitos trabalhadores, principalmente aqueles com pouco engajamento nas lutas pós-falência da usina, não se deram conta da mudança dos objetivos políticos e, mesmo alguns que assumiram a luta pela terra, pouco acreditaram na possibilidade de sua concretização. Em entrevistas com assentados, relatou-se que alguns deles pretendiam apenas o retorno ao trabalho no plantio e colheita da cana, por considerar que teriam maior segurança vivendo do assalariamento proporcionado pelo trabalho na Usina.

É exatamente a existência do diferencial da coletividade, da associação, da ação coletiva que tem se constituído em fatores decisivos para os assentados enfrentarem os graves problemas relacionados à infra-estrutura, à tecnificação apropriada de sua atividade produtiva, ao equacionamento da infra-estrutura do empreendimento, que favoreçam a melhoria da produtividade e da qualidade de vida das famílias assentadas, condições estas que abordaremos no item a seguir.

Como vimos anteriormente, sob a ótica de intervenção do Estado na questão agrária – como uma tentativa de atenuação e institucionalização dos conflitos no campo a partir da radicalização dos movimentos por reforma agrária - as políticas estatais para os assentamentos relacionam-se, desde a sua concepção à sua aplicação, com intervenções uniformes e padronizadas, que levam em conta mais a tentativa de minimização e banalização dos conflitos e menos a adoção de políticas permanentes que visem a consolidação dos assentamentos como novos modelos de unidades produtivas, possíveis de impulsionar e diversificar a produção na agricultura e a integração de milhões de braços produtivos ao mercado formal de trabalho.

Para Luciana Henrique da Silva(Internet, 2000)<sup>31</sup>, essas políticas são estabelecidas considerando um tipo ideal de assentado, sendo dessa forma ignoradas a história, os valores, os interesses e os saberes dos assentados que muitas vezes não obtêm o sucesso econômico esperado pelo governo, provocando tensões entre os membros dos assentamentos e órgãos governamentais que são responsáveis por sua execução.

Nesta questão pode se verificar uma enorme insatisfação entre os assentados quanto à extensão, profundidade e qualidade da ação do Estado para a consolidação do assentamento. Particularmente no assentamento de Redenção, a sua história coincide com críticas à insuficiente intervenção do Estado e, em contrapartida, com a movimentação permanente dos assentados em busca de respostas e soluções por parte do governo acerca das ausências de políticas mais eficazes, ou mesmo da ausência dos órgãos públicos responsáveis pela aplicação daquelas políticas nos PA's.

---

<sup>31</sup> SILVA, Luciana Henrique. Políticas Públicas e seus impactos sobre assentamentos rurais. Internet, 2000.

No assentamento de Redenção, desde a sua implantação até o presente, tem sido recorrente aquele impasse entre os assentados e o Estado, com nítidos prejuízos para a implantação e consolidação do projeto de assentamento. Em reunião dos assentados, realizada no dia 13 de maio de 2001, foi voz uníssona entre eles que o assentamento vive seu momento mais crucial desde que foi implantado. O presidente da Associação fez um minucioso relato das enormes dificuldades enfrentadas pelo assentamento, o que de resto são as mesmas dificuldades encontradas noutros assentamentos da Usina Santa Maria. Neste relato, o líder dos assentados destacou que,

*“...o INCRA tem feito pouco caso dos assentamentos da Usina, apesar do seu Superintendente declarar que o problema não é dinheiro. Crédito tem. Agora se pergunta: aonde está o tal crédito que não chega para as famílias assentadas? Pois veja só: as casas estão caindo na cabeça dos moradores, porque o crédito para fazer casa nova e remodelar as que ainda tem jeito ninguém não vê nem a cor. Quando fomos para João Pessoa reclamar que o dinheiro para o plantio estava demorando para ser liberado, nos informaram que os recursos já estavam no banco do Nordeste em Guarabira. O gerente do banco, quando chegamos lá para conversar com ele, gritou para todo mundo ouvir, que assentado só traz problema para o banco, e hoje a maioria das famílias não receberam os recursos para plantio do ano passado. Então eu pergunto: como se vai plantar sem financiamento, sem financiamento para a compra dos equipamentos da associação que vai servir para todo o assentamento. Se não tem financiamento, não tem lavoura, e o que alguém consegue plantar com esforço próprio, vai cair na mão de atravessador que compra os produtos por uma ninharia, que depois não sobra nem para comer”.*(2001)

Esse depoimento é ilustrativo do impasse vivido pelo assentamento e denuncia a ausência do Estado no processo de consolidação do projeto de assentamento de Redenção. Para os assentados, as famílias de Redenção têm capacidade de mão-de-obra para dobrar a produção das lavouras alimentares(milho, mandioca, feijão e frutas, principalmente banana), caso haja uma política de apoio do INCRA, onde os recursos aportados sejam suficientes e cheguem aos destinatários finais.

Para além dessa demanda, os assentados reclamam que o assentamento foi jogado à própria sorte pelo INCRA, no que se refere também à assistência técnica. Segundo o secretário-geral da Associação, há pelos menos três anos que o INCRA não fornece qualquer ajuda técnica ou algum tipo de assistência social e creditícia. Para a Associação, uma política de financiamento, com recursos suficientes e a juro baixo, cujos recursos cheguem aos assentados, não terá viabilidade se não vier junto a assistência técnica. Um dos assentados, presente à reunião do dia 13 de maio, sintetizou o significado para eles dessas duas questões:

*“Veja o nosso caso: temos terras muito altas, poucas de baixios, o que exige de nós um esforço muito grande para poder utilizá-las pelo menos boa parte. Na maioria dos lotes, se eles pudessem receber ajudas de técnicas que facilite o plantio e a colheita, a produção iria ser bem maior, e o sacrificio menor. Todo mundo aqui sabe, a gente ia produzir mais, melhor e com maior lucro. A renda iria aumentar e todo mundo sairia ganhando. Agora, os homens do INCRA parecem que não querem nem saber disso...” (2001)*

Outro assentado resumiu uma questão também relevante:

*“Quando aqui era só cana, só dava bom para o usineiro. Tudo era pra ele...! Agora que não tem mais usina, sumiu a cana e no lugar dela não nasceu outro plantio para nosso sustento. Agente pensava assim: assim que essa terra tiver na nossa mão, isso aqui vai ficar bonito, vai ter de tudo para comer. Olhe o resultado: nem cana, nem nada. Só mato nascendo e a gente chupando dedo.” (2001)*

Essa realidade de um empreendimento rural, a partir da desapropriação de terras e a alocação de lotes para assentamento, sem a conseqüente aplicação de políticas públicas tende a dificultar ou a retardar o alívio das fortes desigualdades sociais ou mesmo a se constituir numa grave ameaça ao desaparecimento do assentamento. O pressuposto legal dessa obrigação do Estado está consagrado na Constituição Federal de 1988, Inciso XXII, do art. 5º, a qual define a propriedade rural como dotada de uma função social e que a reforma agrária deve ser

compatibilizada com uma política agrícola.

Ou seja, a aplicação de uma política de desapropriação e redistribuição de terras deve necessariamente estar fundada num programa econômico e social do Estado para prover as terras de assentamento de apoio financeiro, técnico e de melhoria das condições de vida daquela população beneficiada.

Outra questão verificada no PA de Redenção e em outros PA's da Usina Santa Maria é a crítica às políticas governamentais que não levam em conta as especificidades do solo e da história de vida dos assentados. Ambas as questões, para os assentados, deveriam merecer uma atenção especial do Incra. Com um solo, em geral, tomado por enormes declividades e com um grupo social com pouca experiência e habilidade e conhecimento técnico para o plantio de culturas alimentares, o PA de Redenção sofre as conseqüências de políticas, quando são aplicadas, ou principalmente da ausência de políticas que supram essas deficiências.

Assim, pensamos que um dos fatores que têm acentuado as enormes dificuldades de consolidação dos assentamentos é que a ação do Estado se efetiva a partir de políticas públicas globais, que adotam metodologias, critérios e técnicas generalizantes e padronizadas, aplicadas nos programas de assentamentos idealizados pelo governo e que esvaziam o assentado de suas experiências anteriores e de suas aptidões, que não são considerados nem no planejamento nem na execução das políticas.

Não levando em conta o fato de que a maioria dos assentamentos é fruto de um processo de luta, afinal “os resultados das políticas sociais não podem ser definidos

de antemão, mas se definem no decorrer do processo e dependem das relações de força e da capacidade de organização dos interesses em jogo”.(Queiroz, 1993 *in* Lucina Henrique da Silva(2000).

Assim é que Ferrante(1994-129) anuncia que os assentamentos rurais são projetos públicos, ações aparentemente não-políticas efetuadas pelo Estado, responsável pela alocação das populações e pelo traçado das rígidas regras de vocação agrícola e de produtividade. É exatamente através da ação do Estado que será possível potencializar e viabilizar os avanços na geração de renda, desempenho econômico dos assentados, além de aumento do auto consumo, assalariamento e valorização patrimonial do empreendimento rural.

Um exemplo da ação positiva e da omissão do Estado, que muito prejudicou o assentamento, é o Projeto Lumiar, como descreveremos adiante.

### **3.2. Projeto Lumiar: Exemplo de Atuação e de Ausência do Estado em Redenção**

Em suas definições sobre a questão da reforma agrária, o INCRA entende a política de redistribuição de terras adotadas pelo governo federal, como uma diretriz básica para se executar a reforma agrária estabelecida pela constituição Federal, com paz e respeito à lei, atendendo-se, prioritariamente, às áreas que apresentavam acirramento dos conflitos pela posse da terra ([www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), 2002). O governo define a atividade do INCRA como orientada no sentido de se adaptar a concepção do “NOVO MUNDO RURAL”, que unifica as políticas voltadas para o campo. A nova concepção tem como objetivo básico transformar o trabalhador rural assentado em

agricultor viável economicamente para no final concluir: a concepção de desenvolvimento rural sustentado passou a ter como diretriz básica a integração das políticas de Reforma Agrária e Agrícola, visando dar sustentabilidade à agricultura familiar.(Idem)

Para viabilizar esta concepção de projeto de desenvolvimento rural e implementar o Programa Qualidade e Produtividade nos assentamentos, com o objetivo de melhorar as condições de sustentabilidade nos lotes de terra e a “emancipação” dos projetos em lapso de tempo menor, o governo criou os projetos Casulo, Roda Viva, Cédula da Terra e o Lumiar. Ainda no processo de assentamento de famílias, o governo adotou entre outras “linhas de ação”, as seguintes:

- Formulação e implementação de um programa de desenvolvimento de produção e comercialização dos projetos de assentamento;
- Aperfeiçoamento e ampliação do Projeto Lumiar e do PROCERA;
- Implementação de programas de educação, cultura, saúde e esporte nos projetos de assentamento;
- Implantação de ações para a emancipação de assentamento;
- Capacitação continuada sobre o desenvolvimento sustentável – gerenciamento dos assentamentos.

Para não nos distanciarmos dos objetivos dessa pesquisa, concentraremos-nos na análise, à luz da experiência do Projeto de Assentamento de Redenção, da ação do Estado através do Projeto Lumiar.

O Projeto Lumiar foi criado em 1996 e, por definição do próprio INCRA, visa implantar um serviço descentralizado de assistência aos Projetos de Assentamento de

Reforma Agrária do Governo Federal. Trata-se de um projeto em apoio à implementação do processo de desenvolvimento sustentável, para a produtividade do trabalho, com melhoria do nível social e cultural das famílias beneficiadas. Entre os objetivos específicos do Lumiar estão: introduzir tecnologias mais adequadas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos assentamentos, dos processos produtivos e do acesso aos mercados e constituir um fundo de financiamento regular para os serviços de assistência técnica, capacitação e supervisão do desenvolvimento dos assentamentos. A principal fonte de recursos do Lumiar provém do orçamento do INCRA, e o governo anuncia que o projeto gasta R\$ 2 milhões por mês, atualmente.

Para Elisa, Assistente Social do Lumiar(2002)

*O Projeto LUMIAR tinha uma amplitude nacional e tinha como objetivo proporcionar assistência técnica às áreas de assentamento rural, para que as mesmas se tornassem unidades de produção econômico-social, integradas ao desenvolvimento municipal e regional. O projeto, fruto de reivindicações desses movimentos dos trabalhadores rurais (MST, CONTG), criado em 1996 e efetivado em 1997, participaram de sua elaboração as seguintes instituições: PNUD, FAD, IICA, MST, CRUB, Universidades do Rio de Janeiro e IJUI, FAZER, ASSOCENE e INCRA. Sua área de abrangência foi restrita aos assentamentos federais que receberam emissão de posse em 1995. A inovação do Projeto residia na concepção mais ampla de assistência técnica que ultrapassa os conceitos tradicionais que o restringia aos aspectos técnico-produtivos da agricultura e pecuária. No Projeto de Assentamento de Redenção, o Lumiar foi implantado em outubro de 1998. Foram beneficiadas 94 famílias, totalizando 597 pessoas. Até o ano de 2000, quando o projeto foi retirado da área, quatro técnicos realizaram atividades no assentamento: uma assistente social, dois técnicos agrícolas e um engenheiro agrícola.*

O LUMIAR tinha como princípios gerais: incentivar, apoiar e respeitar a autonomia dos processos de organização dos assentados; facilitar os processos de diagnóstico,

análise e decisões coletivas; sensibilizar e capacitar os assentados para novas técnicas gerenciais e de produção; estabelecer sistemas de avaliação da organização da produção e da produtividade; facilitar o processo de obtenção de informação e de comunicação para apoiar os processos decisórios dos assentados. (Assistente Social do Lumiar, 2002)

Nesse sentido, os técnicos do Lumiar atuaram como

*“educadores populares, estabelecendo com a comunidade uma relação de confiança, de franqueza, dedicação e compromisso com os assentados e suas organizações. Nos primeiros seis meses de trabalho, como não tínhamos nenhum conhecimento sobre o assentamento e história de vida da população procuramos construir junto com os trabalhadores rurais um auto-diagnóstico e conseqüentemente um plano de ação. Tentamos neste processo, promover a democratização do saber popular e científico, criando mecanismos para os próprios trabalhadores rurais determinarem suas necessidades e trabalharem na superação de seus problemas, incorporando a compreensão de sujeitos de direitos, tentando superar então, os velhos modos de submissão caracterizados pelo regime de escravidão/ clientelismo e assistencialismo vividos no período da usina e ainda tão presente naquela região. Isso foi um desafio constante enfrentado pela equipe, visto que, a total submissão e domínio dos patrões não permitia que a maioria dos trabalhadores vislumbrassem outras formas de garantir a sobrevivência. Diante deste quadro onde a maioria não tinha conhecimento de nada, inclusive o que é Reforma Agrária, visto que a sua maioria não participou ativamente das discussões e mobilização para a desapropriação da terra, começamos praticamente do zero. Neste período, nas reuniões e falas das pessoas envolvidas percebemos uma certa resistência em participar do processo, já que, a sua maioria nunca tinha tido outra experiência na vida a não ser trabalhador rural da Usina Santa Maria e só via na sua reativação a solução para todos os problemas vividos no momento. (Elisa, Assistente Social do Lumiar, 2002)*

Ao tratar da realidade local, o Lumiar, orientado pela visão inovadora do Projeto que como já referido, “residia na concepção mais ampla de assistência técnica que ultrapassa os conceitos tradicionais que a restringe aos aspectos técnico-produtivos da agricultura e pecuária”, desenvolveu uma metodologia de abordagem e

conhecimento sobre os assentados, observando as peculiaridades existentes, e seguindo os seguintes passos metodológicos do auto-diagnóstico:

1. **Sensibilização contínua.** Esse momento se caracterizou pelo uso contínuo de dinâmicas nas reuniões (técnicos/assentados), com os seguintes objetivos: conhecimento e valorização de subjetividades; despertá-los para o processo do trabalho e a apropriação deste e introdução de novos conhecimentos.

2. **Conhecimento da realidade.** Levantamento com a comunidade de seus dados históricos, potencialidades políticas, culturais e agro-ambientais, bem como sua infra-estrutura básica. Afinal, conhecer a realidade é fundamental para a descoberta de novos valores e novas propostas de transformação da realidade, pois não é possível mudança sem o conhecimento do espaço social em que se vive. Isso possibilitou a interação de conhecimentos acerca da realidade dos assentados.

3. **Problematização da realidade.** Após o conhecimento detalhado da realidade discutiu-se os problemas e suas causas. Neste momento, os questionamentos surgidos foram os seguintes: por que aquela comunidade tinha tantos problemas com relação à saúde (falta atendimento, a saúde preventiva e curativa), à educação (analfabetismo, falta de merenda escolar, professores, transporte escolar, etc) e à infra-estrutura básica (moradia decente, açude, cercas, comunicação, estradas e na época a não divisão dos lotes, a falta de energia, etc), além de falta de documentação, desconhecimento dos seus direitos no INSS, baixo rendimento do solo com o agravante do desconhecimento quase que total do manejo e cultivo de outras culturas - já que passaram a vida toda só cultivando cana de açúcar - alcoolismo, violência

doméstica, a não participação da mulher, entre outros. (Elisa, 2002)

Além das deficiências estruturais observadas pelo Lumiar e descritas acima, os técnicos do Projeto concluíram que aquelas terras eram impróprias para o cultivo. Segundo o engenheiro agrônomo, aquele tipo de solo/relevo serviria somente para reserva florestal, já que aquele espaço não viabilizaria o desenvolvimento dos assentados enquanto sujeitos de direitos.

A simples distribuição de terras sem os recursos para explorá-la, condena os trabalhadores à pobreza. No município de Pilões, dos quatro assentamentos, nenhum dispõe de infra-estrutura básica. Esses dados são observados pelos próprios trabalhadores rurais, quando discutidas as causas de seus problemas. Verificam assim que só com a terra mas sem infra-estrutura de produção, eles irão ficar e permanecer como pobres destituídos da própria agricultura de subsistência, já que estão cada vez mais sujeitos ao abandono total dos poderes públicos.

**4. Priorização dos problemas.** Discutidos os diversos problemas que afetavam as comunidades e, levando em consideração ser de curto, médio ou longo prazo as suas soluções, classificava-os por ordem de prioridade. Assim, a comunidade colocou como principais problemas: a falta de organização, a baixa produtividade do solo, a falta de documentação, a falta de benefícios oferecidos pela Previdência social, a falta de parcelamento dos lotes, alcoolismo, violência doméstica e a não participação da mulher, etc. Como se pode observar pelas informações acima, a participação do Lumiar no processo de consolidação do assentamento poderia ser de uma importância vital.

Para os assentados de Redenção, a presença do Projeto Lumiar na área significou uma possibilidade de aprender a lidar com a agricultura, através do conhecimento básico de procedimentos organizacionais da produção e dos assentados, bem como da aplicação de técnicas apropriadas ao solo, aos diversos tipos de culturas alimentares que iriam ser usadas.

Segundo Roberto, Presidente da Associação de Redenção,

*“Os agricultores de Redenção não tinham nem conhecimento nem habilidade pra o plantio de lavouras alimentares. A gente sabia plantar e colher cana-de-açúcar. Tinha também o problema do terreno que era muito desnivelado, o que desanimava muita gente. Apesar da terra pouca para cada família, a diferença é que agora agente tinha condições de plantar numa área maior. Por isso que o apoio e os ensinamentos do Lumiar eram muito importante para todos.”(2001)*

Além dos problemas relatos acima, o manejo da terra encontrou outros problemas, já que as terras do assentamento apresentavam baixa fertilidade e 90% da área com declives. Para o engenheiro agrônomo do Lumiar, a política agrícola e o descaso dos governantes com as áreas de assentamento de todo o país é quase impossível tornar aquela unidade produtiva, visto que a correção do solo (calcário e fertilizantes) e o manejo daquele relevo é extremamente caro e ninguém no PA dispunha de recursos suficiente para enfrentar aquelas adversidades e realizar as correções necessárias(Assistente social do Lumiar, 2002).

O Lumiar, inicialmente, diante da situação do assentamento, procurou desenvolver um trabalho de sensibilização junto aos assentados no sentido de diagnosticar não só os problemas mas, também, definir coletivamente estratégias de enfrentamento da situação.

Segundo o presidente da Associação dos Assentados de Redenção,

*“A assistência técnica prestada pelo Lumiar inicialmente foi reunir as famílias para mostrar a importância das famílias se organizarem para trabalhar no assentamento; em segundo lugar, os técnicos visitaram cada lote para fazer um diagnóstico da terra e, assim, para saber aonde o trabalhador poderia plantar, o que cultivar. Depois, orientou os assentados para fazer um empréstimo junto ao Banco do Nordeste, inclusive para comprar adubos e utilizar nas terras de cada lote”.*

Para um dos assentados,

*“Antes de o Lumiar chegar nós não tinha nenhuma experiência, o que era agricultura. O lumiar fez uma pesquisa sobre o que plantar e como colher. Os assentados não plantavam lavoura não permanente. O Lumiar começou mostrando que as lavouras permanentes eram muito importantes para os assentados, como a banana, a banana orgânica, a horticultura, a manga, o cajueiro, o coqueiro.”(2001)*

Com o encerramento das atividades do Projeto Lumiar nas áreas dos assentamentos da Usina Santa Maria, nota-se um agravamento dos pontos de debilidade elencados pelo Lumiar e um distanciamento maior de uma possibilidade de consolidação do assentamento.

Os assentados relatam que a ausência do Estado no assentamento, através da presença do INCRA e/ou da aplicação de políticas de financiamento de lavouras, melhoramento das condições técnicas e da capacitação da mão-de-obra disponível tem se constituído num entrave ao assentamento de Redenção. A partir das moradias, que desde o início do assentamento não tiveram as verbas liberadas para as reformas e construção das casas nos lotes, até a melhoria e ampliação da infra-estrutura produtiva e social de Redenção, a aplicação de políticas de melhorias tem sido nula.

A presença do Lumiar na área do assentamento de Redenção mostrou-se extremamente útil para a consolidação do empreendimento. Isso reforça a idéia de

que em qualquer política de redistribuição de terras e também num processo mais radicalizado de realização de uma reforma agrária, a intervenção do Estado deve combinar não só a prerrogativa constitucional de promover o desenvolvimento econômico e social do meio rural, mas também, a atuação deve ter como um dos seus fundamentos a presença do Estado num contexto de integração dos assentados em novas relações sociais e produtivas, que possam ensejar profundas alterações em seu modo de vida anterior.

Segundo Elisa, Assistente Social do Lumiar,

*“a interrupção da assistência técnica pelo Lumiar nesta área específica, mostra que a questão da Reforma Agrária no país não é considerada como uma questão de prioridade pelo Estado, porque entendemos que assentar famílias na terra sem ter uma política agrícola concreta que atenda as necessidades básicas do agricultor não resolve o problema, e esses programas emergenciais que chegam até o campo são apenas paliativos e muitas vezes manobras eleitoreiras. Numa sociedade globalizada que se organiza em função de atendimento às necessidades do mercado, qual vai ser o papel dessas famílias assentadas na afirmação de seus direitos legalmente garantidos e quotidianamente negados. Durante 02 anos na área, convivemos com os assentados que vivem em luta permanente para sobreviver e permanecer na terra, muito embora, alguns já não com tanto vigor, devido as dificuldades impostas pelo sistema desigual, injusto e agravada pela ausências de políticas agrícolas no país e pelo descaso quase que absoluto dos nossos governantes. (2002)*

Portanto, essa conclusão enseja que o Projeto de Assentamento rural necessita de uma forte alocação de recursos, de apoio técnico e assistência social para a sua viabilização econômica. A simples distribuição de terras sem os recursos para explorá-la, condena os trabalhadores à pobreza. No município de Pilões, dos quatro assentamentos, nenhum dispõe de infra-estrutura básica. Tal dado é observado pelos próprios trabalhadores rurais, quando discutiam as causa de seus problemas,

verificando que só a terra sem infra-estrutura de produção, irão ficar e permanecer como pobres destituídos da própria agricultura de subsistência, já que estão cada vez mais sujeitos ao abandono total dos poderes públicos.(Assistente social do Lumiar, 2002)

Necessita-se assim, a reorganização de seus espaços produtivos e a integração com novos processos de socialização, o que exige novas estratégias produtivas e reprodutivas efetivadas na busca de um (re)ajuste de sua situação enquanto pequeno produtor familiar inserido em um contexto de produção e de mercado.(Bergamasso, 1994:230)

Por outro lado, essa mudança na vida produtiva e social dos assentados implica no redimensionamento da sua condição de sujeito coletivo de direitos, na medida em que estes já não estão estritos numa relação contratual, de caráter privado, quando eram trabalhadores da usina e com proteção estatal apenas sobre suas relações trabalhistas e previdenciárias.

Agora os assentados são atores de um processo coletivo e social e na medida de sua condição de assentados, integram uma relação no campo do direito público, pois interagem com o Estado, autorizados pela conquista da terra, através do assentamento para dar consecução ao que pelo menos está anunciada como princípio na Constituição que é a de realizar a função social da terra.

Mas, todo esse processo só terá uma realização plena com a participação coletiva dos assentados na defesa de seus direitos, enquanto novos atores produtivos do meio rural brasileiro.

É isso que tentaremos abordar no Quarto Capítulo.

## CAPÍTULO IV

### ASSENTADOS DE REDENÇÃO: CONFLITOS E RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO DIREITO DE FICAR NA TERRA

*“ Meu fio: tem três coisa que dinheiro num paga nunca aqui: a minha casa, que agora é só minha e ninguém bota os pés nela como se fosse dono; o pedacinho de chão pra nós plantá, que agora nós planta o que quiser e Deus mandar; e poder caminhar nessas ladeira sem ter patrão pra reclamar e pistoleiro pra humilhar a gente. Agora eu bato nos peito e digo: nós só num somo mais gente hoje por que o governo num deixa!  
Dona Nedina., uma das assentadas (2001)*

Já vimos anteriormente que o atual processo de redistribuição de terras é marcado pela pressão social dos trabalhadores sem terra e pela ausência de uma ação mais eficaz do Estado que possibilite uma maior viabilização econômica e social dos assentamentos rurais. Após o processo de luta pela desapropriação das terras a movimentação dos trabalhadores é no sentido de reverter a inação do Estado, buscando a aplicação de políticas públicas eficazes e necessárias aos novos empreendimentos produtivos rurais. Esse contexto é caracterizado pela luta em defesa do direito de ficar na terra.

É exatamente neste capítulo que buscaremos abordar o processo de resistência dos assentados de Redenção para defender o seu *direito de ficar na terra*. A inação do Estado, quanto à aplicação de políticas públicas nos assentamentos, constitui um entrave à consolidação daqueles assentamentos e, essa inação, ocorre enfrentando a resistência dos assentados. Assim ocorre-nos que todo o processo de socialização e

especialização dos novos atores da produção no campo é profundamente marcado também pelos fatores que surgiram após a conquista da terra e que interagem e determinam a construção de uma nova identidade social, ou seja, o processo de luta para ficar na terra.

#### **4.1. De Sujeito a Liberto: de Morador a Assentado.**

Para analisarmos a experiência de formação de uma nova identidade social e a emergência de um *novo sujeito coletivo de* direitos protagonizado pelos assentados de Redenção – quando investidos na luta para ficar na terra - buscamos referenciar esse processo de luta a partir das representações das categorias de *sujeitos e libertos* presentes na formação social dos assentados, na medida em que os mesmos associam a vida na Usina a uma situação de “escravidão” e a conquista da terra à situação de “liberdade”. Nesse mesmo sentido, a permanência na terra e a disposição de lutar por esse objetivo está presente para os assentados como uma garantia de que não retornarão ao contexto anterior das relações de dominação e dependência do trabalho em uma usina ou noutra relação de trabalho considerada escravizante.

Como pôde se ver no Capítulo I, no século XIX as relações de trabalho e dominação social nos campos do Nordeste seja no sertão dos coronéis, seja nas plantações de cana dos senhores-de-engenho, em regra geral, obedeciam aos mesmos mecanismos ideológicos, econômicos e sociais. Considerando as relações de trabalho à época o senhor-de-engenho instituiu a sua dominação, diferenciando-a em três modalidades: a escravatura, a *moradia*, e o assalariamento.

Em relação ao regime da escravatura, já vimos que esta forma de exploração da mão-de-obra de negros e de índios ocupou um espaço bastante reduzido na produção da cana-de-açúcar no Brejo Paraibano, por conseguinte, com poucas repercussões ulteriores nas relações de trabalho e dominação que restaram para os anos que se sucederam no século XX. Com o fim da escravatura, os escravos livres vieram a engrossar o exército de mão-de-obra livre disponível no mercado, despersonalizando ainda mais as relações e trabalho na zona canavieira.

O assalariamento, por sua vez, se estabelecia entre o *trabalhador livre* e o senhor-de-engenho com regras mais flexíveis, portanto sem o caráter de *sujeição* absoluta à vontade e interesses do *senhor*. Isso era assegurado porque a mediação entre um e outro era regulada pela necessidade de compra e venda da força de trabalho, como um negócio entre tantos outros no mundo das relações econômicas da produção da cana-de-açúcar.

Para o objeto de estudo desta pesquisa, privilegiamos a relação de dominação/sujeição constituinte da *moradia de sujeição*, que ocorreu não só nas relações de trabalho entre o senhor-de-engenho do século XIX como também entre o usineiro e o trabalhador assalariado da cana do século XX.

Refletindo essa reprodução de tais relações de dominação e sujeição, o assentado do PA de Redenção, quando se refere à sua condição anterior de *liberto* ou de *escravo* da usina, leva em conta especialmente o fato dele ser *dono de seu pedaço de chão*, e não só especificamente, o fato de ter sido *explorado* pelo usineiro desde a sua mais

tenra idade como, de resto, o foi toda a sua família, os seus amigos, os seus vizinhos, os seus outros parentes, que trabalharam no corte da cana.

Portanto as codificações e mentalizações do ser *liberto* e/ou ser *escravo* da usina, para o assentado do PA de Redenção, não decorrem do resultado da herança social originada da condição de escravo – aqui no sentido de escravatura, ou seja, de escravo de origem africana comprado pelo senhor-de-engenho e um dia alforriado ou liberto pelo fim da escravatura no Brasil (no século XIX) – mas sim, daquela origem social de dominação/sujeição forçada pela *sujeição da moradia* em que viviam os mulatos, os índios e os negros libertos do Brejo Paraibano. É nesse sentido que para Garcia Júnior(1989), o critério de oposição registrado nas relações de dominação, freqüentemente utilizado por diferentes categorias de trabalhadores agrícolas e mesmo por grandes proprietários, é entre *libertos* – como aqueles que dispõem do seu próprio tempo e dos membros de suas unidades domésticas e *sujeitos*, como aqueles cujo tempo é controlado por um *patrão* ou têm obrigações estabelecidas com dada periodicidade.

Nesse contexto, aos assentados de Redenção quando associam a sua condição de *libertos*, eles se referem a dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito a possuir como propriedade sua e da família um *pedaço de chão* para trabalhar. Essa condição lhes dá autonomia de plantar o que melhor lhe aprouver, obedecendo apenas à necessidade de uso do solo de maneira que lhes proporcione subsistência e um pouco de excedente para as melhorias técnicas e de plantio. O segundo aspecto trata da localização autônoma da unidade doméstica do *liberto*. Essa localização

autônoma é definidora do conjunto de situações sociais no qual está inserido o trabalhador da usina.

Como já vimos, a concessão pelo proprietário da terra de um pedaço de chão para uso – nas condições verbalmente impostas pelo *senhor* – do trabalhador e sua família, representava também uma concessão de *moradia*. É essa *moradia* que lhe impõe a condição de *sujeição*, ou seja, de subordinação às exigências do *senhor* para o uso da terra e as conseqüentes *contrapartidas* em termos de trabalho a ser revertido para os interesses da usina.

Assim, as representações mentais dos assentados no sentido de conceituar uma condição de *sujeição*, quando discutem a possibilidade de não continuarem na terra conquistada, estão condicionadas a se a casa onde mora com a sua unidade doméstica estiver situada em terreno que não implique subordinação pessoal ao proprietário, especificada pela *sujeição*, (Garcia Júnior, 1989) ou se a casa se situar dentro de uma grande propriedade e pertencer ao dono da terra fato associado à *sujeição*. Ter *chão de casa* fora dos limites da grande propriedade aparece associado a uma certa autonomia da unidade doméstica sobre a própria vida e a livre disposição do tempo de seus membros, conotações marcadas pelos usos da categoria *liberto*.<sup>32</sup>

Essa representação de *liberto* é demonstrada na medida em que - como no *chão de casa* para um *ex-morador* referido por Garcia Júnior(1989) - o assentado de

---

<sup>32</sup> Garcia Júnior (1989:38-42) adverte que não deve desconsiderar que, para os trabalhadores agrícolas, a situação social melhor é quando eles têm o controle da propriedade tanto do *chão de casa* quanto da terra. Isto porque, tendo um *sítio* de dimensões compatíveis com os recursos que utilizam a cada ciclo agrícola a propriedade jurídica do terreno assegura reprodução da autonomia de decisões da unidade doméstica e por isso é tão cobiçada.

Redenção quando se refere à sua condição social de hoje, ele como *dono* de um *pedaço de chão* e de um *chão de casa*, considera que:

*“A minha maior satisfação é poder olhar em volta do quintalzinho da minha casa e pensar: aqui ninguém mais manda na minha vontade. Cada planta é minha, cada galinha mato quando eu quero. Antes a chave da porta da entrada ficava do lado de fora, porque esse chão era de usineiro. Hoje, a chave é minha e só abro a porta prá quem eu quero”. (2000)*

Esse sentimento de liberdade e de posse de um *pedaço de chão*, que confere ao assentado um sentimento de autonomia de vontades e usos do que para ele representa a sua condição de *liberto*, permeia todas as representações sobre a posição individual da família e sobre os espaços sociais da condição anterior de *sujeição* e da condição atual de *liberto* na condição de assentados de Redenção.

Assim é que os assentados demonstram ter uma longa referência cultural e social centrada num histórico familiar de *sujeição*. As famílias têm, na quase absoluta maioria de casos, parentes como os avós, os pais, os irmãos, tios, primos, que também já trabalharam no corte da cana. São ascendências que remontam aos tempos dos velhos engenhos, portanto apresentam um histórico de submissão econômica, social e cultural altamente arraigado nas representações mentais de auto-identificação dos assentados. A experiência de vida anterior foi caracterizada pela dependência personalizada, sobretudo através da imobilização dos trabalhadores no interior dos grandes domínios (patrimônios fundiários). (Garcia Júnior, 1989:)

Para um dos assentados, o trabalho na usina era um *trabalho sem fim*. Percebe-se que esse “*sem fim*”, tem um significado extraordinário para as suas representações de liberdade e de bem estar. Significava um trabalho considerado extenuante, do qual

não poderiam se *livrar* e que pela relação de dependência ao patrão, eles teriam que se subjugar indefinidamente. Por outro lado, significava uma perpetuação das suas condições de vidas, reproduzidas de geração a geração, que os relegava a uma pobreza incontornável.

Assim é que no que diz respeito à sua condição de ter *liberdade*, eles raciocinavam que o que lhes restava como direitos, enquanto homens e mulheres com capacidade física de trabalhar e obrigação de dar sustento à família, era de se submeter aos caprichos do dono da usina e, portanto, serem explorados enquanto tivessem corpo e energia para cortar cana. Se foi assim com o avô, o pai, etc., então não restava alternativa para o restante da família senão a de *seguir a trilha*.

Pois, quando perguntados sobre com que idade eles começaram a trabalhar não se ouviu faixas etárias diferentes: oito, nove, dez anos de idade. Se foi assim com os mais antigos, porque seria diferente com os mais novos? Afinal, eles tinham que comer e vestir. E, para isso tinham que trabalhar! Quando indagados sobre o que eles esperavam da sua vida e a de seus filhos, respondeu um deles com convicção: “*trabalhar na usina e esperar que Deus olhe aqui pra baixo e enxergue a gente melhorzinho.*”

Foi assim, vivenciando um ambiente de profundas limitações econômicas, sociais e políticas que, para muitos dos assentados, vislumbrar a possibilidade de conquistar um *pedaço de terra* era considerar um sonho que, por vezes, se apresentava remoto, ou que por vezes se apresentava com certo simbolismo de concretude, especialmente

nos momentos históricos mais recentes de recrudescimento da luta pela reforma agrária ou quando essa possibilidade foi se elucidando após a falência da Usina.

Para a maioria, o poder do usineiro era tido quase como irremovível. Num ambiente marcado pela prepotência, pela proeminência das leis próprias *do homem lá da usina*, acima do bem ou do mal e também devido ao enclausuramento social do mundo rural dos engenhos - pois a economia açucareira, circunscrevia, obstinadamente, a vida social aos esparsos núcleos rurais as gerações inteiras dos ascendentes dos atuais assentados, que foram subjugados num sistema de dependência secular. Para Garcia Júnior,(1989), esse modelo pressupunha que fora do domínio(engenho/usina) só restaria a vida de vagabundo, de errante, de desocupado.

Para os *ex-moradores* essas representações tinham uma grande eficácia simbólica: para muitos a vida fora do *engenho* não tinha salvação. A força deste simbolismo estava ligada à quase-ausência de alternativas reais à submissão. A possibilidade de concretizar uma alternativa de *mudança de vida, antes pouco ou nunca considerada* alterou-se profundamente a partir da falência da Usina. O início da luta para desapropriar as terras da usina e dividi-las entre os antigos moradores, como alternativa compensatória pelas dívidas trabalhistas não pagas pelos proprietários da Usina, provocou em boa parte dos trabalhadores uma mudança substantiva quanto às suas expectativas de alteração simbólica da sua situação anterior de *escravo* da usina. Criavam-se assim as possibilidades de construção de um novo espaço social e de afirmação de um novo *sujeito coletivo de direito*.

## **4.2. Os Mediadores e o Novo Espaço de Relações Sociais dos Assentados de Redenção – A Experiência do SEDUP**

Todas essas agudas contradições de interesses entre os trabalhadores da antiga Usina Santa Maria e os usineiros criaram um ambiente favorável para a espacialização e socialização de um novo modo de vida, de caráter mais coletivo, inclusive no estabelecimento de um diálogo com as organizações sociais e instituições públicas, rompendo-se com o enclausuramento das relações sociais anteriores restritas às dominações ideológica, econômica, social e cultural dos antigos senhores-de-engenho e dos usineiros. Um fator que muito contribuiu para o processo de espacialização e socialização dos assentados foi o apoio empreendido pelos mediadores na luta pela terra.

Em 1991, com a falência da Usina, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Pilões, Areia e Serraria, a Associação SEDUP e a Paróquia de Pilões, junto com os trabalhadores da Usina, iniciaram um longo processo de luta pelos direitos trabalhistas e a desapropriação das terras. Uma das entidades mediadoras que mais contribuíram com o processo de luta dos trabalhadores da Usina Santa Maria foi à Associação SEDUP, ligada a Diocese de Guarabira.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Num artigo publicado no Jornal Especial Comemorativo dos 15 anos da Associação SEDUP (dezembro, 1996), o professor da UFPB e Conselheiro da entidade, Severino Silva, define que a Associação SEDUP, desde a sua fundação busca desempenhar um serviço de educação entre as camadas mais empobrecidas da nossa sociedade. Colocando-se como um espaço para a reflexão, elaboração e execução de ações que buscam despertar no público com que trabalha, o valor de uma nova forma de fazer a ação social, acreditando que este fazer está embasado em valores políticos-pedagógicos que colocam em cena a construção da identidade das pessoas, grupos, organizações, etc.(...) Neste sentido, o trabalho do SEDUP se apóia num permanente investimento em procedimentos metodológicos que resgatem o valor dessas pessoas populares, seja indivíduo e

Para Ângela, assessora do SEDUP, a Associação teve a seguinte trajetória:

*“O SEDUP nasceu em 1981, como um serviço da Diocese de Guarabira, criado por Dom Marcelo[Carvalheira], e por outras pessoas religiosas como a irmã Valéria e, tinha como objetivo reforçar a luta dos trabalhadores, com a aplicação de cursos, assessoria e acompanhamento a pessoas, lideranças de base mais da zona rural. O propósito era formar quadros para se contraporem àqueles dirigentes sindicais a quem se chamavam de pelegos e muito ligados às prefeituras, aos órgãos públicos. Eles não tinham assim uma defesa clara dos direitos dos trabalhadores. Então o SEDUP foi criado para ajudar aquelas pessoas que queriam mudar a forma de trabalho dos sindicatos, e que estes lutassem junto aos trabalhadores para permanecerem na terra. Além desse trabalho o SEDUP também acompanhava a luta dos trabalhadores canavieiros aqui do Brejo em especial três municípios: Pilões, Serraria e Areia. Como a gente sabe esses municípios são áreas da Usina Santa Maria, e que o SEDUP trabalhou junto aos canavieiros da Usina para reforçar a luta em defesa dos seus direitos trabalhistas como, por exemplo: o controle da carga horária, porque eles tinham um jornada de trabalho excessiva; garantia de transporte para o trabalho; registro da Carteira de trabalho, pois a maioria dos trabalhadores não tinham a Carteira assinada; não tinham repouso semanal; não recebiam pagamento do 13º salário; não tiravam férias, pois a maioria dos direitos trabalhistas eram negados. Foi a partir dessa situação que os sindicatos começaram a mobilizar os trabalhadores e depois, aí de deu a primeira greve dos canavieiros, em 1985. Nessa greve os canavieiros da Usina Santa Maria, conseguiram parar totalmente a Usina durante uma semana. Isso tudo foi acompanhado pelo SEDUP. (2002).*

Para Didiu,(2000) a participação do SEDUP foi fundamental para a luta dos trabalhadores pela desapropriação da antiga Usina Santa Maria, pois orientou e organizou a luta, além de desenvolver uma política de formação, assessoramento jurídico e mediação dos trabalhadores junto a órgãos públicos.

No Balanço das Atividades de 2000, o SEDUP avaliou o desempenho do Programa Assentamentos e Comunidades Rurais, mais especificamente o *Programa Ação*

---

enquanto grupo, buscando revalorizar os espaços de coletividades como mecanismo de educação e resistência ao processo de exclusão social

*Local nos Assentamentos Rurais*, que foi aplicado nos assentamentos da Usina Santa Maria, incluindo o PA de Redenção. O objetivo do Programa está definido como o de contribuir no processo de integração e organização dos ex-assalariados da cana no âmbito da reforma agrária e da cidadania; intensificar ações educativas e formativas, junto aos assentados nos P.As. de reforma agrária, nas terras desapropriadas da usina Santa Maria; estimular a participação coletiva nas experiências de produção e organização; fomentar a participação popular nas políticas públicas da área social; desencadear vínculos de parceria e articulações com instituições afins.

O SEDUP informa que foi realizado um acompanhamento sistemático a seis assentamentos, sendo eles: Veneza, Santa Maria, São Francisco e **Redenção** (Pilões); União (Areia); e, Cajazeiras(Serraria). Os critérios que determinaram a escolha dessas áreas foram a ausência do Lumiar e a necessidade de concentrar a atuação do SEDUP. O trabalho junto aos assentamentos, através de suas associações, consistiu em discutir com a comunidade a gestão das associações, trabalho comunitário, as ações trabalhistas contra os ex-donos da usina, relações interpessoais, elaboração de projetos produtivos, questões ecológicas entre outras.

No período compreendido entre agosto/98 e março /99, o SEDUP realizou um levantamento do potencial de recursos humanos, hídricos, agrícolas e agropecuários existentes nos assentamentos, com o objetivo, entre outros, de apresentar um Diagnóstico Participativo e um Plano de Ação Imediato nos assentamentos trabalhados.

Um aspecto que merece destaque na atuação do SEDUP, também realçado por membros do assentamento, é o trabalho que foi desenvolvido com outras entidades, instituições e órgãos governamentais. Como resultado foi criada uma Comissão Interinstitucional composta por representantes de várias entidades e instituições que tiveram atuação nos assentamentos. A Comissão teve a tarefa de a partir das prioridades eleitas pelos assentados e junto com estes, encaminhar as propostas a serem desenvolvidas nos assentamentos e junto aos órgãos governamentais ligados, direta ou indiretamente, à questão da reforma agrária. Essa Comissão foi composta inicialmente pelo SEDUP, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serraria, Projeto Lumiar, Incra, UFPB-Campus de Areia e estudantes universitários.(2000)

Em avaliação realizada acerca do trabalho desenvolvido junto aos assentamentos da Usina Santa Maria, o SEDUP concluiu que,

*“Apesar do resultado da iniciativa não estar apresentando o efeito esperado, temos aprendido, juntos, a lição de que no momento em que as pessoas se unem, [elas] conseguem alterar a realidade adversa que as ameaçam. A partir da reflexão passou-se a vislumbrar resultados positivos alcançados. Isso ficou claro nas falas dos trabalhadores no momento da visita ao Incra, quando expressaram ao Superintendente, a certeza e a convicção de continuar a luta por melhorias para os Projetos de Assentamentos. Segundo Dallari, sempre que um grupo de pessoas se organiza e se dispõe a trabalhar em conjunto por um objetivo, algum resultado é conseguido, e sempre o grupo consegue mais do que qualquer de seus integrantes obteria se agisse isoladamente. E mesmo que se consiga relativamente pouco, em vista do objetivo almejado, essas pessoas adquirem um preparo e obtêm conhecimentos que serão úteis em outro empreendimento.” (2000)*

Os resultados obtidos com os trabalhos realizados e a aplicação do Programa Ação Local nos Assentamentos Rurais(2000), são resumidamente os informados a seguir:

- Tomada de consciência, por parte dos representantes das associações, da importância que cada organização tem no processo de fortalecimento da luta dos trabalhadores;
- Iniciativas concretas de mobilização para o parcelamento das terras;
- Maior intercâmbio entre as associações e seus associados com outros assentamentos vizinhos;
- Mobilização dos trabalhadores assentados para a execução de ações comunitárias, discussão para implantação e gerenciamento do Banco de Sementes, construção de cisternas de placas em mutirão e trabalho coletivo nos roçados e cercados comunitários;
- Despertar para a importância da leitura e escrita para os jovens e adultos e outras necessidades básicas, como postos de saúde, grupo escolar, posto telefônico, cuidados com a água, o lixo e manutenção das estradas;
- Maior consciência ecológica;
- Mudança de comportamento (por parte dos trabalhadores) no trato com a terra, não fazendo queimadas e buscando outras formas de plantio menos prejudiciais a natureza;
- Menor resistência à introdução de outros tipos de lavouras;
- Maior participação das mulheres e dos jovens nas atividades realizadas.

Todos os assentados entrevistados sobre a atuação dos mediadores na luta pela terra destacaram o trabalho desenvolvido pelos mediadores, especialmente o SEDUP, como fundamentais para a conquista da terra.

Uma das diretoras da Associação de Redenção (2001), relata que os trabalhadores eram incapazes de assumir sozinhos aquela luta, pois eram muito desorganizados e os usineiros faziam uma pressão muito grande, amedrontando a todos.

Para o Presidente da Associação de Redenção,

*“ Os trabalhadores não sabiam o que fazer diante da falência da Usina. Quando chegou o Sindicato, o SEDUP, o pessoal da universidade para nos ajudar, aquilo foi muito importante. Eu digo até que se não o fosse o apoio deles, a gente não tinha conquistado a desapropriação das terras. O SEDUP, por exemplo, foi muito decisivo para a luta. No planejamento das ações, na criação da associação, em juntar o pessoal de todos os engenhos para lutar junto. Tudo isso foi importante. Quando os trabalhadores ficaram sem receber dinheiro, sem o trabalho na usina, a movimentação das entidades de apoio para conseguir comida, para que os trabalhadores permanecessem em seus lugares, não fossem embora para a cidade, e continuassem a lutar por seus direitos. Inclusive depois com a desapropriação. A gente sabia plantar cana. Mas, e as outras culturas? Como utilizar a terra, o que plantar? Sobre isso, o Projeto Lumiar e o SEDUP ajudaram muito os trabalhadores. (2000)*

Essa participação de entidades, igreja, lideranças da cidade, instituições e sindicatos no processo de mediação entre os trabalhadores da usina e órgãos públicos, Poder Legislativo e Executivo e especialmente o INCRA, abriu possibilidades inéditas para a construção de um novo espaço de socialização, tendo como lastro a luta pela terra.

Nesse sentido, é importante ressaltar a ação dos mediadores no processo de luta dos assentados da Usina Santa Maria, especialmente do SEDUP, tomando como referência a contribuição deste último na construção de uma nova identidade social dos assentados, a partir da socialização de um novo espaço de direitos sociais e de surgimento de um novo Sujeito Social. Assim sendo, a relação entre os assentados e os mediadores se deu num contexto marcado por intensas diferenciações e tensões sociais, num jogo de conflitos de interesses entre os primeiros e os usineiros.

Inicialmente, faz-se necessário considerar que a relação dos ex-trabalhadores da Usina Santa Maria com a luta pela terra, se deu no curso de uma luta por direitos trabalhistas em decorrência da falência da Usina e não precisamente por um programa ou objetivo político anterior que elegia a conquista da terra como a principal aspiração daquela comunidade. Daí que, como já relatado anteriormente por várias falas, a percepção dos trabalhadores em relação a desapropriação das terras da Usina tenha ocorrido de forma fragmentada.

Embora diferentemente de outros movimentos sociais de luta pela terra(MST, CPT), onde a organização, os objetivos programáticos imediatos, os métodos de luta e a constituição de uma direção política pelo próprio movimento estão preliminarmente definidos, a experiência de luta dos trabalhadores canavieiros da Usina Santa Maria e, neste contexto, os assentados de Redenção ocorreu, por assim dizer, de forma inversa e com um profundo grau de despolitização.

Segundo Ferrante, a possibilidade de se **lutar** pela desapropriação das terras e, mais adiante de se **ter** a terra, foi para os trabalhadores uma contingência imposta no curso da luta para reaver seus direitos trabalhistas e, por conseguinte, na condição de trabalhadores assalariados da cana, podem não ter interiorizado completamente a expropriação, lutando por uma volta, sob novos significados, ao tempo vivido, a um espaço de pertencimento comum; trabalhadores sem relação com a terra – engajados em atividades urbanas ou rurais – podem lutar por sua conquista, candidatando-se a beneficiários dos projetos do Estado sobre assentamento ou invadindo áreas, situações a expressar um quadro de carências em que o acesso à terra pode ser

representado como a condição indispensável para recompor suas necessidades de reprodução social.

A construção de novos espaços sociais de direitos e de manifestação de uma nova identidade social construídas pelos assentados mostrou que as determinações e imposições do capital - no caso de Redenção, representado pelos interesses econômicos dos usineiros e também eficazes na construção de mecanismos de controle e de poder sobre os trabalhadores - não se apropriam de todo o espaço social, nem são dotadas de um poder onipotente e mágico, capaz de inibir contradições presentes em uma relação de forças.

A experiência ímpar dos trabalhadores do PA de Redenção, como de resto de todos os outros assentamentos da Usina Santa Maria, foi iniciada por um *querer* circunscrito à luta, não pela construção de uma nova ordem social, no caso a desapropriação das terras, mas, inicialmente no processo de luta por direitos trabalhistas que, posteriormente, evoluiu para um movimento de demanda pela terra,

*“o que para muitos representou um misto de esperanças e crenças, valorização do investimento simbólico no futuro possível e sonhado. Para alguns, entrar na luta pela terra (...) impõe-se como algo externo que teria vindo ao seu encontro, não expressão real de seu projeto de vida e de luta. Para outros, é percebido como germinação de um momento de esperanças de um futuro melhor, em contraposição ao trabalho passado, cativo, parece engendrar, no nível da ação e da representação, a expectativa de um novo tempo.”*(Ferrante, 1994:134)

Todo esse processo de transformação de um espaço de socialização marcado pela dominação - anteriormente na condição assalariados da cana - para um outro de socialização de uma nova identidade social só foi possível no caso dos trabalhadores

de Redenção – agora na condição de pequenos produtores familiares pela mediação de agentes externos as suas relações interiores, especialmente a Associação SEDUP.

### **4.3. Os Assentados e a Defesa do Direito de Ficar na Terra: Construção de Novos *Sujeitos Coletivos de Direitos***

Diferentemente de outras lutas pela reforma agrária que foram dirigidas por organizações políticas de trabalhadores sem terra como, por exemplo, o MST que adota o método de *ocupar, resistir e produzir* e, em geral, se constitui num movimento de fora para dentro, o movimento pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria deu-se pela aplicação de outros métodos de luta e definição de estratégias bem distintas de outras experiências.

Inicialmente, o contingente social dos trabalhadores da usina, em grande medida, era formado por pessoas com uma história de vida semelhante. Eram sucedâneos de ascendentes que já trabalhavam no campo, como membros de comunidades com fortes ligações com os antigos engenhos e que tinham no trabalho da cana o seu principal, sendo que para a maioria constituía o único meio de sustento.

Por gerações, constituíram a parcela da população desprovida de posses, vendendo a sua força de trabalho, subjugados numa relação social com os antigos senhores-de-engenho, de dominação econômica, social e política. Desde o século XIX, no processo originário de dominação/sujeição, onde seus ascendentes figuravam na

condição de *moradores de sujeição*, os trabalhadores da cana compunham uma clientela de indivíduos submetidos a laços de dependência.<sup>34</sup>

Essa relação de dependência e dominação permeou toda a história de vida daqueles trabalhadores. Para eles, o advento da pequena propriedade como uma possibilidade de titularidade de um pedaço de terra, precedida de um processo de luta que os alçou à condição de agricultores familiares, esboçou a construção de uma nova identidade social, rompendo com séculos de dominação e sujeição.

A falência da Usina Santa Maria provocou a ruptura de uma forma de dominação e dependência dos proprietários das terras sobre os trabalhadores da cana e ao mesmo tempo, possibilitou a construção de um novo espaço de socialização política a partir da luta pelos direitos trabalhistas e pela terra. Esse espaço foi delineado pelo surgimento de novas demandas sociais, inicialmente de caráter reivindicatório dirigido aos proprietários da usina e, posteriormente ao Estado, que exigiram dos ex-trabalhadores da cana novas condutas políticas, formas de sociabilidade inéditas e a elaboração de novos direitos sociais a partir do exercício empírico de suas novas exigências de cidadania.

A construção desse novo espaço de socialização política pelos ex-trabalhadores da Usina foi percebido pelo SEDUP que também se deparou com um quadro de fragmentação social e desorientação dos trabalhadores da ex-Usina, com a falência desta. Segundo Ângela, assessora daquela entidade,

---

<sup>34</sup> Ver a respeito Garcia Júnior in O Sul: caminho do roçado: estratégia de reprodução camponesa e transformação social.(1989)

*“ Quando se deu a falência, os trabalhadores ficaram desorientados e perplexos. A sua capacidade de reação foi pequena, inclusive devido a pouca experiência de luta e ao fato de que eles estavam espalhados por muitos engenhos. Muita gente, só acredita em trabalho se fosse na Usina. Sem ela, muitos achavam que iam morrer na miséria. Aos poucos o SEDUP iniciou um trabalho de conscientização e organização para o enfrentamento da luta. Foi aí que os trabalhadores começaram a perceber que a Usina era coisa do passado e que eles tinham que lutar por outras coisas: tinha os direitos trabalhistas e também a desapropriação das terras. Aí começou a discussão sobre a organização deles, ter que tratar com outras entidades e órgãos do governo, falar com Prefeitos, INCRA, de mobilizar. Os trabalhadores começaram a aprender outras coisas.”(2002)*

Esse processo também foi percebido pelos técnicos do Lumiar, mesmo depois da conquista da terra. Segundo Ângela, assistente social do Lumiar,

*“ Nos primeiros seis meses de trabalho, como não tínhamos nenhum conhecimento sobre o assentamento e história de vida da população procuramos construir junto com os trabalhadores rurais um auto-diagnóstico e conseqüentemente um plano de ação. Tentamos neste processo, promover a democratização do saber popular e científico, criando mecanismos para os próprios trabalhadores rurais determinarem suas necessidades e trabalharem na superação de seus problemas, incorporando a compreensão de sujeitos de direitos, tentando superar então, os velhos modos de submissão caracterizados pelo regime de escravidão / clientelismo e assistencialismo vividos no período da usina e ainda tão presente naquela região. Isso foi um desafio constante enfrentado pela equipe, visto que, a total submissão e domínio dos patrões não permitia que a maioria dos trabalhadores vislumbrassem outras formas de garantir a sobrevivência. Diante deste quadro onde a maioria não tinha conhecimento de nada, inclusive o que é Reforma Agrária, visto que a sua maioria não participou ativamente das discussões e mobilização para a desapropriação da terra, começamos praticamente do zero. Neste período, nas reuniões e falas das pessoas envolvidas percebemos uma certa resistência em participar do processo, já que, a sua maioria nunca tinha tido outra experiência na vida a não ser trabalhador rural da Usina Santa Maria e só via na sua reativação a solução para todos os problemas vividos no momento. (2002)*

Esse processo de aprendizagem a partir de uma ruptura com as antigas formas de dominação e dependência impostas pelas relações de trabalho e de poder da Usina, fixa as bases da construção de uma nova identidade social como uma necessidade de conquista da cidadania. Na reflexão de Grzybowski,

*“na realidade, no campo, a questão da conquista e exercício da cidadania aparece referida à ruptura, ao aforramento, à autonomia dos trabalhadores para serem reconhecidos como tais. Por isto, penso que um ponto a merecer atenção é o processo de emergência dos trabalhadores como classe e como cidadãos, ou seja, a sua socialização política. Esta análise para dentro, vendo a cidadania dos trabalhadores se constituindo como resultado dos próprios movimentos, deve ser completada, sem dúvida, pela análise de seu impacto, das possibilidades e limites, em face das relações políticas de força na sociedade, do poder e da ação do estado”. (Grzybowski in Fernandes, 1999:226)*

Essa ruptura com o passado e a possibilidade do *novo* como uma construção coletiva é refletida na percepção de um dos diretores da Associação de Redenção, quando da sua constituição em 1997. Para ele,

*“Quando eu olhava pra trás eu só via um monte de gente se esfolando na cana. Todo mundo sofria: ganhava pouco, do que ganhava quase o dinheiro todo ficava no barracão, o que sobrava dá até vergonha falar. Todo mundo reclamava do usineiro, daquela exploração. Depois, mesmo tendo gente não acreditando, mas agente sabia que era outra história: era reunião, movimento, ia pra cima, ia pra baixo, atrás de prefeito, do Bispo, do povo do governo pra exigir os nossos direitos. Aquilo foi uma escola pra todo mundo. **Todo mundo sentia que a gente era gente, agora.**” (2002)*

Essa expressão **“todo mundo sentia que a gente era gente, agora”** reflete a percepção de um processo de construção de um novo um novo Sujeito Social, num dimensionamento do espaço social, onde “os trabalhadores em luta praticam o exercício da cidadania, elaborado por meio da construção do conhecimento e de sua própria identidade. (Fernandes, 1999:226-227)”.

Fernandes considera que esse processo de formação de uma nova identidade social ocorre a partir da “luta em movimento [que] constrói e transforma o seu próprio espaço por meio de seu multidimensionamento, ou seja, **os espaços comunicativo, interativo e de luta e resistência.**” (Fernandes, 1999:236) (Grifo nosso)

O **espaço comunicativo** é o espaço de conhecer e aprender. É o primeiro momento desse processo de construção da cidadania. É o princípio de uma experiência original para cada grupo. É o início da construção de uma nova práxis.

Em Redenção, o processo de aprendizagem e conhecimento, iniciado com a luta pelos direitos trabalhistas, significou uma ruptura com uma história de vida marcada pela segregação cultural e social, que relegava aquele agrupamento a uma alienação de práticas políticas já experimentadas por outros trabalhadores. Os técnicos do Projeto Lumiar se depararam com essa realidade de alienação dos assentados da Usina Santa Maria, na medida que constaram um baixo grau de organização, pouca experiência de reuniões, condução de discussões, dificuldades em se estabelecer planos de ação, prioridades, etc. Como visto, o espaço comunicativo para os assentados exigiu uma nova práxis, fundada inicialmente no processo de luta por seus direitos trabalhistas, inclusive, envoltos num ambiente de dúvidas, perplexidades e incertezas provocadas pela falência da Usina. Entretanto, um espaço marcado por enormes dificuldades de interação com a nova realidade, devido ao baixíssimo grau de organização política e ao apego ao tipo de trabalho desenvolvido na usina. Um dos assentados de Redenção, referindo-se a este período, afirma que,

*“ No começo, a gente não tinha experiência de lidar com uma luta grande daquela. A maioria achava que usineiro ninguém podia com eles. Muita gente tava acostumado a só trabalhar na Usina, ter aquele sustento pouquinho e pronto. Quando isso acabou, aí o negócio pegou: quando muita gente descobriu que tinha que ir pra luta, aí a gente começou a enxergar outras coisas, que a gente podia mudar de vida. Também ou mudava pra melhor ou ia morrer de fome na cidade...(2001)*

O conteúdo do **espaço interativo** é a reflexão feita por este sujeito coletivo(os assentados), em movimento, sobre a sua história. É a reflexão sobre as experiências

no processo de construção sobre a sua práxis, através do diálogo e da elaboração de propostas. Nesse processo são elaboradas as determinantes objetivas, relacionados com as condições sociais, econômicas e políticas.

Para os assentados de Redenção a negativa dos proprietários da Usina em não contemplar seus direitos trabalhistas motivou-os a se contraporem a esse desrespeito, a se mobilizarem, a buscarem apoios, a se organizarem, a discutirem seus problemas, inclusive, relacionando a questão mais imediata de pagamento de indenizações trabalhistas com o seu próprio futuro e a questão da terra. Para Fernandes, o espaço interativo é fundamental para o processo de construção do conhecimento, na formação dos sujeitos e para o avanço da organização do movimento social. Aqui também é o espaço onde se desenvolvem as movimentações para se constituírem novas relações e alianças políticas com atores de fora. (Fernandes, 1999:233)

O presidente da Associação de Redenção, resumiu a experiência da construção desse espaço:

*“Quando os trabalhadores se viram sem o ganha pão da usina e quando perceberam que não tinha retorno, o jeito foi se organizar para ir para luta. Ou era assim ou ia todo mundo viver na miséria na cidade. Não tinha outra: era se organizar e buscar apoio de fora para enfrentar os proprietários da Usina. Até àquela hora era todo mundo sozinho. Depois se juntaram todos e começamos a aprender, a conversar como um coletivo com as autoridades, com as entidades, a pensar no que a gente ia fazer, o que ia pedir, pedir não, exigir. A gente entendeu logo que sozinho não ia pra lugar nenhum, que precisava de apoio. Apesar do medo por causa das perseguições dos usineiros, dos pistoleiros, mas nós fomos à luta. Mesmo tendo gente não acreditando. Acha que o usineiro nunca ia perder essa terra para gente. Ai foi quando se pensou em fazer uma associação pra fortalecer a luta da gente. Ai a gente começou a discutir os problemas que atingiam todo mundo e pensar também: qual é a solução?” (2001)*

Um exemplo dessa experiência foi quando da discussão a respeito da terra, do parcelamento. Essa discussão envolveu todos os assentados, já que isso representava a possibilidade concreta de uma solução política para o impasse provocado pela falência da Usina. Segundo a assistente social do Projeto Lumiar,

*“Esta foi uma etapa onde houve o envolvimento de quase todos os assentados. Foi realizado um levantamento minucioso de toda a área, recursos hídricos, áreas produtivas e improdutivas, moradia, áreas já cultivadas, relevo e estradas. Após esse levantamento foi confeccionado um mapa da área pelos assentados, onde todos os itens acima descritos foram mostrados no mapa. Neste momento foi detectado a utilização de uma área por pessoas que não faziam parte do Projeto de Assentamento. Foi necessário a intervenção do INCRA afim de solucionar o impasse criado, já que nós técnicos e assentados não tinham recursos para solucionar esse problema, (quando saímos da área, esse impasse ainda não tinha sido solucionado). Após este momento deu-se início as reuniões para determinar quem ficaria com qual área e os respectivos remanejamentos, visto que, até então, todos plantavam de maneira aleatória. Após a confecção do mapa, os assentados tomaram conhecimento da irresponsabilidade e insensatez do INCRA, porque foi aí que eles tomaram conhecimento que após tirar os 20% de reserva florestal obrigatória, o que sobrava era muito pouco para o número de famílias que o INCRA tinha assentado na área, ou seja ficou muito abaixo do módulo rural do município, visto que, o módulo rural é de 25ha, e as parcelas no Projeto de Assentamento cada parcela tem aproximadamente 4,5 ha. Isto prova o descompromisso com a Reforma Agrária, já que com esse pedaço de terra só da para cultivar a agricultura de subsistência, é impossível atingir a meta do INCRA, de torná-la uma unidade produtiva e conseqüentemente o resgate pleno da cidadania. (2002)*

O **espaço de luta e resistência** foi construído a partir da percepção, pelos ex-trabalhadores da cana, da inviabilidade de retorno ao trabalho na Usina e da elucidação de uma perspectiva de resolução do impasse com a desapropriação das terras da Usina Santa Maria. A partir de então se constituiu “um projeto de luta dos trabalhadores rurais sem-terra, de sua sobrevivência como sujeito histórico” (Fernandes, 1999:238). Esse delineamento do “sujeito histórico” se dá num ambiente marcado pela controvérsia, pela disputa e pelo acirramento do conflito de interesses entre aqueles e os proprietários da Usina.

Um dos assentados de Redenção refletiu em sua fala a objetivação do processo de luta deflagrado pelos ex-trabalhadores da Usina Santa Maria:

*“Quando eu me dei conta não tinha nem emprego, nem salário, nem nada. A comida que já era pouca foi acabando e eu olhava pra um lado e pra outro e perguntava pra mulher: e agora? Moço, quem conhece o trabalho de escravo na cana, a miséria que a gente ganhava e numa situação dessa [de falência da usina] a gente ter vontade de ter o barracão de novo! É porque o negócio ficou ruim. Aí, a gente foi conversando, se reunindo, chegou gente de fora para apoiar a gente, aí muitos viram que só tinha um jeito com a graça de Deus: luta pelo direito do pobre, lutar pela terra. Se o patrão passou a perna na gente, o governo num tá nem aí, então nós não tinha o que perder. Aí começamos a lutar pela terra que era nosso direito, reunindo com todos os trabalhadores espalhados nos engenhos e decidimos que o caminho não tinha mais volta. (2001)*

Ao contrário de outros movimentos de luta pela terra, onde os sem-terra muitas vezes são de outras regiões ou não moram nas terras pretendidas para a reforma agrária, os trabalhadores da Usina Santa Maria já residiam nas próprias terras da Usina. Portanto, não se repetiu o tipo de organização, de métodos de luta e de resistência sob a forma de acampamento, onde aqui se inicia a fase de maior confronto com os latifundiários e o Estado. Mesmo dispersos pelos engenhos, os trabalhadores foram constituindo comissões de direção da luta em cada local, onde surgiram lideranças e de onde partiam todas as articulações no interior do movimento.

Esse fenômeno expõe publicamente – através de mobilizações, de reuniões, articulações, etc. – a nova identidade social dos ex-trabalhadores da Usina. Se antes fragmentados pela dispersão nos engenhos, pela divisão do trabalho e as formas de dominação presentes na Usina, a partir da luta por seus direitos, os trabalhadores iniciam uma experiência de ação coletiva, articulada, pensada, projetada em

objetivos previamente delineados e da definição de meios e caminhos para conquistar tais objetivos.

Como já referido anteriormente, todo esse processo representa inicialmente uma redefinição de uma identidade social a partir da ruptura com formas consolidadas de dominação e sujeição. A identidade social verificada na história de vida dos assentados registra representações de um contingente de trabalhadores da cana, vivendo de geração a geração num regime de assalariamento e submetidos a um trabalho altamente penoso, cujas representações foram construídas através da imposição de uma relação de dependência e escravização (no dizer dos próprios assentados) com o senhor-de-engenho e posteriormente com o usineiro.

Essa representação construída nos estritos limites da relação trabalhador da cana e usineiro, formalizada sem mediadores, a não ser com o sindicato rural e assim mesmo numa relação frágil, apenas dava conta de uma vida resumida a “morrer no trabalho da cana”, pois assim fora seus pais, os pais destes, etc. No mais, não se cultivavam perspectivas e expectativas sobre melhoria de suas vidas. Na ideologia e na cultura secularmente reproduzidas pelas elites rurais, os grupos sociais eram rigidamente postos, e a mobilidade de indivíduos entre os diversos grupos era extremamente raro e dificultoso. Assim, qualquer possibilidade de alteração da trajetória social dos indivíduos era vista com pessimismo.

Com o advento da luta pela terra e posteriormente com a conquista da desapropriação das terras da Usina a nova situação vivenciada pelos <sup>ASSENTADOS</sup> assume novas formas, pois está

associada à sua condição de *liberto*, onde lhe é atribuída uma condição de **novos sujeitos sociais**, portadores de novos direitos.

Esses novos sujeitos sociais, agora constituídos e constituintes de novos direitos, também constroem uma espacialização<sup>35</sup> de sua práxis por meio de (re) produção de suas experiências de luta. Essa espacialização dos assentados a partir de sua própria experiência, que no caso de Redenção foi iniciada com a luta pelos direitos trabalhistas e previdenciários e posteriormente, evoluindo para a luta pela terra e o direito de ficar nela na condição de produtores familiares, é segundo Fernandes(1999), desenvolvido pelo trabalho, pela ação criativa, reconstruindo o espaço de socialização política. Espacializar, portanto, é conquistar novos espaços, novos lugares, novas experiências, desenvolver novas formas de luta e, conseqüentemente, novas conquistas, transformando a realidade, lutando pelo futuro.

Os novos espaços delineados com a conquista da terra dizem respeito a que o assentamento, possibilita o rompimento com a relação hierárquica e de dominação anteriormente experimentada pelos trabalhadores, onde prevalecia apenas a sua relação com o usineiro, numa situação de extrema desigualdade. Com o advento do assentamento os antigos trabalhadores da usina são transformados em novos atores sociais e experimentam uma ampliação de suas relações onde estão incluídos órgãos públicos (INCRA, UFPB, EMATER, etc.), entidades políticas( Partidos políticos, sindicatos, etc.), instituições religiosas e educacionais(Igreja, SEDUP).

---

<sup>35</sup> Na definição de Fernandes (1999:136): espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política.

Esses novos espaços construídos pela conquista da terra, como resultante de um processo de luta social, implicaram para os assentados de Redenção - embora nem todos tenham o mesmo grau de percepção do fenômeno - a instauração de práticas políticas novas, em condições de abrir espaços sociais inéditos, revelando novos atores capazes de se auto-organizarem e de se auto determinarem à margem, ou mesmo em contraposição aos espaços constituídos para a sua expressão tradicional.(Souza Júnior, 1991:131).

Para os assentados a verificação de que a ausência do Estado, através da aplicação de políticas públicas que visem à consolidação e a viabilização econômico-social do projeto de assentamento, poderia provocar uma mudança regressiva para as suas condições sociais dadas pelo lote possuído, motivou lentamente aquele grupo social a pensar sobre a sua organização, constituindo Associação, articulando-se com outros segmentos sociais e políticos e realizando certos movimentos de reivindicação juntos aos órgãos públicos(Prefeituras, INCRA, etc.), criando novos espaços de relações sociais não-dependentes, que na análise sociológica de Souza Júnior (1991), é a emergência do sujeito coletivo [que] opera num processo pelo qual a carência social é percebida como negação de um direito que provoca uma luta para conquistá-lo.

Para uma das líderes dos assentados da Usina Santa Maria,

*“Quando perdemos o trabalho da Usina com a sua falência, muitos de nós que nunca tinha lutado por alguma coisa, se tinha a ilusão de voltar para lá. Era trabalho sofrido, mais dava ganho de vida para todo mundo. Para todos era um pesadelo. Com a conquista da terra, muitos nem acreditavam nisso. Muitos nem se tocaram dessa luta pela terra. Hoje, todo mundo sabe que apesar do aperto por falta de apoio do governo, esse nosso pedaço de chão é a única coisa que pode fazer a gente viver como gente. Por isso, diferente de antes, mesmo com*

*“dificuldade a gente consegue se mexer para gritar por nossos direitos.”(2001)*

Essa tomada de consciência e a necessidade de se organizarem como condição imprescindível para obterem conquistas no novo contexto social em que se encontravam foi um processo marcado por dificuldades. Enquanto trabalhadores da cana, os hoje assentados não dispunham de uma maior experiência de organização política. Diversos fatores, de caráter estrutural e conjuntural, contribuíram historicamente para dificultar a organização e uma maior consciência política daqueles trabalhadores.

Segundo a constatação dos técnicos do Lumiar bem como do SEDUP, e confirmado por alguns dos trabalhadores entrevistados para esta pesquisa, a pouca organização e a dispersão entre os trabalhadores ainda era bastante acentuada, pois muitos nem se deram conta da mudança de estratégia e objetivos da luta quando esta foi direcionada para a conquista da terra em compensação dos débitos trabalhistas e previdenciários.

Inicialmente, prevaleceu uma certa dispersão dos objetivos pretendidos ou mesmo uma limitação política desses objetivos, fruto da perplexidade na qual se encontraram a partir da falência da usina. De repente, aquele mundo de trabalho – mesmo que com dificuldades e extremas limitações em termos de qualidade de vida, péssimas condições de trabalho e relações sociais marcadas pelo autoritarismo – desabava gerando dúvidas e inseguranças a respeito do que lhe reservava um futuro, tido como incerto.

Numa reunião realizada com alguns dos assentados de Redenção, da qual participaram dois diretores da associação e outros três integrantes do PA, entre eles

uma mulher, todos afirmaram que a possibilidade de se ter a terra como uma propriedade, gerou muitas desconfianças, dúvidas e até medo de enfrentarem um desafio daquele porte.

O presidente da Associação presente na reunião afirmou que, *“...a maioria queria era que a usina voltasse a funcionar e também receber seus direitos trabalhistas. A questão de ter a terra no lugar dos direitos trabalhistas.”* (2001)

Essa realidade operou modificações expressivas na percepção dos trabalhadores sobre suas potencialidades, pois rompe-se com um uma condição de submissão e alijamento do espaço político imposto a gerações de famílias. Para o Presidente da Associação de Redenção,

*“Fomos criados e forçados a viver num grande isolamento. O contato nosso com outro mundo era ou com o dos mortos, ou quando a gente ia na feira. Para nós, era a gente e Deus. Quando houve a reforma agrária na Usina, desde a luta pela terra que muitos percebiam que a gente não tava só, que tinha gente de fora e organizações que se preocupavam com os trabalhadores e suas lutas. Isso fez a gente vê que a nossa força era maior do que se imaginava.”*(2001)

Essa limitação no processo de ressocialização política foi percebida pelos técnicos do Projeto Lumiar que, a partir da constatação, desenvolveram um trabalho de conscientização junto aos assentados o qual consiste em sensibilizá-los na nova situação vivida por eles, a partir da reconstituição das suas histórias de vida, buscando resgatar todo o processo de luta pela conquista da terra até a presente situação de assentados - agora na condição de novos sujeitos coletivos de direitos – e diante de novas lutas reivindicatórias frente ao Estado enquanto elaborador e aplicador de políticas públicas fundamentais para a consolidação do projeto de assentamento de Redenção. ( Assistente Social do Lumiar, 2002).

É nesse sentido que consideramos o assentamento como um espaço de socialização política, na medida em que, a partir de suas próprias experiências, sua capacidade de auto-organização, a definição e a defesa de seus interesses comunitários, a compreensão da necessidade de agir enquanto coletividade e de expressar as suas vontades numa linguagem comum, eles (os assentados) definem valores e criam direitos. (Sousa Júnior, 1992)

Essa capacidade valorativa dos assentados sob novas condições de vida e a intersecção com o surgimento de novos direitos a partir de sua percepção subjetiva, tem como leito as contradições que os direcionam ao Estado no sentido do conflito (aqui expressado em reivindicações, pressões, etc.), que ocorreram no espaço pós-desapropriação, exprimido no propósito de defender o seu **direito de ficar na terra**.

A práxis dos assentados no exercício desse **direito de ficar na terra** consiste em se contrapor à omissão do estado ou às insuficiências do arcabouço legal que disciplina e delimita a ação estatal no processo de consolidação do assentamento, na medida em que a presença do Estado no assentamento é vista como indispensável para a viabilização daquele empreendimento rural.

A ação social dos assentados, através da Associação e em articulação com outros mediadores, em face da omissão do Estado, insere-se na experiência de luta pela construção da cidadania e se expressa como reivindicação de direitos e liberdades básicos e de instrumentos de organização, representação e participação nas estruturas econômico-social e política da sociedade. Os cenários mais frequentes desse processo têm sido armados nas periferias das cidades e nas áreas rurais onde vêm

ocorrendo inúmeras manifestações de grupos e classes populares empenhados em afirmar o seu direito de cidadania e em organizar formas concretas de defesa e promoção dos seus interesses.(Sousa Júnior, 1993)

Sousa Júnior (1993), entende que no caso da luta pela terra, contra o processo de concentração da propriedade da terra, a organização consciente orienta a energia de movimentos coletivos de resistências às expulsões arbitrárias, de reivindicação por assentamentos alternativos e pela reforma agrária. O que caracteriza a ação destes movimentos, sua eficiência e capacidade de articulação de soluções é a convicção de que a sua ação encontra apoio num direito que não coincide necessariamente com a legalidade oficial vigente.

Em Redenção, a materialidade da pretensão legítima dessa convicção é demonstrada pelo processo de organização dos assentados desde os primórdios da luta em defesa dos seus direitos trabalhistas. Neste caso registre-se que a relação dos antigos trabalhadores da cana da Usina Santa Maria com o seu sindicato era apenas formal. Uma organização com um caráter mais político e voltada para uma prática essencialmente reivindicatória ocorreu com as primeiras reações na defesa de seus interesses imediatos e individuais pelo pagamento de seus direitos trabalhistas.

Essa experiência de organização e início de uma alteração substancial na ação coletiva dos assentados, de caráter mais socializado, é exemplificado pelo Presidente da Associação de Redenção, que em sua fala destaca,

*“O sindicato tinha pouca presença entre os trabalhadores porque também havia muita perseguição dos patrões. Quando a Usina faliu, eu digo que os trabalhadores não estavam preparados, assim, organizados*

*para enfrentar aquela luta. Mas, mesmo assim com a ajuda de pessoas de fora, da universidade, do sindicato, e principalmente do SEDUP, a gente começou a se organizar, formamos comissões de luta nos engenhos para organizar os trabalhadores, fizemos muitas mobilizações, caminhadas, reuniões; tinha comissão para ir na Arquidiocese em Guarabira, no governador, nos Prefeitos, no Incra. Ai, os trabalhadores começaram a entender que mesmo eles tendo direito ao pagamento das dívidas trabalhistas, eles tinham que lutar por eles, porque os patrões também eles achavam que tinham uns direitos e um poder para roubar o da gente. (2000)*

Ainda como uma constatação do processo de evolução da organização e da capacidade crítica dos assentados, a Presidente da Associação do PA de Santa Maria destaca que,

*“A gente sabia que toda luta é difícil, tem muita gente que é desanimada, só pensa nele e na família dele e, acha que não precisa dos outros para ter o seu direito. Mas, a falência da usina ensinou muita coisa pra muita gente. E ensinou que quando a gente acredita na força dos trabalhadores, se a gente sabe o que quer, ai a nossa força cresce muito. Veja o caso dos trabalhadores daqui: lutamos pelos nossos direitos trabalhistas que o usineiro queria roubar da gente; lutamos depois pela desapropriação da terra e conseguimos; agora, temos que lutar pra que o governo olhe pra gente, dê crédito, assistência. Você pensa que agora cada um quer só pensar em si? Agora todo mundo sabe que se a gente tiver junto, a gente pode conseguir e permanecer na terra, que é o que mais a gente quer e porque a gente tem direito. Se é aqui que a gente quer trabalhar, tem disposição, se pode viver com dignidade, da comer e educação aos filhos, então o **direito tá do nosso lado**. (2000)*

Essa percepção de que *existe* um *direito* e que *este direito* está instituído empiricamente num espaço de sociabilidade e de emergência de um novo sujeito coletivo de direito constitui um divisor na diferenciação entre aquele ex-trabalhador da cana - como um agrupamento fragmentado social e politicamente dos espaços de dominação e sujeição instituídos pela Usina — e o Projeto de Assentamento rural que aos poucos vai se dotando de “práticas de resistência e de luta que o transformavam num ‘espaço de liberdade’ onde se recuperava o sentido da ação coletiva que rompia o isolamento das vias submersas em sua privacidade, que transformava os trabalhadores em novos atores sociais sobre os quais se projetavam

as possibilidades de uma mudança na ordem instituída.” (Vera da Silva Telles *in* Sousa Júnior, 1991:132).

É comum se observar nas falas dos assentados, referências sobre a titularidade de direitos que não só recaem sobre a posse da terra, mas, também sobre os que decorrem do uso da terra incluindo-se aqui o *trabalho* e a criação de *melhores condições de vida* para as famílias. Para Sousa Júnior (1993), a representação desse direito somente é possível no contexto paradigmático de formulações culturais e contraculturais. No terreno da teoria do direito, por exemplo, as circunstâncias que colocam tal possibilidade derivam da análise do pluralismo jurídico que admite, no espaço social, a existência de outros direitos que não os exclusivamente postos pela ação do Estado.

Assim, na medida que os assentados contestam a omissão do Estado e/ou as insuficiências de suas políticas públicas, o fazem integrando um processo conflituoso, de diferenças com as formulações e práticas dos órgãos estatais, constituindo-se como representação de um sujeito coletivo de direitos em forças centrífugas [que] são as cristalizações de normas das classes e grupos oprimidos e espoliados, que produzem instituições próprias e paraestatais, cuja presença na estrutura é fator de maior ou menor desorganização social, envolvendo a chamada atividade anômica, seja espontânea seja organizadamente. (Lyra Filho, *in* Muylaert, 1993)

Na medida em que um movimento social se organiza, se mobiliza e imprime às suas pretensões um caráter de questionamento das anomias existentes na ação do Estado

frente às suas demandas sociais configura-se uma “situação de pluralismo jurídico” ou de pluralidade de direitos, já que é identificado “a ausência de normas(por falta de normas novas) bem como no caso de ausência de efetividade de normas já existentes, eficazes juridicamente mas sem eficácia social(efetividade)”.(Arruda Jr., 1993:21)

Verifica-se essa anomia entre os assentados de Redenção, na medida em que visivelmente aquele agrupamento social constuiu-se em um movimento social, erigido sob a sua nova condição de pequenos proprietários rurais assentados e por conseguinte, portadores de um conjunto de demandas materiais e sociais, as quais não poderão ser supridas a partir da acumulação de bens e/ou recursos disponíveis sob o seu controle.

Como bem disse um dos assentados, o que eles dispõem é de vontade e disposição para trabalhar, braços suficientes em cada família e coragem para enfrentar as adversidades dessa nova fase de suas vidas. O que falta, é a participação do Estado na disponibilização de recursos e do aparato material, humano e técnico necessários para alavancar a produção nos lotes. Mesmo quando esses recursos são disponibilizados, eles são concebidos não a partir de critérios que levem em conta a diversidades de situações peculiares que existem nos assentamentos.

Um exemplo das insuficiências normativas do estado e/ou de sua atuação diz respeito aos modelos de definição e de aplicação de recursos, que tem sido passível de críticas pelos assentados, quando denunciam os poucos resultados que advém da aplicação dos poucos recursos disponibilizados pelo Incra. Apesar da existência desses recursos, as dificuldades são inúmeras. O crédito destinado a fomento/alimentação

deveria servir para desencadear a produção nos assentamentos, mas nem sempre é isto o que ocorre. A necessidade de alimentar, entre o ingresso na terra e a primeira colheita, faz com que boa parte dos recursos que deveriam ser utilizados para o fomento acabem sendo consumidos com a alimentação. Isto ocorre tanto com aqueles que ocupam as terras como com aqueles que resistem à expulsão das terras onde sempre trabalharam, na maioria dos casos, como rendeiros/foreiros ou como moradores de condição. Com relação ao crédito de custeio, os assentados tecem suas próprias críticas. Segundo os depoimentos obtidos durante as entrevistas realizadas através dos grupos focais, ao recurso fornecido já vem atrelado um valor para a assistência técnica que, na verdade, ou não se efetiva na prática ou é insuficiente. Além disso, o preço que o produto consegue alcançar no mercado, em geral, é insuficiente para arrecadar o montante necessário para saldar a dívida. A diferença entre o total conseguido com a comercialização e o montante que deve ser pago ao banco fica a cargo do assentado beneficiado com este crédito. (Valéria de Marcos, 1998)

Esse quadro também tem similaridade com o que ocorre no assentamento de Redenção. Não só isso como também outra realidade citada por Valéria de Marcos.(1998), diz respeito a que, algumas vezes, estes recursos chegam fora do prazo de plantio, forçando-os a retardarem o plantio e arriscar-se a resultados insatisfatórios em função desse atraso, o que impede que a produção seja efetuada com qualidade. Em geral boa parte do dinheiro é empregada na aquisição de fertilizantes, pouco sobrando para os demais gastos necessários. Acrescente-se a isto os problemas não previstos, como, por exemplo, o preço dos insumos, dos impostos pagos para a comercialização e o já mencionado preço efetivamente alcançado pelo

produto no mercado. Tudo isso faz com que, muitas vezes, o próprio custo da produção seja superior ao crédito recebido, forçando o trabalhador a recorrer a outras culturas para poder saldar sua dívida. Contribuindo para agravar ainda mais este quadro, está o fato de que, não raro, o prazo para pagamento é anterior ao período da colheita do produto, o que também faz com que os recursos para o pagamento devam ser retirados de outras fontes de renda.

Em uma reunião realizada pela associação de Redenção no grupo escolar da comunidade (junho de 2000), onde foi discutido o problema relativo a liberação de recursos para custeio e que contou com a participação de cinquenta e três integrantes do assentamento, todos confirmaram a opinião de que o Incra não conhece a realidade do assentamento, que seus representantes não tem condições técnicas de dimensionar as demandas dos assentados e que isso tem sido motivo de muita apreensão por parte dos assentados.

Outro problema identificado pelos presentes é que o conjunto de instituições oficiais envolvidas – ou que legalmente têm atribuições na questão da reforma agrária, mas na prática tem pouca participação – não são dotadas de uma política de capacitação/conhecimento para enfrentar os diversos problemas dos assentamentos. Segundo um dos presentes a maior queixa se refere ao BNB. Em seu relato, ele destaca que,

*“O gerente do BNB de Guarabira vê os assentados como fardo. Ele já gritou uma vez na agência que os assentados só dava trabalho para o banco e pouco retorno. Ele ficou com raiva porque a Associação reuniu muitos assentados para exigir a liberação dos recursos que estavam presos no banco. Colocamos tudo dentro de um ônibus e fomos no banco do Nordeste. É assim que eles têm opinião dos assentados. Para o gerente e os funcionários do banco, assentado é como uma coisa que*

*não dá lucro, faz muita zoadá. Eles deviam entender que a gente só quer nossos direitos. Eu acho que nós é que devemos ensinar pra eles o que é a terra e porque a gente quer trabalhar na terra”.* (2000)

Esse estranhamento da realidade dos assentamentos rurais por parte dos órgãos públicos revela que o Estado não tem se capacitado, se preparado para o enfrentamento desse novo fenômeno econômico, político e social, que é o advento de um novo tipo de sujeito coletivo de direitos, os assentados e que, em geral, a atuação estatal resvala para a utilização de parâmetros teórico-metodológicos na definição de políticas públicas, bem como na aplicação destas que, ao estabelecer laços de contato com os assentados, os fazem marcado por contradições e conflitos.

Outra demonstração desta incompatibilidade do Estado para com essa modalidade de propriedade e produção rural – os Projetos de Assentamentos – como no caso dos assentamentos nas terras da antiga Usina Santa Maria, foi a suspensão das atividades do Projeto Lumiar. Em linhas gerais o Lumiar, por sua concepção e metodologia do trabalho aplicado, se aproximaria do que seria desejável em termos da atuação do Estado nas áreas de assentamentos.

Portanto, sem um conhecimento prévio e qualificado da realidade de cada assentamento, e no interior destes, um conhecimento diversificado das realidades peculiares de cada localidade e situações impossibilita ao Estado potencializar, inclusive, a realização plena dos pressupostos legais vigentes na consecução do objetivo primordial que é de interceder junto àquelas comunidades para ajudar na promoção do seu desenvolvimento econômico e social.

É nesse sentido que em face da omissão do Estado, que os assentados experimentam não só um processo de resistência que tem o sentido de defender o seu direito de ficar na terra, como também, mesmo que ainda de forma incipiente e pouco sistematizada, buscam formular alternativas de sobrevivência e de superação das limitações impostas pela risível atuação do Estado. Essa realidade não só é privativa do assentamento de Redenção, como dos restantes dos assentamentos da antiga Usina Santa Maria, mas, também permeia a realidade de outros assentamentos. Comparativamente ao identificado no assentamento de Redenção, relacionaremos a seguir os itens considerados vitais pelos assentados para a viabilização dos assentamentos e que foram coletados também a partir de pesquisa organizada por Neto e Bamat, citada num texto de Valéria de Marco (1998), entre outros:

- O fornecimento de mais recursos para a produção e no prazo adequado para o plantio.
- A ampliação do prazo para pagamento dos recursos fornecidos;
- A abertura de linhas de crédito tendo o Incra como avalista, já que a necessidade de uma avalista dificulta a obtenção dos recursos por parte do camponês;
- A assistência técnica permanente, de forma que os problemas com a produção pudessem ser resolvidos, tão logo fossem aparecendo;
- A construção de açudes e de obras para a irrigação, fato que possibilitaria plantar na entressafra e, assim, garantir melhor preço para os produtos ofertados ao mercado. No assentamento de Redenção só em meados do ano de 2002, que os assentados conseguira recursos para fazer o açude comunitário;

- Forte investimento na formação de uma rede de equipamentos comunitários como, por exemplo, armazéns, cisternas, áreas de beneficiamento da produção; mais escolas e áreas de convivência social; melhoramento da rede viária;
- Uma outra questão sempre citada é aplicação de políticas de incentivo aos jovens, não enquanto mão-de-obra, mas como um maior incentivo e subsídios para a sua permanência na terra, como também a realização de um trabalho que vise uma melhor qualidade de vida, condizente com as demandas e a faixa etária, visto que, umas das maiores preocupações dos chefes de família é com a migração dos jovens para as cidades em busca de melhores perspectivas de vida, o que enfraqueceria notavelmente a mão-de-obra na lavoura.

É nesse contexto de realização de um novo espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos (Sousa Júnior, 1993), que os assentados vão conformando a sua nova situação de **sujeitos coletivos de direitos**, capazes de criar e legitimar um conjunto de normas de direitos subjetivamente articulados, mesmo que ainda não incorporados ao arcabouço instituinte do direito positivo e normatizado que tem como fonte o Estado<sup>36</sup>, a partir das práticas de relações solidárias e socialmente legitimadas na defesa do interesse coletivo de **ficar na terra como um direito inerente, apriorístico**.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Para Roberto Lyra Filho (1994), a lei sempre emana do Estado e permanece em última análise, ligada à classe dominante, pois o estado, como sistema de órgãos que regem a sociedade politicamente organizada, fica sob o controle daqueles que comandam o processo econômico, na qualidade de proprietários dos meios de produção. Embora as leis apresentem contradições que não nos permitem rejeitá-las sem exame, como *pura* expressão dos interesses daquela classe, também não se pode afirmar, ingênua ou manhosamente, que toda legislação seja Direito autêntico, legítimo e indiscutível.

<sup>37</sup> Num artigo intitulado *Dialética social do direito*, Rossana Bisol refere-se a uma velha questão em filosofia jurídica: afinal, qual é o critério que se deve privilegiar na determinação do que é e do que não é direito? É a sua forma (jurídico-normativa) ou seus conteúdos (pautados em um valor supremo ou historicamente determinado)? Para ela, adotar a tese desse formalismo jurídico-estatal, acatando

Para Boaventura de Sousa Santos, citado por Sousa Júnior (1993), existe uma situação de pluralismo jurídico sempre que no mesmo espaço geopolítico vigoram, oficialmente ou não, mais de uma ordem jurídica. Essa pluralidade normativa pode ter uma fundamentação econômica, rática, profissional ou outra; pode corresponder a um período de ruptura social como, por exemplo, um período de transformação revolucionária; ou pode ainda resultar, como nas favelas, da conformação específica do conflito de classes numa área determinada da reprodução social.

Na conceituação do **sujeito coletivo de direitos** - considerando que este **sujeito** nasce e se desenvolve a partir da sua condição de portadores de direitos coletivos e sociais legitimados pela realidade objetiva permeada de contradições econômicas, sociais e políticas de caráter excludente para uma ampla maioria de indivíduos – Sousa Júnior (1993), apoiando-se na emergência de novos movimentos sociais (movimentos sociais que lutam por moradia - *direito de morar*), considera que o que

---

como direito todo e qualquer conteúdo ali previsto, a despeito de sua adequação ou não à realidade histórico-social; a despeito, inclusive, de sua eficácia, considerada plena aprioristicamente pela teoria formalista. Para este tipo de jurista, o direito é direito não porque ele se gestou historicamente na dialética das lutas sociais, mas porque, ou um toque de Midas do legislador, é guindado na forma jurídico-estatal. Assim, os conteúdos que as práticas sociais gestaram historicamente como direito e que, por questões políticas ou não, deixam de ser legislados, não constituem direitos, ainda que estas mesmas práticas acatem como normas de conduta, garantindo assim a eficácia destes mesmos conteúdos normativos, embora não jurídico-estatais. Da mesma forma, um conteúdo completamente alheio à realidade histórica de um agrupamento social, uma vez previsto na forma jurídico-estatal, é considerado pelo formalista como direito, ainda que não acatado pelas práticas sociais. O tratamento lógico-formal do direito, ao situar o objeto jurídico na pura forma normativa, resulta numa confortável abdicação do problema do tratamento material onde se discutem os conteúdos do direito e, principalmente, a questão da justiça. Ora, por trás da concepção jurídico-formal do direito oculta-se o papel que um determinado tipo de organização social exige do direito para a manutenção de uma forma específica de poder (...) O que se depreende dessas reflexões é que em uma sociedade plural cheia de contradições e antagonismos emergentes da dominação do homem sobre o homem, seja ela de classes sobre classes, grupos sobre grupos, ou subgrupos sobre subgrupos, isto é, uma sociedade onde há pluralidade cultural e contracultural, social e política, necessariamente ali convivem vários direitos, várias concepções de justiça, enfim, constitui-se uma situação de pluralidade jurídica, onde as classes dominantes, com o controle da máquina estatal, cristalizam-se direito positivo, isto é, como ordenamento jurídico estatal, os seus interesses setoriais e classistas, buscando ocultar por trás de um discurso unívoco, por trás da imagem de um direito único a verdadeira situação de pluralidade jurídica. (1994:35-37)

caracteriza a ação destes movimentos, sua eficiência e capacidade de articulação de soluções, é a convicção de que sua ação encontra apoio num direito que não coincide necessariamente com a legalidade vigente. Essa possibilidade de se constituírem como *sujeitos* que criam e legitimam direitos representam a capacidade de instituir espaços sociais e políticos antes não ocupados que tem provocado, via reivindicação, a emergência de novos direitos, como também a efetivação de outros já garantidos por lei. As ações de tais movimentos, muitas vezes, são ilegais, pois a ocupação ou invasão de um terreno, conforme se pretender, em área urbana ou rural pela ação dos sem-teto ou dos sem-terra respectivamente, constitui-se num ato ilegal, porque fere dispositivo do direito estatal. Entretanto, tais ações se efetivam porque os atores sociais por elas responsáveis têm a convicção de encontrar apoio em um outro direito que não o estatal.<sup>38</sup>

A história de vida dos assentados de Redenção e dos outros assentados da antiga Usina Santa Maria, como de resto todos os trabalhadores – mesmo os que foram investidos na condição de agricultores familiares – se constituem em atores sociais envolvidos em contradições estruturais pela forma como o atual modelo econômico divide o trabalho, o acesso e o controle das riquezas socialmente produzidas e, por conseguinte, o poder de mando das relações econômicas, políticas e sociais na atual conjuntura brasileira. Essas contradições só obterão algum tipo de solução parcial ou integral – como no caso de Redenção, superando a omissão do Estado ou as suas insuficiências no processo de consolidação e viabilização do Projeto de Assentamento - na medida em que aquele contingente social por suas próprias forças,

---

<sup>38</sup> Ribeiro, Emmanuel Pedro – *Do Pluralismo Jurídico à Pluralidade de Direitos: Uma Construção não Essencialista do Direito*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do CH/UFPB(2000).

organização e capacidade de formulação, ou mesmo num processo de luta mais geral que envolva outros atores sociais, consolidarem-se como sujeitos coletivos de direitos, sujeito este construído num ambiente de pluralidade de direitos, legitimamente erigido à luz dos interesses sociais e coletivos.

Para Wolkmer(1994), esse pluralismo legal ampliado e de 'novo tipo' impõe a discussão de questões consubstanciais com as 'fontes', os 'fundamentos' e o 'objeto' do Direito. Ademais, se torna imperativo que o pluralismo como novo referencial do político e do jurídico, necessariamente está comprometido com a atuação de novos sujeito coletivos (legitimidade de atores), com a satisfação das necessidades humanas essenciais (fundamentos materiais) e com o processo político democrático de descentralização, participação e controle comunitário (estratégias) (...) Mais atentamente e procurando sistematizar, dir-se-ia que a articulação deste projeto cultural pluralista e interdisciplinar que permite aduzir um novo direito – um Direito produzido pela comunidade e não mais unicamente pelo Estado – envolverá o desenvolvimento de duas condições básicas: a) fundamentos de efetividade material: engloba o conteúdo, os elementos constitutivos, etc.; b) fundamentos de efetividade formal: refere-se à ordenação prático-procedimental, etc.

Para a realização plena desse novo direito que, no caso dos assentados de Redenção, significa reverter a inação e as insuficiências da ação estatal com vistas a possibilitar a viabilização do seu empreendimento produtivo. Pensamos ser necessário, além daqueles dois itens referidos por Wolkmer, trata-se de se ter uma preocupação inerente que é a de assegurar a eficácia social de preceitos legais constituídos a partir da práxis e da capacidade valorativa e elaborativa dos assentados. Tínhamos como

objetivo secundário para este trabalho de dissertação, analisar aquela eficácia das normas, procedimentos, leis, instruções e de todo o arcabouço legal que orienta a legalização do Estado no Projeto de Assentamento rural. Entretanto, devido a dimensão e a profundidade do tema, essencialmente um tema à parte e de grande repercussão, consideramos ser uma outra e desafiante incursão investigativa e analítica.

O caso dos assentados de Redenção, com uma história de vida marcada pela negação sistemática e perene dos seus direitos - quando do trabalho na usina (pagamento de férias, 13º salário, repouso semanal, além da usurpação de grande parte dos salários, nas compras de alimentos nos barracões da usina), a inadimplência das obrigações trabalhistas com a falência da usina - hoje a ameaça ao seu direito de ficar na terra, não se dá sem o oferecimento de uma reação coletiva, de caráter social, em que pese todas as dificuldades organizativas e materiais para viabilizar tal intento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho buscamos situar a experiência coletiva e social dos assentados de Redenção, tendo como propósito a sua reação à inação do Estado e/ou as suas insuficiências na aplicação de políticas públicas como pressuposto para a viabilização econômica e social do Projeto de Assentamento.

Consideramos que esses sujeitos coletivos de direitos – os assentados – geram direitos socialmente legítimos pois apresentam como demanda não só a obtenção da terra como também a aplicação de políticas públicas de viabilização econômica e social do empreendimento, direito muitas vezes ainda não normatizados, pois apesar de relativos avanços de representação política e no plano institucional, de certa forma, economicamente continuam segregados a uma situação de extrema dificuldade.

Ao conjunto de dificuldades enfrentadas pelos assentados de Redenção, os mesmos demonstram, que apesar da superação de uma história de vida marcada pela dominação/sujeição, que foram secularmente determinadas por relações sociais de extrema desigualdade social, econômica, política e cultural diante dos senhores-de-engenho e, modernamente dos usineiros. Mesmo assim, a presente situação de investidura em um título de posse de um pedaço de terra, não foi suficiente para uma alteração substancial do *status quo*.

Se se suprimiram os mecanismos de subjugação social nos moldes dos praticados à época do *morador de sujeição* e do trabalhador assalariado da cana, relações tratadas

no Capítulo II, permanece ainda a condição social configurada pela *exclusão social*, agora como donos de um pedaço de terra.

Essa exclusão de um *status quo* econômica e socialmente mais elevado revela que para o antigo trabalhador da cana, a sua assunção de um lote de assentamento ainda não lhe permitiu usufruir uma proteção estatal suficiente para operar modificações estruturais em sua condição de vida.

O Estado que lhe nega apoio em todos os níveis é o mesmo Estado que foi forçado a um ato de desapropriação das terras da usina, meramente por pressão de uma conjuntura – portanto forçado por fatores muito mais amplos do que aqueles que se relacionaram diretamente com as demandas dos trabalhadores da usina, quando da sua falência – que indicava a alternativa de atendimento pontual de redistribuição de terras, apenas como um método de contenção dos movimentos sociais.

Assim, foi necessário caracterizar a ação do Estado frente ao processo de redistribuição de terras e o apoio aos Projetos de Assentamentos na medida em que este Estado funda a sua inação e/ou omissão na concepção prevalecente em suas representações de classe que não considera como uma questão de agenda nacional e, portanto com prioridade, o empreendimento produtivo rural surgido com o advento do assentamento de reforma agrária. Nem mesmo consideramos que a denominação de reforma agrária condiz, conceitualmente e como prática do Estado, ao atual modelo de desapropriação e repartição de terras em face da pressão dos movimentos sociais de sem-terra. Isto porque, como afirmamos, um processo de reforma agrária prediz a realização de profundas alterações no tipo de propriedade rural com

implicações não só no redirecionamento da produção agrícola a partir de uma redefinição extensiva da correlação de forças no campo com o desaparecimento do latifúndio e, por conseguinte, dos segmentos sociais que lhe surgem como representação política.

Desde a edição do Estatuto da Terra até a presente conjuntura - trajetória esta permeada por várias modalidades de tentativas das classes dominantes em controlar a tensão social originada da luta pela terra - as ações governamentais tem interferido superficial e pontualmente na questão agrária, sempre pretendendo manter intocado o caráter da propriedade fundiária.

O atual processo de redistribuição de terras não adota como um dos pressupostos a aplicação de políticas públicas de efetiva contribuição no processo de consolidação dos assentamentos. A conclusão é que essa omissão ou insuficiência da intervenção estatal tem provocado uma crise de sustentabilidade do assentamento, levando-o a quase um impasse.

Em contrapartida, os assentados, no curso e como desdobramento das luta por seus direitos trabalhistas e posteriormente da luta pela desapropriação das terras da usina, se movimentam através de sua representação política (a Associação) e em articulação com mediadores, a exemplo do SEDUP – embora esta relação hoje se encontre mais fragmentada – para defender o seu direito de ficar na terra.

O exercício dessa pretensão a um direito socialmente legítimo e que seja acolhido pelo ordenamento estatal, não apenas no seu formalismo, mas dotado de eficácia social, sugere a existência de um movimento social coletivizado em suas

experiências de lutas e dotados de uma característica peculiar que é a de assumir um papel de sujeito coletivo de direitos.

Essa característica de uma nova personalidade, enquanto ser social, faz dos assentados não um aglomerado de pequenos proprietários de lotes, mas os faz integrantes de um espaço físico, social e político delimitados por interesses comuns, objetivos partilhados, ações coletivas em defesa do direito de ficar na terra.

Embora, como já alertado, trate-se de um movimento que convive com suas limitações, insuficiências, dispersões, avanços e recuos, lacunas e uma, ainda incipiente, capacidade de sistematização política de suas reivindicações, é certo que os assentados experimentaram no período de uma década, uma vivência com novas práticas sociais e de lutas nunca antes vivenciadas. Considerando que o movimento dos assentados de Redenção e de todos os outros oito assentamentos das terras da Usina Santa Maria não se formaram nos moldes de organização, direção política, programa político e de ação concreta dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária mais expressivos (MST, por exemplo) os eventuais erros e limitações poderão ser relativizados no que diz respeito à sua capacidade de criar novos direitos e de habilitarem na titularidade daqueles direitos socialmente legítimos.

O fato é que a experiência dos assentados de Redenção - e não seria um risco grande estender tal experiência para muitos outros assentamentos com história de vida similar – comporta uma redefinição de sua identidade social, a construção de um espaço social de direitos, a emersão de uma personalidade jurídica por uma espacialização de sua práxis. Esse processo, como enfatiza Fernandes, é

desenvolvido pelo trabalho, pela ação criativa, reconstruindo o espaço de socialização política. Espacializar, portanto, é conquistar novos espaços, novos lugares, novas experiências, desenvolver novas formas de luta e, conseqüentemente, novas conquistas, transformando a realidade, lutando pelo futuro.

No mais, a realização do direito de ficar na terra, mentalizado pelos assentados e, como eles dizem em sua nova condição de *libertos* – aqui, vista como livres do jugo da dominação do usineiro e do trabalho escravizante da usina, está consagrada numa frase de um dos membros do Projeto de Assentamento de Redenção: “*se nós temos disposição para trabalhar, queremos trabalhar, pra viver do nosso trabalho e se livrar da miséria ou da bandidagem, agora que tem a terra pra viver dela: então quem disse que a gente não tem direito de ficar aqui. Temos direito sim, e vamos lutar pra defender esse direito, pois ninguém vai tirar ele da gente. Isso aqui custou muita luta.*”

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar e capitalismo no campo. In A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Universidade, 1994. , p. 94-104.

ADEODATO, João Maurício Leitão. *Por uma conceituação do Direito Alternativo. in Revista do Direito Alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia. *A Terra e o Homem No Nordeste*. 6ª Ed. Recife: Universitária, 1998.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PARAÍBA, IBGE: 1997

ARANTES, Aldo, Violência: Produto em expansão no campo, *Princípios* Nº 22. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

ARRUDA JÚNIOR, Edmundo L. *Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

\_\_\_\_\_. (ORG). *Lições do direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1991.

BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder: Conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992, pp. 79 -134.

BERGAMASSO, Sonia Maria Pessoa Pereira. *Assentamentos Rurais: Reorganização do espaço produtivo e processos de socialização in ASSENTAMENTOS RURAIS - Uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994. p. 225-247

BISOL, Rossana. *Dialética Social do Direito*. Introdução À Crítica do Direito. 4ª Ed. – Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p. 35-37

CARVALHO, Amilton Bueno de. *Teoria e Prática do Direito Alternativo*. Porto Alegre: Síntese, 1998.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. São Paulo: Saraiva, 1996.

D'INCAO, Maria Conceição & ROY, Gerard. *Nós, cidadãos aprendendo a democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

RIBEIRO, Emmanuel Pedro – *Do Pluralismo Jurídico à Pluraridade de Direitos: Uma Construção não Essencialista do Direito*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do CH/UFPB, 2000.

ESTATUTO DA TERRA e outras legislações agrárias. 12ª Ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1996.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. *Justiça Social e Justiça Legal: conflitos de propriedade no Recife* in Introdução crítica Ao Direito. Série Direito Achado Na Rua – V. 1., 4ª Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p. 109-119.

FARIA, José Eduardo. *Sociologia Jurídica. (Crise do Direito e Práxis Política)*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST formação e territorialização*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Marcionila. *Donos de Terras...* Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FERREIRA, Brancolina. *Estratégias de intervenção*. Assentamentos Rurais... São Paulo: Editora da Universidade. Estadual Paulista, 1994. p. 29-48.

FILHO, Roberto Lyra. *O que é Direito*. 13ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. *Por que estudar Direito, hoje?* in Introdução crítica ao direito / José Geraldo de Sousa Júnior (ORG)-4 ed. Brasília, 1993. p. 22-26.

\_\_\_\_\_. *Direito e Lei* in Introdução crítica ao direito / José Geraldo de Sousa Júnior (ORG)-4 ed. Brasília, 1993. p. 31-34

FREITAS, RONALD. *Modernização do campo muda eixo da Reforma Agrária no Brasil*, PRINCÍPIOS n° 33,. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1994.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O SUL: caminho do roçado*. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

GERMER, Claus. *O desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a reforma agrária*. In *A Questão Agrária Hoje*,. Porto Alegre: Universidade, 1994. p. 144-151

GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

INCRA – Estatísticas de Assentamentos e conflitos de terra na Paraíba-1999.

\_\_\_\_\_. *Balanço da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar 1999: Projeto Lumiar*. Internet: [www.incra.gov.br/reforma/balanço99/lumiar.html](http://www.incra.gov.br/reforma/balanço99/lumiar.html) em 10/02/02.

\_\_\_\_\_. *Situação sócio-econômica dos trabalhadores da usina Santa Maria s/a- Areia-Pb* in *Processo de desapropriação das terras da Usina Santa Maria*. 1995.

JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 1993.

LINS, Marcos. *Uma agenda atual das políticas públicas*. Política e Reforma Agrária.. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 185-204.

LEITE, Sérgio Pereira. *Por uma economia política...* São Paulo: Editora UNESP, 1994. p. 287-312.

MARCO, Valéria de. *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba* in BAMAT, Thomas & NETO, Genaro Ieno(ORG). João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998

MARTINS, José de Sousa. *O Poder do Atraso...* 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

- \_\_\_\_\_. *A Questão Agrária Brasileira e o Papel do MST*. In A Reforma Agrária e a luta do MST. João Pedro Stédile (Org.). Petrópolis: Vozes, 1997. pp. 11-76.
- \_\_\_\_\_. *Caminhada no Chão da Noite. Emancipação política...* São Paulo: Hucitec, 1989. pp. 57-66.
- MEDEIROS, Leonide et al. *Assentamentos Rurais. Uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.
- MEDEIROS, Leonide Servolo & LEITE, Sérgio (ORG.) *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MOREIRA, Emília, *Por um Pedaco de Chão*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- \_\_\_\_\_. TARGINO, Ivam, *Capítulos da Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- \_\_\_\_\_. et alli. *IMPACTOS REGIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA: o caso da Zona da Mata nordestina e do Brejo Paraibano: relatório final de pesquisa, maio 2001*. Coord. Geral do Projeto: Prof. Sérgio Leite e Leonide Medeiros(UFRRJ/CPA); Moacyr Palmeira(UFRJ/PPGAS-Museu Nacional) e Beatriz Herodia Relatório(UFRJ. Convênio: NEAD/IICCA/REDES, mimeo 2000.
- \_\_\_\_\_. Entrevista com Edilson(Didui) – Técnico Agrícola da UFPB/CAMPUS III. Areia, 2000.
- MUYLAERT, Sérgio. *Conflitos Agrários: as sementes de um poder popular, legítimo e soberano*. Introdução crítica Ao Direito. Série Direito Achado Na Rua – V . 1. 4ª Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p.38-39
- NETO, Genaro Ieno & BAMAT, Thomas (Coord). *Qualidade de Vida e Reforma Agrária no Brasil*. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998.

PALMEIRA, Moacyr & LEITE, Sérgio. *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas*. Política e Reforma Agrária. p. 92-168. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PAULSEN, Leandro (Org.). *Desapropriação e Reforma Agrária*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. pp. 13-48.

REVISTA DE DIREITO ALTERNATIVO. São Paulo: Acadêmica, 1992

RIBEIRO, Emmanuel Pedro – *Do Pluralismo Jurídico à Pluralidade de Direitos: Uma Construção não Essencialista do Direito*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do CH/UFPB(2000).

ROCHA, Regina & APEL, Marcelo. *Onde estão nossos sonhos? Um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Reforma Agrária e distribuição de renda*. In A Questão Agrária Hoje, p. 105-136. Porto Alegre: Universidade, 1994.

SAMPAIO, Plínio de Arruda & FILHO, Danilo Prado G. *Reforma Agrária e Projeto de Construção Nacional*. Internet, 09/02/02)

SANTOS, Raimundo & COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SCHMIDT, Benício Viero & MARINHO, Danilo Nolasco C. & ROSA, Sueli L. Couto. (ORG.) *Os Assentamento de Reforma Agrária no Brasil*: Brasília:UnB, 1998.

SEDUP, Associação. *Jornal Especial Comemorativo dos 15 anos da Associação SEDUP*. Guarabira, 18.12.1996.

\_\_\_\_\_. *Jornal Recriar*. Guarabira, maio 1998, ano 5-no. 1.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & SANTOS, Raimundo & COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (ORG.). *Mundo Rural e Política. Ensaios Interdisciplinares*. Rido de Janeiro: Campus, 1992.

SILVA, Jônathas. *O Direito e a Questão Agrária na Constituição Brasileira*. Goiânia: UCG, 1996.

SILVA, José Graziano. *O desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a reforma agrária*. In *A Questão Agrária Hoje*, p. 137-143. Porto Alegre: Universidade, 1994.

SILVA, Lucina Henrique da. *Política Públicas e seus impactos sobre assentamentos rurais*. Internet, 2000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PILÕES. *Ofício de 24 de 17 de outubro de 1995*, Areia.

\_\_\_\_\_. *Ofício de 03/93 de janeiro de 1993*, Areia.

SOUTO, Cláudio & SOUTO, Solange. *Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. São Paulo : EDUSP, 1981

\_\_\_\_\_. *Tempo do Direito Alternativo. Uma fundamental substantiva*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Explicação Sociológica. Uma Introdução à Sociologia Jurídica*. São Paulo: EPU, 1985.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. *Para uma crítica da eficácia do Direito; anomia e outros aspectos fundamentais*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1984.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais – emergência de novos sujeitos: O sujeito Coletivo de Direito. Lições de Direitos Alternativos. N° 1*. São Paulo: Acadêmica, 1991.

\_\_\_\_\_. *Direito Achado Na Rua: prática e concepção. Introdução crítica Ao Direito*. Série Direito Achado Na Rua – V . 1, 07-10. 4ª Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

STÉDILE, João Pedro (ORG). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_ & SÉRGIO, Frei. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

\_\_\_\_\_ *Introdução*, In *A Questão Agrária Hoje*,. Porto Alegre: Universidade, 1994. p. 9-14

TARGINO, Ivan & MOREIRA, Emília. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa, UFPB/ Editora Universitária, 1997.

VALIM, Ana. *MIGRAÇÕES: Da Perda da Terra à Exclusão Social*. São Paulo: Atual, 1997.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. 2ª Ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

\_\_\_\_\_. *Contribuição para o projeto de juridicidade alternativa. Lições de Direitos Alternativos. Nº 1*,. São Paulo: Acadêmica, 1991. p. 28-52

\_\_\_\_\_. *Pluralismo Jurídico. Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo. Editora Alfa Omega, 1994.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. *Os desafios da organização interna de um assentamento* in *ASSENTAMENTOS RURAIS - Uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994. p. 205-224